



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCELIA APARECIDA MOREIRA

SERVIÇO SOCIAL NA SOCIOEDUCAÇÃO: TRAÇOS
CARACTERÍSTICOS DO TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO DO ESTADO
DO PARANÁ

Londrina
2026

LUCELIA APARECIDA MOREIRA

SERVIÇO SOCIAL NA SOCIOEDUCAÇÃO: TRAÇOS
CARACTERÍSTICOS DO TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO DO ESTADO
DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social e Política
Social da Universidade Estadual de Londrina
- UEL, como requisito para a obtenção do
título de Mestre.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Lorena Ferreira Portes

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Moreira, Lucelia Aparecida.

SERVIÇO SOCIAL NA SOCIOEDUCAÇÃO : TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ / Lucelia Aparecida Moreira. - Londrina, 2026.
134 f.

Orientador: Lorena Ferreira Portes.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2026.

Inclui bibliografia.

1. trabalho de assistentes sociais - Tese. 2. traços característicos - Tese. 3. privação de liberdade - Tese. 4. centro de socioeducação no Paraná - Tese. I. Ferreira Portes, Lorena . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

LUCELIA APARECIDA MOREIRA

SERVIÇO SOCIAL NA SOCIOEDUCAÇÃO: TRAÇOS
CARACTERÍSTICOS DO TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO DO ESTADO
DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social e Política
Social da Universidade Estadual de Londrina
- UEL, como requisito para a obtenção do
título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lorena
Ferreira Portes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Mabel Mascarenhas Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Claudiana Tavares da Silva
Sgorlon
Universidade Estadual do Paraná -
Unespar/ Apucarana - Pr

Londrina, 28 de Agosto de 2026

Agradecimentos

Ao chegar ao término deste período me deparo com um misto de emoções e certo saudosismo de um período atribulado, mas que me possibilitou grande satisfação pessoal e profissional. Assim, presto minhas homenagens e agradeço as pessoas que foram fundamentais no andamento deste processo, pois, estiveram ao meu lado em todos os momentos e acolheram minhas angústias com carinho.

Gostaria de agradecer primeiramente ao PPG em Serviço Social e Política Social da UEL pela oportunidade do retorno ao meio acadêmico e ter possibilitado que minha experiência profissional pudesse fazer parte deste local privilegiado de produção do conhecimento. O Serviço Social foi a primeira e única escolha da minha vida profissional e ainda hoje, mesmo com todos os entressaltos e tempo prolongado, continua sendo a minha escolha todos os dias.

Agradeço a todos professores do programa que ensinaram e compartilharam seus conhecimentos nas disciplinas, seminários e eventos. Agradeço pela participação nos Grupos de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Formação Profissional (GEFTAS e GEPFOR), sob a coordenação das competentes e queridas prof^a Dr^a Mabel e prof^a Dr^a Lorena, que em muito contribuíram na elaboração desta pesquisa. Também agradeço pelo acolhimento dos colegas e companheiros que dividiram os debates e aprendizagem nas aulas e grupos. Em especial, pela amizade de Márcia, Flávia, Rafaela, Adriana e Leonardo.

À minha orientadora prof^a Dr^a Lorena Ferreira Portes agradeço imensamente pela paciência, compreensão, carinho e disponibilidade de tempo para as orientações, além de toda partilha e ensinamento na condução da pesquisa. Agradeço igualmente a prof^a Dr^a Mabel Torres por todas as oportunidades que tive de receber os seus ensinamentos, passados com grande sabedoria e descontração. Também agradeço a prof^a Dr^a Claudiana Tavares pelas contribuições e incentivo na banca de qualificação. A vocês professoras fica a minha gratidão, respeito e admiração sem fim!

À minha família, agradeço minha querida mãe, Márcia, por ser minha referência de bondade, honestidade e amor incondicional aos filhos. Aos meus queridos irmãos Luciana, Mara e Marcelo e sobrinhos Carla e Henrique, agradeço pelo afeto, apoio e incentivo, bem como pela compreensão das minhas ausências nos finais de semana.

Ao meu amado esposo Rodolfo agradeço pelo companheirismo de todas as horas, por cuidar das crianças quando estive ausente, por ser meu confidente e me

fazer sorrir. Agradeço pelo compartilhamento de seus conhecimentos em História e debates em Ciência Política, além de sua criticidade diante de injustiças. Enfim, obrigada por dividir seu mundo comigo e estarmos sempre juntos.

Aos meus amados filhos Bianca e Gustavo agradeço pelo incentivo e auxílio na matemática e informática. Quero que aprendam sempre, pois o conhecimento é vida e nunca é suficiente. Desejo o melhor para vocês. Ao meu caçula Heitor, agradeço por ser genuíno ao contestar o capitalismo e a falta de justiça no mundo aos 7 anos de idade. E meu pequeno ainda faz isso com doçura, inocência, empatia pelo próximo e consciência ambiental! Amo vocês filhos.

Agradeço à SEJU e CGS pela autorização para realizar a presente pesquisa, bem como os departamentos e chefias envolvidas. No mesmo sentido, agradeço ao Cense Londrina 1 e todos os profissionais que de alguma forma contribuíram para o andamento do trabalho na minha ausência. Em especial, agradeço ao meu eterno par de vasos, amiga querida e companheira nesse período, Carolina Parra. Agradeço também pelas palavras de afeto e incentivo dos queridos Ricardo, Aninha, Maria Eduarda, Ana Carol, Natália, Geniela, Tábata, Áurea, Thaís e Elaine.

Agradeço às assistentes sociais Mariana, Vera e Gisele por suas contribuições e apoio nos testes da pesquisa. Além de Andressa pelo auxílio no levantamento dos números e contatos de assistentes sociais da socioeducação.

Agradeço por fim, a todos (as) assistentes sociais dos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná pela adesão e doação do seu tempo para contribuir com essa pesquisa e que de quebra acolheram meu convite com carinho, desde aqueles mais próximos na região de Londrina, SAP e Maringá, até aqueles mais distantes das regiões de Curitiba, PG, Cascavel, Pato Branco, Toledo, Umuarama, C. Mourão e Foz do Iguaçu. Agradeço a vocês imensamente por suas contribuições e compartilhamento do desejo por uma Socioeducação mais humanizada aos adolescentes em privação de liberdade. Saiba que cada um de vocês faz a diferença para a “Sócio” em sua esfera de ação.

“Não nos cabe, porém, reunir todas as marés do mundo, mas fazer o que estiver ao nosso alcance para ajudar os anos em que nos encontramos, erradicando o mal dos campos que conhecemos, para que aqueles que vierem depois de nós possam ter uma terra digna de ser cultivada”. J.R.R Tolkien (1892-1973).

RESUMO

MOREIRA, Lucelia Aparecida. Serviço social na socioeducação: traços característicos do trabalho de assistentes sociais nos centros de socioeducação do Estado do Paraná. 2026, 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2026.

RESUMO

A temática da Socioeducação foi abordada na presente pesquisa sob o enfoque do trabalho realizado por assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional. Nesta perspectiva, investigamos tal objeto a partir da exposição dos traços característicos presentes no exercício profissional de assistentes sociais que executam o seu trabalho com a privação de liberdade nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná. No intuito de alcançarmos o objetivo geral da pesquisa de analisar os traços característicos deste trabalho, elencamos os seguintes objetivos específicos: Mapear o perfil de assistentes sociais que atuam nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná, bem como explicitar suas condições de trabalho; Identificar quais são as demandas profissionais postas aos assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional; Abordar como são construídas e organizadas as respostas que assistentes sociais produzem diante das demandas; e por fim evidenciar quais são as contribuições de assistentes sociais para o trabalho realizado nos Censes, bem como as dificuldades encontradas pelos mesmos em seu cotidiano profissional. Como recurso metodológico utilizamos procedimentos a partir da natureza qualitativa da pesquisa, conciliando a revisão de literatura, pesquisa de campo com os profissionais e o suporte documental. As análises foram construídas a partir dos eixos analíticos pré-definidos estrategicamente. Em síntese, inferimos no Eixo 1 que as condições de trabalho de assistentes sociais dos Censes do Estado do Paraná são caracterizadas pela sobrecarga de trabalho, imposição de carga horária exaustiva aos profissionais e extensão deste trabalho para além do expediente normal de trabalho. Em relação ao Eixo analítico 2, analisamos que as demandas profissionais são respondidas prontamente por assistentes sociais nos Censes. As demandas mais recorrentes na socioeducação decorrem de reações profissionais imediatas e se referem principalmente à: confecção da documentação civil e pessoal dos adolescentes; manutenção do vínculo com a família; informações sobre o funcionamento das medidas socioeducativas de privação de liberdade e da instituição (Censes); acompanhamento do processo socioeducativo; contato com familiares para repasse de informações; organização de visitas de familiares aos adolescentes nos Censes; fornecimento de informações sobre acompanhamento familiar e do processo socioeducativo dos adolescentes ao sistema de justiça; levantamento de informações acerca das condições socioeconômicas do adolescente e família; identificação das relações de convivência familiar e comunitária dos adolescentes. A urgência por respostas profissionais neste espaço sócio-ocupacional nos apontou a necessidade de assistentes sociais acionarem seu arcabouço analítico ao desvelar as reais necessidades da população atendida em seu cotidiano de trabalho. Quanto ao Eixo 3, analisamos que as ações profissionais nos Censes são mais proeminentes no atendimento direto ao usuário, com prioridade do atendimento socioeducativo focalizado no indivíduo, em detrimento de ações coletivas. Apesar da rotina maçante de atividades burocráticas e, por vezes, tecnicistas desenvolvidas nos Censes, analisamos que é no conjunto dessas ações profissionais que estão contidos

elementos que explicitam o projeto profissional defendido por assistentes sociais na busca pela defesa de direitos em meio às controvérsias da política de socioeducação do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Trabalho de assistentes sociais; traços característicos; privação de liberdade; Centros de Socioeducação do Paraná.

OREIRA, Lucelia Aparecida. **Social work in socio-education: characteristic traits of the work of social workers in the socio-educational centers of the State of Paraná.** 2026, 139 p. Dissertation (Master's) - Postgraduate Program in Social Work and Social Policy, State University of Londrina (UEL), Londrina, 2026.

ABSTRACT

This research addresses the subject of socio-educational intervention by focusing on the work performed by social workers within this socio-occupational setting. From this perspective, we examine the subject by outlining the characteristic features of the professional practice of social workers who carry out their duties in contexts involving the deprivation of liberty at socio-educational centers in the State of Paraná. To achieve the research's overall objective of analyzing the characteristics of this work, we outlined the following specific objectives: to map the profile of social workers practicing in the State of Paraná's socio-educational centers (Censes) and describe their working conditions; to identify the professional demands placed on social workers in this socio-occupational setting; to examine how the responses social workers formulate in addressing these demands are constructed and organized; and, finally, to highlight the contributions social workers make to the work carried out at the Censes, as well as the difficulties they encounter in their daily professional practice. Regarding methodology, we employed procedures aligned with the research's qualitative nature, combining a literature review, fieldwork with professionals, and document analysis. The analyses were structured around strategically pre-defined analytical axes. In summary, regarding Axis 1, we infer that the working conditions of social workers at *Censes* (socio-educational centers) in the State of Paraná are characterized by excessive workloads, the imposition of exhausting schedules, and the extension of work beyond standard working hours. Regarding Analytical Axis 2, we observe that professional demands are promptly addressed by social workers at the *Censes* (socio-educational centers). The most frequent demands in the socio-educational context stem from immediate professional responses and primarily relate to: preparing the adolescents' civil and personal documentation; maintaining family ties; providing information on the operation of deprivation-of-liberty socio-educational measures and the institution itself; monitoring the socio-educational process; contacting family members to relay information; organizing family visits to the adolescents at the centers; providing the justice system with information regarding family support and the adolescents' socio-educational progress; gathering data on the socioeconomic conditions of the adolescent and their family; and identifying the adolescents' family and community relationships. The urgent need for professional responses within this socio-occupational setting highlighted the necessity for social workers to draw upon their analytical framework to uncover the actual needs of the population served during their daily work. Regarding Axis 3, we observed that professional actions at the Censes (socio-educational centers) are most prominent in direct service delivery, prioritizing individual-focused socio-educational care over collective interventions. Despite the tedious routine of bureaucratic and sometimes overly technical tasks performed at the centers, we found that the aggregate of these professional actions embodies elements that articulate the professional project championed by social workers as they strive to

defend rights amidst the controversies surrounding the State of Paraná's socio-educational policy.

Keywords: Work of social workers; characteristic traits; deprivation of liberty; Socio-educational Centers of Paraná.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CENSE	Centro de Socioeducação do Estado do Paraná
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGS	Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPS	Coordenadoria de Processos Seletivos
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
GT	Grupo de Trabalho
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PIA	Plano individual de Atendimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROJUDI	Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEJU	Secretaria da Justiça e Cidadania
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SMS	Sistema de Medidas Socioeducativas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Trabalhos selecionados nos Anais dos eventos da profissão.....	21
QUADRO 2: Dissertações selecionadas de acordo com os descritores.....	23
QUADRO 3: Número de assistentes sociais nos Censos do Estado do Paraná.....	24

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
1.2	IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, ACADÊMICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	28
2	DISCUTINDO ELEMENTOS IMPRESCINDÍVEIS PARA A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO NA ATUALIDADE.....	34
2.1	AS PREMISSAS CONSTITUTIVAS DA PROFISSÃO.....	34
2.2	AS DIMENSÕES QUE CONSTITUEM O SERVIÇO SOCIAL.....	44
3.	O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DA POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO.....	54
3.1	A SOCIOEDUCAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE E A REALIDADE DISCUTIDA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	54
3.2	SERVIÇO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO: O QUE APONTA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO?.....	64
4.	O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO: CONDIÇÕES DE TRABALHO, DEMANDAS E AÇÕES PROFISSIONAIS.....	73
4.1	EIXO ANALÍTICO 1: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NOS CENSES DO PARANÁ.....	73
4.2	EIXO ANALÍTICO 2: DEMANDAS PROFISSIONAIS RECORRENTES NA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENSES DO PARANÁ.....	84
4.3	EIXO ANALÍTICO 3: AÇÕES PROFISSIONAIS DESENVOLVIDAS POR ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENSES DO PARANÁ.....	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	123

APÊNDICES.....	128
APÊNDICE 1: TRABALHOS SELECIONADOS NOS ANAIS DO CBAS E ENPESS E NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES.....	128
APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	133
APÊNDICE 3: DEMANDAS APONTADAS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	134
APÊNDICE 4: FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS SOBRE AÇÕES PROFISSIONAIS...	137
 ANEXO.....	 138
ANEXO 1.....	138
ANEXO 2.....	139

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto a discussão acerca das características do trabalho de¹ assistentes sociais nos CENSE - Centros de Socioeducação do Estado do Paraná, onde buscamos desvendar os meandros da execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade sob a perspectiva do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional. A Socioeducação é uma política pública que foi assumida historicamente pelo poder estatal e possui como público-alvo adolescentes cuja determinação judicial atribuiu o cumprimento de medidas socioeducativas, as quais foram previstas pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e normatizadas pela Lei Federal nº 12.594/2012 que instituiu o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. No Estado do Paraná, a prestação do serviço de execução de medidas socioeducativas de privação de liberdade ocorre sob a responsabilidade da SEJU - Secretaria da Justiça e Cidadania, através da atual coordenação da CGS - Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo, órgão responsável pelo CENSE - Centro de Socioeducação do Estado do Paraná.

A privação de liberdade evidencia o caráter ambíguo da Socioeducação devido à concomitância de sua natureza educativa e sancionatória para com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sobretudo para aqueles que se encontram em regime de Internação. Neste espaço sócio-ocupacional controverso encontra-se inserida a categoria profissional de assistentes sociais que busca por meio do seu exercício profissional executar ações profissionais em conformidade com o direcionamento da profissão, ao mesmo tempo em que necessitam dar respostas ao que lhe são requisitados institucionalmente. Cabe salientar que assistentes sociais são trabalhadores que possuem certa especificidade na divisão social e técnica do trabalho e que esta categoria profissional realiza seu trabalho prioritariamente através da mediação das políticas sociais. Assim, enquanto trabalhadores que vendem sua força de trabalho, assistentes sociais estão sujeitos às condições objetivas e subjetivas de trabalho que são impostas por seu empregador.

¹ Optou-se nesta pesquisa em acatar tal flexão de gênero por considerar que “de” pode contemplar qualquer identificação de gênero a que se refere.

No espaço sócio-ocupacional da Socioeducação a figura do empregador é representada pelo Estado, reconhecidamente favorecedor dos interesses burgueses e suscetível aos ditames capitalistas. Com isso, assistentes sociais enfrentam uma ambivalência cotidiana no executar do seu trabalho ao conciliar os interesses de seu empregador aos interesses dos usuários, ou seja, aos adolescentes em privação de liberdade. Além disso, o ambiente socioeducativo de privação de liberdade encontra-se arraigado pelo conservadorismo que permeia os distintos olhares que compõem a comunidade socioeducativa. Tais valores não se restringem, no entanto, ao ambiente intramuros, mas se estendem também aos demais atores do Sistema de Justiça, rede intersetorial de políticas públicas e à Sociedade Civil em geral, os quais esperam por respostas cabais das medidas socioeducativas de privação de liberdade. É neste íterim que pretendemos desvendar o trabalho de assistentes sociais na Socioeducação, haja visto que estes profissionais executam o seu trabalho diante da correlação de forças inerente ao sistema capitalista. A correlação de forças encontra-se presente nas relações sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais de trabalho, entretanto, na Socioeducação estas relações se interpõem de forma peculiar diante das ideologias, culturas e práticas dicotômicas existentes no ambiente de privação de liberdade.

Acredita-se que a relevância da presente pesquisa se encontra na possibilidade de explicitar e compreender os traços característicos que atravessam o trabalho de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná. Como resultado, a pesquisa poderá contribuir para a sistematização deste trabalho a partir da reflexão sobre o Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional tão singular, bem como contribuir com a produção do conhecimento sobre a temática. Vale mencionar que a área da Socioeducação tem sido pouco explorada na atualidade pela comunidade acadêmica, pois conforme levantamento de dados iniciais em bibliotecas digitais, foi constatado que existe pouca produção científica sobre a temática quando comparada a outras políticas públicas. Portanto, pesquisar sobre a Socioeducação torna-se relevante na medida em que se pretende preencher essa lacuna na produção do conhecimento, pois este assunto possui importância política, social e acadêmica e pode vir a contribuir com o adensamento do conhecimento científico sobre o tema. Para além disso, a presente pesquisa visa também servir como referência para outros estudos, assim como engajar os demais trabalhadores, pesquisadores e estudantes

da área da Socioeducação que pretendem expandir suas pesquisas posteriormente em outras localidades e estados do país.

Diante disso, cabe destacar que o interesse para realizar a presente pesquisa advém da experiência profissional da pesquisadora como assistente social da Socioeducação do Estado do Paraná. No período de dezenove anos de exercício profissional, foi-se observado pela primeira vez no ano de 2024 um movimento da categoria profissional com o objetivo de discutir as atribuições do Serviço Social na Socioeducação. Tal movimento foi motivado pela oportunidade dessa categoria profissional opinar a respeito de suas próprias atribuições, as quais fariam parte da proposição de uma Minuta de Anteprojeto de Lei² para a instituição do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná. Este movimento da categoria profissional de assistentes sociais da Socioeducação foi ao encontro das prévias indagações da pesquisadora, que tinha em curso a pretensão de pesquisar sobre o trabalho realizado por assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná. Portanto, essas indagações foram aguçadas pelos (as) colegas de profissão na busca pela compreensão do significado do seu exercício profissional para a Socioeducação, bem como pela explicitação das atribuições de assistentes sociais e as competências específicas do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional.

Para fomentar essas discussões, foi utilizado o espaço de um GT - Grupo de Trabalho constituído por assistentes sociais da Socioeducação, através do aplicativo whatsapp. Este formato online permitiu a participação de toda a categoria profissional, independentemente de sua localidade geográfica no Estado do Paraná. Com as discussões em pauta, foi possível observar a necessidade de ampliação da discussão sobre o Serviço Social na Socioeducação, sobretudo acerca da existência ou não de uma especificidade do trabalho desta categoria profissional na execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade. Diante das proposições do grupo, foi solicitado ao CRESS - Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Paraná em 14/06/2024 uma análise e contribuição acerca das atribuições e competências profissionais levantadas pelo referido Grupo de Trabalho para o texto da Minuta de Anteprojeto de Lei. A contribuição dada como resposta pelo CRESS/Pr foi divulgada

² Refere-se a proposição de um texto que contou com a contribuição dos servidores estaduais da Socioeducação para construção da Minuta de um Anteprojeto de Lei para a instituição do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo no Paraná, o qual não teve avanços significativos para além das referidas discussões e proposições dos respectivos servidores da Socioeducação, uma vez que tal sistema não foi instituído e implementado pelo Estado posteriormente.

posteriormente no site oficial do Conselho e será tratada detalhadamente mais adiante na presente pesquisa.

Posto isso, a pesquisa em curso iniciou-se através de um levantamento prévio dos documentos que orientam atualmente a Socioeducação para identificar onde assistentes sociais se inserem nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná. Os documentos analisados e que serviram de suporte para as análises posteriores referem-se ao Código de Normas³, ao PPP - Projeto Político Pedagógico e o Plano de Trabalho, estes dois últimos, individuais a cada Cense do Estado do Paraná. Tomando por referência os documentos do Cense Londrina 1, local de lotação da pesquisadora, pôde-se constatar que assistentes sociais são profissionais que compõem o quadro funcional de servidores nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná e integram uma equipe multiprofissional da qual se esperam diversas ações profissionais generalistas. Foi possível verificar que não constam em tais documentos nenhuma menção separadamente sobre as competências e atribuições que possam balizar o trabalho de assistentes sociais na Socioeducação referente à execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade, que corresponde ao foco da presente pesquisa.

De fato, o único documento encontrado neste levantamento inicial que trata sobre as incumbências específicas de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná, são os Cadernos do IASP - Instituto de Ação Social do Paraná, antigo órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade no Estado do Paraná. Estes cadernos foram produzidos pelo próprio IASP no ano de 2006, onde se requisitava institucionalmente um parâmetro para a atuação dos diversos profissionais recém contratados no concurso público do referido ano. Conforme este documento, as atribuições de assistentes sociais seriam:

Organizar a recepção e acolhida dos adolescentes na unidade; Elaborar os estudos de caso e relatórios técnicos dos adolescentes; Realizar atendimentos individuais e de grupo com os adolescentes; Prestar atendimento às famílias dos adolescentes, colhendo informações, orientando e propondo formas de manejo das situações sociais; Providenciar a documentação civil dos adolescentes; Realizar pesquisas e levantamentos referentes aos autos judiciais e histórico infracional dos adolescentes; Manter contatos com entidades, órgãos governamentais e não-governamentais para

³ Refere-se ao documento que visa implementar o SINASE a nível estadual. O mesmo pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.justica.pr.gov.br/Socioeducacao>

obter informações sobre a vida pregressa dos adolescentes; Buscar e articular recursos da comunidade para formação de rede de apoio, visando a inclusão social dos adolescentes; Elaborar planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada junto aos adolescentes; Realizar a inclusão dos adolescentes em programas da comunidade, escola, trabalho, profissionalização, programas sociais, atividades esportivas e recreativas; Realizar o acompanhamento dos adolescentes egressos; Manter registro de dados e informações para levantamentos estatísticos; Realizar a verificação da correspondência dos adolescentes e acompanhar os contatos telefônicos realizados por eles; Coordenar e orientar a visita dos familiares aos adolescentes (IASP, 2006, p. 75).

Em relação ao referido concurso público, o mesmo foi realizado pela COPS - Coordenadoria de Processos Seletivo da UEL - Universidade Estadual de Londrina em Junho de 2006, onde constava na descrição de seu Edital o perfil profissiográfico de cada categoria profissional, o que balizou, a priori, o exercício profissional de assistentes sociais e demais profissionais após a contratação pelo Estado. Assim, as atribuições que deveriam ser executadas por assistentes sociais, conforme o Edital se referiam a:

Planejar, coordenar, supervisionar, auditar, avaliar e executar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional. Prestar orientação e atendimento a indivíduos, famílias e grupos, com vistas à garantia dos direitos sociais. Pesquisar a realidade social. Planejar e executar treinamentos, capacitações e eventos sobre assuntos de Serviço Social. Emitir pareceres, informações técnicas e demais documentações. Analisar, processar e atualizar dados. Levantar, sistematizar e interpretar dados, informações e indicadores. Realizar supervisões e assessoramentos técnicos às unidades socioeducativas e às entidades sociais. Operar equipamentos e sistemas de informática. Participar de equipe multiprofissional com vistas ao atendimento integral de adolescentes e seus familiares, elaborando planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada junto aos adolescentes. Planejar e executar atividades sócio educativas individuais e grupais com adolescentes e suas famílias. Realizar a inclusão de adolescentes em programas na comunidade. Desempenhar outras tarefas necessárias ao exercício da função e à organização do Serviço Social. (COPS/UEL, 2006).

Percebe-se que as atribuições profissionais de assistentes sociais referidas no perfil profissiográfico teve como parâmetro a Lei nº 8.662/1993 que Regulamenta a Profissão, em especial ao que tange seus Artigos 4º e 5º, referentes às competências e atribuições específicas da profissão. Portanto, parte-se do pressuposto de que assistentes sociais devem respaldar seu exercício profissional na referida Lei na falta de outros documentos que possam orientar o seu trabalho nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, assim como estes profissionais devem pautar-se pelos princípios

éticos e políticos estabelecidos no Código de Ética Profissional, onde se assume a perspectiva pela reafirmação de direitos dos usuários das políticas sociais.

Assim, diante das lacunas, dúvidas e indagações sobre o exercício profissional no espaço sócio-ocupacional da Socioeducação, elaboramos como problema norteador para a presente pesquisa o seguinte questionamento: Quais são os traços característicos do trabalho de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná? Para responder a essa pergunta, definimos o objetivo geral de analisar os traços característicos do trabalho de assistentes sociais que atuam nos CENSES do Paraná. Assim, para dar conta de responder ao questionamento levantado e dar visibilidade aos traços característicos deste trabalho, elencamos os seguintes objetivos específicos para aprofundarmos essa análise: Mapear o perfil de assistentes sociais que atuam nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná, bem como explicitar suas condições de trabalho; Identificar quais são as demandas profissionais postas aos assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional; Abordar como são construídas e organizadas as respostas que assistentes sociais produzem diante das demandas; e por fim evidenciar quais são as contribuições de assistentes sociais para o trabalho realizado nos Censes, bem como as dificuldades encontradas pelos mesmos em seu cotidiano profissional. Assim, para atingirmos os objetivos propostos, estabelecemos como percurso metodológico o que se segue no próximo item.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para dar conta de responder aos objetivos apresentados, definimos os procedimentos metodológicos a partir da natureza qualitativa da pesquisa, a qual possibilita uma aproximação acerca da realidade a ser investigada, bem como possibilita conhecer e compreender o espaço sócio-ocupacional no qual se encontram inseridos os participantes da pesquisa. Nesse sentido, “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, pois a amostragem deve possibilitar abranger a totalidade do problema investigado” (Minayo, 2004, p. 43). A partir dessa perspectiva, dividimos o percurso metodológico em dois momentos distintos para o levantamento de dados, os quais se referem a revisão de literatura e a pesquisa de campo. Entretanto, cabe mencionar que esses momentos se

complementam, bem como se apresentam concomitantemente ao longo da pesquisa, aliados ao suporte dos documentos analisados durante esse percurso.

Inicialmente, o levantamento de dados partiu da revisão de literatura, pois de acordo com Bento (2012), ela é “indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado actual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição” que a pesquisa pode possibilitar para a produção do conhecimento. Este momento da revisão de literatura encontra-se presente em duas etapas, que foram assim divididas:

A) Debate sobre a profissão a partir de suas premissas constitutivas e as dimensões que a constituem, compreendendo estes elementos como indispensáveis para a execução da profissão, bem como para atingir os objetivos profissionais independentemente do espaço sócio-ocupacional; B) o trabalho de Assistentes Sociais na Socioeducação abordando especificamente este trabalho nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná a partir de suas demandas recorrentes e suas ações profissionais.

Para a primeira etapa da revisão de literatura, etapa A, buscamos a produção de autores que versam sobre a profissão na atualidade, abordando as premissas e as dimensões que a constituem. Assim, partimos da busca em livros, artigos e textos de autores de ressonância no Serviço Social como: José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Yolanda Guerra, Ana Maria de Vasconcelos, Carlos Montañó e Raquel Raichelis. Utilizamos também materiais produzidos pelo conjunto CFESS/CRESS referentes às orientações profissionais como o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da profissão.

Em seguida, para buscar compreender o trabalho de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná, utilizamos das produções em livros e artigos de autores na área do Serviço Social que discutem sobre demandas, requisições, ações e atribuições profissionais como Yolanda Guerra, Rosa Lúcia Prêdes Trindade, Ana Maria de Vasconcelos e Mabel Mascarenhas Torres. Entretanto, iniciamos esta etapa B, buscando material a partir de trabalhos publicados nos Anais de eventos da categoria profissional, que abordassem a temática sobre o Serviço Social no âmbito da Socioeducação. Foi priorizada essa busca em trabalhos publicados nas duas últimas edições dos seguintes eventos: CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2019 e 2022) e ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2022 e 2024). De início, realizamos pesquisa

também no Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social da UEL, porém, após as buscas nas suas duas últimas edições, não foi encontrado nenhum trabalho que contemplasse a temática em tela, por isso não incorporamos este evento na presente pesquisa, apesar de sua relevância para a área do Serviço Social.

Como critério de inclusão, portanto, priorizamos os eventos da área do Serviço Social em que se destacavam as discussões em torno da profissão nos seus variados espaços sócio-ocupacionais. Como critério de exclusão, descartamos eventos em que o foco das discussões são as Políticas Sociais e não a profissão. O levantamento de dados dessa etapa B foi realizado entre os dias 13/09/2025 a 17/09/2025, conforme demonstrado no apêndice 1. Assim, cabe destacar a relevância para a área do Serviço Social dos dois eventos elencados para esta etapa da pesquisa.

O CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é o maior evento do Serviço Social Brasileiro e se constitui de um espaço essencial para reflexão da categoria profissional que contempla os profissionais, estudantes, docentes e pesquisadores dessa área. O mesmo é realizado desde o ano de 1974, com periodicidade a cada três anos. No ano de 2025, ocorreu a sua 18ª edição na cidade de Salvador/BA, celebrando os 50 anos de realização deste Congresso. Neste evento busca-se reafirmar os compromissos éticos e políticos da profissão a favor da classe trabalhadora, bem como busca-se contribuir e socializar a produção do conhecimento do Serviço Social a partir das publicações de trabalhos científicos em seus anais, distribuídos por eixos temáticos⁴, que se referem ao exercício da profissão em seus variados espaços sócio-ocupacionais.

Já o ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social é um evento promovido pela entidade acadêmico-científica e política ABEPSS -Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Este evento configura-se em um espaço significativo de construção de uma agenda de estudos e de investigações para a área, bem como contribui com a pesquisa, produção e socialização do conhecimento. Nele estão contidos, conforme divulgação em seu site oficial, a

⁴ Os eixos temáticos do CBAS na Edição de 2019 foram divididos em: 1- Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2- Movimentos Sociais e Serviço Social; 3- Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4- Política Social e Serviço Social; 5- Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6- Ética, Direitos humanos e Serviço Social; 7- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexual. Na edição de 2022 do CBAS, os eixos temáticos se referiam a: 1- Crise do Capital e Exploração do Trabalho; 2- Raça/Etnia, Geração e Sexualidades; 3- Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4- Movimentos Sociais, Resistências e Serviço Social; 5- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 6- Questões Agrária, Urbana e Ambiental.

socialização de resultados de experiências de iniciação científica, TCC - Trabalhos de Conclusão de Curso, em nível de residência e especialização, dissertações, teses, pesquisas individuais ou integradas, realizadas entre grupos e redes de pesquisadores/as, nacionais e internacionais. Este evento também encontra-se em sua 18ª edição e é realizado a cada dois anos, sendo considerado um dos maiores eventos de relevância do Serviço Social. Não foi possível identificar, no entanto, a distribuição por eixos temáticos nas edições pesquisadas.

Com isso, apresentamos no quadro abaixo o resultado do levantamento de dados dos trabalhos publicados nos anais dos eventos elencados nesta etapa B.

Quadro 1: Trabalhos selecionados nos Anais dos eventos da profissão:

Nome evento Ano	Descritores de busca	Nº de trabalhos publicados nos Anais	Nº de trabalhos pré-selecionados	Nº de trabalhos utilizados
CBAS 2019	1-Socioeducação; 2- medidas socioeducativas; 3- socioeducativo; 4-assistentes sociais; 5- Serviço Social; 6- Internação.	1.750	06	04
CBAS 2022	1-Socioeducação; 2-medidas socioeducativas; 3- socioeducativo; 4-assistentes sociais; 5- Internação.	1.293	05	02
ENPESS 2022	1-Socioeducação; 2-medidas socioeducativas; 3- assistentes sociais; 4-Serviço Social; 5- internação; 6- Privação de liberdade.	620	01	01
ENPESS 2024	1-Socioeducação; 2-medidas socioeducativas; 3- assistentes sociais; 4-Serviço Social; 5- internação; 6-Privação de liberdade	1.168	03	03
Total		4.831	16	10

Fonte: elaboração da pesquisadora

Conforme demonstrado pelo quadro acima, podemos observar o universo total de trabalhos publicados nos Anais de cada evento em suas duas últimas edições, bem como os números resultantes das buscas a partir dos descritores ou títulos dos trabalhos. Assim, foram pré-selecionados inicialmente o total de dezesseis trabalhos que tratavam sobre a temática do Serviço Social na Socioeducação. No entanto, após a leitura do resumo, introdução e parte desses trabalhos, dez trabalhos foram devidamente selecionados para serem utilizados posteriormente, por ter sido identificado que tratavam diretamente sobre a temática do trabalho de assistentes sociais na área da Socioeducação.

Por considerarmos baixa a quantidade de produções encontradas neste levantamento de dados que pudesse dar suporte teórico à pesquisa, estendemos a busca desta etapa B para os trabalhos disponibilizados na BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social. A busca teve como critério a delimitação temporal referente aos últimos dez anos de trabalhos publicados (2015 a 2025) na BDTD. Essa busca foi realizada entre os dias 28/09/2025 a 01/10/2025, conforme quadro também disposto no Apêndice 1. Para esta busca utilizamos uma combinação dos seguintes descritores: 1- Socioeducação; 2- Medidas Socioeducativas, privação de liberdade; 3- Assistentes sociais, socioeducativo.

Referente ao primeiro descritor foram encontrados o total de 206 trabalhos, de onde foram selecionados inicialmente cinco dissertações a partir de seus títulos que versavam sobre o Serviço Social e o trabalho de assistentes sociais na Socioeducação. Após a leitura dos resumos, introdução e parte dos capítulos destas cinco dissertações, apenas duas foram de fato selecionadas para serem utilizadas posteriormente. Quanto ao segundo descritor, foram encontrados o total de 55 trabalhos publicados, de onde foi selecionado inicialmente uma única dissertação a partir de seu título. Após a leitura do seu resumo e introdução, a mesma foi descartada por não se tratar diretamente da temática da pesquisa. No que tange ao terceiro descritor, do total de quatro trabalhos encontrados, duas dissertações foram selecionadas inicialmente por abordar a temática do Serviço Social e Socioeducação e após a leitura do resumo, introdução e parte de seus capítulos, ambas foram selecionadas para serem utilizadas posteriormente, conforme segue:

Quadro 2: Dissertações selecionadas de acordo com os descritores:

Descritores	Total de dissertações encontradas	Dissertações pré-selecionadas	Dissertações utilizadas
1- Socioeducação	206	05	02
2-Medidas Socioeducativas, Internação	55	01	00
3- Assistentes sociais, socioeducativo	04	02	02
Total	265	08	04

Fonte: elaboração da pesquisadora

Assim, após a busca pelos descritores combinados acima, selecionamos inicialmente oito dissertações que tratavam sobre a temática do Serviço Social ou o trabalho de assistentes sociais na Socioeducação. No entanto, depois da leitura inicial e atenta de parte destes trabalhos, separamos somente quatro dissertações para serem utilizadas posteriormente na segunda etapa da revisão de literatura. Ressalta-se que nenhuma tese sobre a temática foi encontrada nessa busca, nem mesmo na busca inicial que ocorreu a partir dos títulos dos trabalhos.

Cabe frisar que para além das referências contidas no primeiro momento de revisão de literatura, os conteúdos dos documentos mencionados anteriormente serão utilizados como suporte para a análise dos dados da presente pesquisa. Tais documentos referem-se ao Código de Normas do Estado do Paraná, ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e aos Planos de Trabalho, bem como aos Cadernos produzidos pelo IASP. Além disso, para tratar sobre a profissão na Socioeducação, utilizaremos como referência as produções elaboradas pelo CRESS/PR sobre as atribuições e competências de assistentes sociais na Socioeducação⁵, bem como ao texto proposto pelo Grupo de trabalho de Assistentes Sociais da Socioeducação, referentes às contribuições para a Minuta de Anteprojeto de Lei para o Sistema Estadual Socioeducativo do Estado do Paraná.

Após isso, partimos para o segundo momento do levantamento de dados da presente pesquisa, que se refere a pesquisa de campo. É neste momento que se encontram as contribuições dos participantes da pesquisa e que fazem parte do

⁵ Este documento pode ser acessado diretamente no site do Cress/Pr no seguinte endereço eletrônico: <https://cresspr.org.br/2024/09/03/cress-pr-reafirma-direcao-etica-e-politica-para-assistentes-sociais-nos-censos>

“recorte em termos de espaço, que representa uma realidade empírica a ser estudada com base nas concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação” (Minayo, 2004, p. 43). Assim, foi escolhido o questionário como instrumento para a coleta de dados, sendo aplicado pela plataforma Google Forms. A decisão sobre o instrumento utilizado se baseou no que foi proposto por Gil (2008, p. 122) como a forma assertiva de contemplar um maior número de participantes, que se encontram distanciados geograficamente, sem que haja a sua identificação, pois garante o anonimato das informações coletadas. O questionário contemplou assim, perguntas abertas e fechadas e foram distribuídas em três seções no que concerne à caracterização dos participantes, às suas relações de trabalho e especificamente ao que se refere ao trabalho de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná.

O universo da pesquisa se constitui por assistentes sociais do quadro funcional de 17 Centros de Socioeducação do Estado do Paraná. Conforme demonstrado pelo Quadro 3 a seguir, podemos observar que não havia no momento da pesquisa de campo, nenhum assistente social no quadro funcional em dois Centros de Socioeducação do Estado do Paraná.

Quadro 3: número de assistentes sociais nos Censes do Estado do Paraná⁶

Nº de Censes	Nome/ Cidade de localização dos Censes	Nº de Assistentes Sociais
1	Campo Mourão	01
2	Cascavel 1	02
3	Cascavel 2	02
4	Curitiba	02
5	Fazenda Rio Grande	02
6	Foz do Iguaçu	04
7	Joana Richa	01
8	Laranjeiras do Sul	00
9	Londrina 1	04
10	Londrina 2	03

⁶ No Mapa anexo, verifica-se a localidade dos 19 Centros de Socioeducação do Estado do Paraná.

11	Maringá	02
12	Paranavaí	00
13	Pato Branco	01
14	Ponta Grossa	01
15	Santo Antônio da Platina	01
16	São Francisco	01
17	São José dos Pinhais	02
18	Toledo	01
19	Umuarama	02
	Número total de Assistentes Sociais:	32

Fonte: elaboração da pesquisadora em 23/09/2024. Confirmados dados pela CGS em 26/08/2025.

Como pode ser observado no quadro acima, o universo total desta pesquisa de campo seria composto por 32 assistentes sociais, no entanto, justifica-se a redução deste quantitativo para 30 assistentes sociais a partir da exclusão da pesquisadora em tela, bem como de uma profissional que se encontra em processo de aposentadoria e que por este motivo não se encontra mais trabalhando no momento. A partir deste universo, a amostragem da pesquisa de campo foi estabelecida pela adesão não obrigatória de assistentes sociais que se dispuseram a contribuir com a presente pesquisa. Para tanto, foi enviado o convite para participação aos 30 profissionais elencados, de forma personalizada, via aplicativo do whatsapp. Do universo de 30 assistentes sociais, obtivemos 29 respostas ao questionário na plataforma do google forms no período de um mês, que ocorreu em Setembro de 2025. Essa amostragem representa, portanto, a adesão de 96,6% dos profissionais convidados para participar voluntariamente da pesquisa.

Cabe salientar que a adesão dos participantes da pesquisa se deu através da aceitação do TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que também pode ser encontrado no apêndice 2. Inicialmente, foi aplicado o questionário como teste para três participantes com o intuito de identificar algum erro ou dificuldade no preenchimento. Após os testes foram realizados alguns ajustes no formulário e posteriormente ele foi disponibilizado aos demais participantes da pesquisa.

O registro e análise dos dados coletados pelo formulário online obedeceram aos critérios estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEL, o qual emitiu

parecer favorável ao desenvolvimento da presente pesquisa em abril de 2025, sob o protocolo nº 7.503.523. Tais critérios possuem a finalidade de preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes da pesquisa em ambiente virtual. Os critérios de segurança dos dados se referem ao tempo de armazenamento, que é de dois anos em equipamento eletrônico próprio do pesquisador, bem como versa sobre o sigilo e confidencialidade das informações prestadas, que contemplam o anonimato da participação e asseguram a desistência do participante a qualquer momento da pesquisa. Para maior proteção dos dados, eles ficam disponíveis somente ao pesquisador e após a sua coleta, são retirados da plataforma e excluídos totalmente do equipamento do pesquisador depois do período da pesquisa e o cumprimento de sua finalidade, conforme recomendação da Carta Circular 01/2021 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa.

Finalizada a etapa sobre os procedimentos metodológicos utilizados apresentaremos a seguir as características pessoais, acadêmicas e de formação profissional dos participantes da pesquisa. Posteriormente, serão tratados os aspectos referentes às suas condições de trabalho nos Centros de Socioeducação, o que de fato complementa o conjunto de informações acerca do perfil destes profissionais da Socioeducação do Estado do Paraná.

1.2 IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, ACADÊMICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DOS CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Ao analisarmos os primeiros dados levantados na pesquisa referentes às características pessoais de assistentes sociais que executam o seu trabalho nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná, podemos observar que este público se constitui majoritariamente pelo gênero feminino, sendo composto por 27 (93,1%) mulheres e 02 (6,9%) homens. Este é um dado que coincide com o cenário nacional conforme perfil de assistentes sociais no Brasil apresentado pelo CFESS em 2022⁷, onde foi apontado que embora tenha aumentado nos últimos anos a quantidade de profissionais do gênero masculino na profissão, a sua grande maioria corresponde ao gênero feminino.

⁷ Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2022. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

Em relação à orientação sexual, todos os 29 (100%) participantes da pesquisa se identificam como heterossexuais.

No quesito sobre pertença étnico-racial, 21 (72,4%) se declararam brancos, 05 (17,2%) pardos e 03 (10,3%) se autodeclararam pretos/negros. O número apontado no perfil do CFESS sobre o Estado do Paraná também demonstrou que a maioria (46%) dos participantes da pesquisa são brancos, seguidos pela mesma proporção decrescente das pertenças étnico-racial parda e pretos/negros. No entanto, a referida pesquisa aponta uma ressalva sobre este quesito no Estado do Paraná, pois este ocupa o ranque do terceiro Estado do país com o maior número de população branca (CFESS, 2022, p. 32). Assim, este quantitativo sobre a pertença étnico-racial se diferencia entre os Estados do país, considerando as particularidades da formação populacional de cada região.

As características pessoais de assistentes sociais que atuam nos Censos contemplaram uma questão sobre o vínculo religioso. Podemos verificar que 13 (44,8%) participantes responderam que não mantêm nenhum tipo de vínculo religioso. Dos 16 (55,2%) que responderam possuir um vínculo religioso, 11 (68,8%) se vinculam à religião Católica; 03 (18%) se vinculam à religião Evangélica e 02 (12,5%) são vinculados à religião espírita. Ressalta-se que não foram mencionados outros vínculos religiosos para além das religiões elencadas.

Em relação a idade dos participantes da pesquisa, 08 (27,5%) possuem entre 40 e 45 anos; 09 (31%) encontram-se na faixa etária dos 46 aos 50 anos; 03 (10,3%) possuem entre 51 e 55 anos; 06 (20,7%) estão na faixa etária dos 56 a 60 anos e 03 (10,3%) possuem entre 61 a 69 anos de idade. No que se refere ao estado civil, 16 (55%) são casados; 07 (24,1%) são solteiros; 04 (13,8%) são divorciados e 02 (6,9%) possuem união estável. No cenário nacional, o perfil do CFESS/2022 também apontou a predominância do número de assistentes sociais casados (45%) entre os participantes de sua pesquisa, seguidos pelo número de solteiros e divorciados em menores proporções.

Para completar os dados sobre as características pessoais dos participantes da pesquisa, a questão sobre filhos identificou que 09 (31%) assistentes sociais não possuem filhos, enquanto 20 (68,9%) informaram ter filhos. Dos que responderam positivamente, 11 (55%) possuem 02 filhos; 06 (30%) possuem 01 filho e 03 (15%) possuem 03 filhos. Sobre a cidade de moradia dos participantes da pesquisa, percebe-se que estas correspondem à cidade onde se localiza o Censo no qual o

profissional trabalha, conforme apontado no quadro 3, com apenas uma exceção em que a participante da pesquisa reside na cidade vizinha ao local de trabalho.

No tocante às características que identificam a formação acadêmica de assistentes sociais que trabalham nos Censes, foi respondido por todos os 29 (100%) participantes que a graduação em Serviço Social ocorreu em instituição de ensino superior na modalidade presencial. De fato, a instituição de ensino superior de maior incidência nas respostas é a UEL - Universidade Estadual de Londrina, que corresponde pela formação de 10 (34,4%) assistentes sociais. Em seguida, as instituições de ensino superior de menor proporção em ordem decrescente são: UNIOESTE; PUC/PR e Faculdades Integradas Espíritas, dentre outras instituições de ensino do Estado do Paraná, além de outros Estados (RJ e SC). Em relação a natureza administrativa da instituição onde se realizou a graduação, 17 (58,6%) dos participantes responderam que ocorreu em instituição pública estadual; 05 (17,2%) em instituição privada filantrópica; 04 (13,8%) em instituição privada com fins lucrativos; 02 (6,9%) em instituição privada confessional e 01 (3,4%) em instituição pública federal. O período da conclusão da graduação dos participantes ocorreu entre 1978 a 2006. Destes, 09 (31%) assistentes sociais se graduaram entre os anos de 1978 a 1999 e 20 (69%) se graduaram entre os anos de 2000 e 2006.

Uma questão que complementa a formação acadêmica destes profissionais se relaciona ao fato destes assistentes sociais terem cursado ou estar cursando no momento outra graduação para além do Serviço Social. Para esta resposta 23 (79,3%) participantes responderam que o Serviço Social é a sua única graduação, enquanto 06 (20,7%) responderam possuir formação graduada em outra área do conhecimento. Dentre as respostas positivas foi informado as graduações nas seguintes áreas: Letras, Direito, Relações públicas, Administração, Pedagogia e Geografia.

Quanto à última titulação obtida por estes assistentes sociais, 20 (68,9%) informaram que concluíram curso de pós-graduação lato sensu e 03 (10,3%) se encontram cursando uma Especialização no momento; 04 (13,8%) afirmaram que concluíram curso de pós-graduação stricto sensu e outros 02 (6,9%) se encontram cursando o Mestrado no momento. Ressalta-se que nesta questão foi possível informar mais de uma resposta pelo participante, em diferentes níveis de titulação. Em relação a área de conhecimento dos cursos realizados nesta última titulação, 08 (27,5%) assistentes sociais informaram cursos relacionados à programas de Pós-Graduação em Serviço Social, enquanto 12 (41,3%) informaram cursos na área

relacionada a Política de Socioeducação e outros 15 (51,7%) apontaram formação especializada em áreas diversas como: políticas públicas, direitos humanos, metodologias de trabalho com famílias e mediação de conflitos.

No que se refere às características de formação profissional de assistentes sociais dos Censes, questionamos sobre a continuidade dessa formação profissional a partir de capacitações na atualidade. Apenas 02 (6,9%) profissionais relataram participar de algum grupo de estudos e pesquisa vinculados a instituição de ensino superior. Entretanto, quando questionado se o participante tem buscado algum tipo de capacitação permanente ao longo dos seus anos de trabalho, 23 (79,3%) responderam positivamente. Dentre as respostas de múltiplas escolhas, 17 (58,6%) participantes mencionaram cursos relativos a Especializações e Pós-Graduação na área da Socioeducação, enquanto 03 (10,3%) mencionaram cursos relacionados ao exercício profissional e ao Serviço Social.

Parece ser verdadeiro em diversos espaços sócio-ocupacionais que os profissionais buscam se especializar nas áreas atreladas à política social na qual encontra-se vinculado e não em sua área de formação profissional e isso também se confirmou na Socioeducação do Estado do Paraná. Cursos de formação e participação em Simpósios, Congressos e Seminários também foram citados pelos assistentes sociais dos Censes como modalidades de qualificação profissional, bem como cursos em formato online e de curta duração. Sobre a proveniência dos cursos de capacitação profissional, 18 (62,1%) assistentes sociais responderam que estes são ofertados pela própria Secretaria do Estado ou instituição na qual encontram-se vinculados, o que revela também o interesse da instituição em capacitar os seus profissionais para a própria política social que executa.

As respostas sobre a modalidade em que são ofertados os cursos de capacitação profissional foram respondidas pelos participantes da pesquisa em questões de múltipla escolha. Assim, 13 (44,8%) participantes apontaram o formato online; 08 (27,6%) informaram o formato híbrido; 04 (13,8%) informaram a modalidade presencial; e 04 (13,8%) apontaram outros. Sobre a participação em capacitações recentes 10 (34,4%) participantes responderam que realizaram Pós-graduação sobre o Atendimento Socioeducativo ofertado pela Secretaria de Estado da Justiça em formato online e 07 (24,1%) participantes responderam que estiveram em capacitação presencial na cidade de Curitiba em Setembro de 2024 em encontro com a categoria profissional de assistentes sociais da socioeducação. Outros 07 (24,1%) assistentes

sociais apontaram que participaram de outras capacitações por conta própria, na modalidade online.

Para finalizar as características que identificam inicialmente este grupo de assistentes sociais dos Censes, uma última questão contemplou a faixa salarial dos participantes da pesquisa. Comparada ao salário-mínimo mensal, foi levantado que 01 (3,4%) participante da pesquisa recebe entre 04 e 06 s.m; enquanto 23 (79,3%) recebem entre 06 a 08 s.m; 04 (13,8%) recebem de 08 a 10 s.m e 01 (3,4%) recebe mais de 10 s.m. É sabido que a categoria profissional de assistentes sociais luta atualmente pela fixação de um piso salarial de cinco salários-mínimos. Embora encontra-se em andamento a lei em questão, ainda não foi efetivado tal pretensão salarial. Assim, observa-se que a faixa salarial dos participantes desta pesquisa encontra-se acima da média pretendida pela categoria profissional, no entanto, sabemos que essa não é a realidade da maioria dos trabalhadores na atualidade. Assim como outros trabalhadores deste país, assistentes sociais vivenciam cada vez mais condições precarizadas de trabalho, conforme apontado no perfil do CFESS/2022. Neste levantamento evidenciou-se os frágeis vínculos empregatícios de assistentes sociais, sendo desprovidos de direitos conquistados pela classe trabalhadora, com destaque para aqueles que se referem a baixa remuneração por hora, trabalho por demanda e trabalho profissional autônomo.

Ao término desta parte introdutória da presente pesquisa, apresentamos a disposição dos capítulos que se seguem. Esta pesquisa encontra-se dividida, portanto, em três capítulos para além da introdução. Os capítulos foram divididos conforme proposto nas etapas da revisão de literatura. Assim, o segundo capítulo encontra-se dividido em duas seções que versam sobre as premissas constitutivas da profissão, bem como as dimensões que constituem o Serviço Social. Compreendemos que estes são elementos indispensáveis para a execução da profissão e para atingir os objetivos profissionais, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que estes assistentes sociais se inserem.

No terceiro capítulo, tratamos sobre o Serviço Social na Socioeducação. Para tanto, iniciamos a discussão acerca da Política de Socioeducação, suas legislações e o que se tem produzido cientificamente sobre o assunto. Após isso, situamos a inserção profissional de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional a partir da revisão de literatura da etapa B sobre o Serviço Social e a Socioeducação.

Por último, no quarto capítulo, abordamos os traços característicos do trabalho de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná a partir da revisão de literatura, suporte documental, e os resultados da pesquisa de campo realizada com os participantes da pesquisa. Neste capítulo as seções foram divididas de acordo com os eixos analíticos pré-definidos para a análise desses traços característicos. Assim, as seções se apresentam com os seguintes subtítulos: 4.1 - Condições de trabalho de assistentes sociais que atuam nos Censes do Paraná; 4.2 - Demandas profissionais recorrentes na atuação de assistentes sociais nos Censes do Paraná; 4.3 - Ações profissionais desenvolvidas por assistentes sociais nos Censes do Paraná.

2 DISCUTINDO ELEMENTOS IMPRESCINDÍVEIS PARA A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO NA ATUALIDADE

Neste capítulo faremos uma discussão acerca da profissão para que possamos compreender os elementos constitutivos do Serviço Social que embasam o exercício profissional de assistentes sociais, independente do campo sócio-ocupacional que este profissional ocupa. Com esta compreensão, dividimos este capítulo em dois tópicos, iniciando a discussão no tópico 2.1 sobre as premissas constitutivas da profissão e logo após no tópico 2.2 descrevemos as dimensões que constituem o Serviço Social como profissão.

Entendemos, portanto, que nestes tópicos estão dispostos os elementos necessários para uma compreensão mais ampla sobre o trabalho desenvolvido por assistentes sociais e que são essenciais para a elucidação dos traços característicos do trabalho executado por estes profissionais no espaço sócio-ocupacional da Socioeducação especificamente.

2.1 AS PREMISSAS CONSTITUTIVAS DA PROFISSÃO

Para que possamos compreender e problematizar o trabalho de assistentes sociais na política social da Socioeducação, é fundamental retomar, mesmo que brevemente, algumas premissas constitutivas da profissão, circunscrevendo-a a partir de determinações econômicas, sociais e políticas relacionadas a um determinado período histórico.

A primeira premissa a ser explicitada é de que, segundo Netto (2006), a emergência do Serviço Social como profissão é 'indivorciável' da ordem monopólica do capital⁸. Conforme o autor, é somente neste período do capitalismo que se situam os determinantes históricos que explicitam a necessidade da emergência da profissão. O surgimento do Serviço Social é, portanto, intrínseco à dinâmica do capital, pois a relação entre si não permite que a profissão seja analisada de forma independente. Com isso, podemos compreender que a tese explicativa acerca da emergência do

⁸ "Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista" (Netto, 2006, p. 19) em que o capitalismo se espalha mundialmente, sobretudo nos países que se encontram em menor grau de desenvolvimento econômico, o que favoreceu para transformá-los em colônias.

Serviço Social não pode se dar de forma focalizada ou endogenista, haja visto que essa profissão não se autodetermina, muito pelo contrário, ela possui um significado social a partir da necessidade de sua existência e se constitui a partir deste determinado contexto histórico.

Neste sentido, situamos o Serviço Social a partir da compreensão de seus rebatimentos econômicos, políticos e sociais desde a sua gênese. Podemos compreender nessa perspectiva, que a profissão se configura como fruto do produto histórico proveniente do sistema capitalista, e com isso, as suas relações não devem ser analisadas isoladamente das transformações societárias em curso.

Nesse sentido, Guerra e Montañó (2024, p.49) coadunam da ideia de que o “significado social da profissão é determinado pelas necessidades sociais constitutivas de determinado período histórico e constituídas por ele, de modo que só se explica a partir dessa chave de interpretação”. Assim, a profissão surgiu no país a partir da década de 1930, cuja fase econômica coincide com a consolidação da transição do capital concorrencial ao monopolista, onde o Brasil se encontra com um atraso de cerca de cem anos em suas forças produtivas em relação aos países em desenvolvimento do hemisfério norte. É exatamente neste momento histórico específico e modo de produção vigente que se encontram os elementos fundamentais para uma análise crítica sobre o surgimento dessa profissão.

É no capitalismo monopólico que se evidenciam as contradições, os conflitos de interesses e a nítida divisão de classes sociais implicadas por essa ordem econômica. No mesmo sentido, é na classe trabalhadora que se explicita de forma contundente os rebatimentos impostos pela desigualdade social tão necessária ao capitalismo e onde se revelam as consequências da superexploração bem sucedida deste sistema. Conforme Netto (2006), estes determinantes, dentre outros, são essenciais para o entendimento da “questão social”⁹ em suas mais variadas expressões como o agravamento da pobreza, da violência e o aumento do desemprego, que são a priori, os fenômenos resultantes desse processo maximizado de exploração do capital em detrimento da classe trabalhadora.

⁹ Conforme Netto (2001, p.43-44) a “questão social” é o objeto de intervenção estatal e se apresenta de forma variada em suas expressões. Assim, os fenômenos que representam tais expressões são reconhecidos por “manifestações imediatas de forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas”, dentre outros.

Posto isso, entende-se que é neste íterim que se abre espaço para a intervenção política do Estado mediante a requisição econômica do mercado em vista da necessidade em se dar respostas aos fenômenos das referidas expressões da “questão social”. Tal intervenção estatal, no entanto, não se iniciou de forma desinteressada pelo Estado, uma vez que atendeu aos seus próprios interesses políticos no que se refere à manutenção do seu poder na ordem societária vigente. Tem-se então, de acordo com Netto (2006, p.26) a cooptação do Estado pela classe dominante e burguesa, onde torna-se um Estado burguês que nunca operou a favor dos interesses da classe trabalhadora.

O Estado joga um papel central e específico, dado que lhe cabe assegurar as condições da reprodução social no âmbito da lógica monopólica ao mesmo tempo em que deve legitimar-se para além desta fronteira - donde o fortalecimento do seu traço intervencionista e sua relativa permeabilidade a demandas extramonopolistas incorporadas seletivamente com a tendência a neutralizá-las (Netto, 2006, p. 80).

Neste contexto, a implementação das políticas sociais pelo Estado torna-se primordial após o seu acionamento para fornecer as devidas respostas para a dada “questão social” imposta pelo sistema capitalista. Netto (2006) pontua neste aspecto que tais políticas sociais asseguraram à ordem monopólica do capital a estratégia de dominação e manipulação da classe trabalhadora, haja visto que a partir do entendimento dessa classe sobre sua condição explorada, passaram a se movimentar socialmente e reivindicar por seus direitos junto ao Estado.

Portanto, as políticas sociais surgem com uma conotação pacificadora e conformadora, apresentando-se como um instrumento de coesão dos conflitos provenientes do modo capitalista, ou seja, da “correlação de forças” existente nos interesses antagônicos e contraditórios entre os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora explorada. Nesse sentido, surgiu na classe burguesa, através da intervenção do Estado, a necessidade de conter a rebeldia da classe trabalhadora, para que a lógica capitalista de superexploração e extração do trabalho explorado não fosse totalmente revelado. Tal tentativa de coesão da classe trabalhadora ocorreu inicialmente através de pequenas concessões, que foram mediadas pelo Estado burguês através das ações das políticas sociais.

Não é sem razão que os primeiros direitos reconhecidos e concedidos pelo Estado brasileiro à população foram os direitos trabalhistas, que foram reivindicados e forjados pela classe trabalhadora.

É neste cenário de atuação pública do Estado na mediação das políticas sociais que se possibilita a abertura do campo para a intervenção profissional de assistentes sociais, revelando com isso, a natureza interventiva e prática da profissão. Tal intervenção passa a ocorrer na medida em que os profissionais “se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle” (Netto, 2006, p.71-72). Conforme o autor, os campos ocupacionais são preexistentes e são eles que definem a necessidade do profissional e a sua ocupação e não o contrário, portanto, é o mercado de trabalho que requisita do Serviço Social a ação dos seus profissionais no manejo das políticas sociais para o contingenciamento das demandas da classe trabalhadora.

Conforme apontado por Guerra e Montañó (2024) é a partir da ação profissional institucionalizada que assistentes sociais passam a intervir nas refrações ou expressões da “questão social” através da mediação das políticas sociais. Os autores elucidam que a “questão social” já existia anteriormente, há mais de um século, e o seu enfrentamento se deu de diversas formas em outrora, perpassando pela via da repressão policial à assistência da caridade, dentre outras. Assim, sustentam que se poderia interpretar erroneamente uma relação direta entre o Serviço Social e a “questão social”, por ser esta última a base de justificação para o surgimento da profissão. Entretanto, com a constituição das políticas sociais, percebe-se que estas são apenas uma das modalidades de intervenção do Estado na tal “questão social” e não a única forma de respondê-la. Portanto, não há uma relação direta entre Serviço Social e a “questão social”, uma vez que esta relação é mediatizada pelas políticas sociais. Em suma, a política social se configura como uma modalidade específica para a atuação profissional diante das demandas sociais, se constituindo como “espaço de ação do assistente social”,

O assistente social é um profissional para a implementação da Política Social. Desta forma, a relação entre “questão social” e Serviço Social é necessariamente mediada pela Política Social. Dito de outra forma: o assistente social intervêm nas refrações da “questão social” apenas a partir de uma determinada modalidade de resposta às mesmas: a Política Social. (Guerra e Montañó, 2024, p.69, grifo dos autores).

Os autores destacam ainda que é a política social que instrumentaliza o/a assistente social para a execução de seu trabalho e não o contrário. Ou seja, a política social não pode ser confundida com instrumento de trabalho de assistente social, uma vez que se perderia o sentido da ação profissional se pensado numa perspectiva

histórico-crítica. Assim, a Política Social “constitui a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, atribuindo sua funcionalidade, sua legitimidade, e criando a demanda e o espaço de inserção ocupacional” (Guerra e Montañó, 2024, p. 73, grifos dos autores).

A partir desse entendimento, elucida-se uma segunda premissa acerca da profissão que foi originalmente apresentada por Iamamoto. Com a requisição do Serviço Social como trabalho, a profissão passa a ocupar um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. Neste quesito, a autora converge com Netto no entendimento de que o Serviço Social somente se estabelece como profissão a partir da sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais diversos, institucionalizando e legitimando sua prática profissional. Conforme Iamamoto (2007, p. 92) o processo de “institucionalização do Serviço Social, como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, está vinculado à criação das grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais ou autárquicas, especialmente na década de 40”. Nestas instituições assistentes sociais passam a se vincular como trabalhadores, ocupantes de um espaço determinado por sua própria especificidade profissional.

Guerra e Montañó (2024, p. 62) justificam que na institucionalização do trabalho de assistentes sociais se encontra a legitimação de sua prática profissional. Para os autores, o Serviço Social não se fundou como profissão sob o viés de um profissional liberal como ocorreu em outras localidades do mundo, a exemplo dos Estados Unidos. A experiência brasileira se deu desde o início da profissão pela via da contratação de assistentes sociais como profissionais executores das políticas sociais, prioritariamente no campo estatal, como trabalhadores assalariados.

A partir da institucionalização do trabalho de assistentes sociais, se explicita que as demandas sociais que se apresentam aos profissionais nas instituições são recortadas ou parcializadas pelo Estado, de acordo com as políticas sociais nas quais se encontram vinculadas. Assim, a intervenção do Estado ocorre de forma fragmentada, através da ação de assistentes sociais nas demandas sociais que se apresentam nas instituições, de acordo com os seus objetivos institucionais.

O reconhecimento da profissão se cristaliza, portanto, a partir do momento em que ela passa a ser demandada pelo mercado de trabalho no contexto da sociedade capitalista. Nesse aspecto, Netto (2006, p. 72) é categórico ao afirmar que é somente na ordem “societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico- sociais para que, na divisão social e (técnica) do trabalho, constitua-se um

espaço para que possam mover práticas profissionais como as do assistente social”. Com isso podemos destacar que o status profissional de assistentes sociais se consolida através da sua inserção no mercado de trabalho, em um local reconhecido pela divisão social e técnica do trabalho, a partir da demanda de sua especificidade profissional (Montaño, 2007, p.118) para com a mediação nas políticas sociais.

A partir da legitimação profissional, assistentes sociais alcançam o patamar no estatuto de assalariamento no mercado de trabalho e com isso passam a vender a sua força de trabalho para as instituições recém-criadas no país.

Este processo constitui, também, o processo de profissionalização do Assistente Social, que se torna a categoria assalariada, alargando-se sua base social de recrutamento, especialmente entre os setores médios ou da pequena burguesia, que buscam uma profissão remunerada (Iamamoto, 2007, p.94).

A partir da venda da força de trabalho assistentes sociais passam a constituir-se e reconhecer-se como classe trabalhadora, alterando o “significado social da sua ação”, bem como a “significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais” (Netto, 2006, p. 73, grifos do autor). Portanto, a venda da força de trabalho deste profissional é o que o configura como trabalhador assalariado, que se encontra disponível no mercado de trabalho. Uma vez disponível para quem se dispuser a contratá-lo, este profissional se submete às condições de trabalho oferecidas, mediante o devido pagamento de sua força de trabalho como mercadoria.

Neste aspecto, Iamamoto (2015, p. 215) revela que esse estatuto de assalariamento confere condicionalidades à execução do trabalho de assistente social no mercado de trabalho. A venda da força de trabalho como qualquer outra mercadoria, possui um valor de troca, o equivalente a um salário e este se encontra mediado por um contrato de trabalho. Este sim, o contrato de trabalho, é o que “impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores” (Iamamoto, 2015, p. 215, grifos da autora). É a partir dos contratos de trabalho que assistentes sociais sentem-se pressionados ao exercer a profissão em meio a contradições, tendendo a divergências diante do conflito de distintos interesses, inclusive dos seus próprios interesses para que consiga manter-se empregado.

A partir da discussão sobre a divisão social e técnica do trabalho e o seu estatuto de assalariamento, podemos inferir ainda de acordo com esta autora, uma terceira premissa acerca da profissão, que refere a uma “relativa autonomia” na condução do exercício profissional.

Iamamoto (2015) afirma que tal autonomia sempre será relativa, uma vez que assistentes sociais possuem limites na objetivação de seu trabalho. Tais limites claramente se deparam com os interesses de quem compra a força de trabalho destes profissionais. Assim, assistentes sociais encontram-se sujeitos ao que lhes for imposto por seu empregador, ou seja, suas ações profissionais encontram-se limitadas aos interesses daquele, seja ele quem for e sob as suas condições objetivas de trabalho, que são alheias à vontade do profissional. Essas condições objetivas referem-se à jornada de trabalho, ao salário, a intensidade e volume das ações profissionais, ao controle sobre suas demandas, requisições e sobre a exigência do alcance dos objetivos institucionais, dentre outros.

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais (Iamamoto, 2015, p. 215).

As implicações de condicionalidades advindas dos empregadores incidem ainda sobre o trabalho de assistentes sociais no que se refere às “exigências trabalhistas”, decorrente da sua inserção no mercado formal de trabalho, bem como na monitoria do “trabalho coletivo articulado” por esses profissionais. Assim, a autora ressalta que tais condições ocorrem independentemente das intencionalidades e objetivos que estes profissionais buscam imprimir no direcionamento do seu trabalho. Portanto, assistentes sociais acabam, muitas vezes, sucumbindo aos objetivos e interesses institucionais em detrimento dos seus próprios interesses profissionais e de seu coletivo, ficando a mercê do “trabalho alienado” (Iamamoto, 2015, p. 219).

No mesmo sentido, Raichelis (2018, p. 27) reconhece que há limites na “relativa autonomia” da profissão, haja visto o seu subordinação aos “constrangimentos da alienação e à reificação nas relações de trabalho”, reiterando assim as condições objetivas de trabalho de assistentes sociais. Entretanto, a autora reafirma que as relações objetivas e subjetivas de trabalho encontram-se conectadas entre si e advém da própria inserção dos profissionais no mercado de trabalho e na sua condição de assalariamento quando torna-se vendedor de sua força de trabalho ao empregador.

Sobre o conflito entre os objetivos profissionais e institucionais, Guerra e Montaña (2024, p. 63) oferecem um contraponto no sentido de que os profissionais são remunerados por seu empregador e não por seus usuários e utiliza dos meios e recursos da instituição contratante para a finalidade de seu trabalho, não de seus próprios recursos. Assim, nesta lógica, o profissional deveria operar a favor apenas dos interesses de seu empregador, que majoritariamente representa o Estado burguês e o poder dominante da sociedade de classes, que

[...] via de regra está direta ou indiretamente vinculada aos interesses hegemônicos do capital, em contraposição aos interesses dos setores subalternos, geralmente destinatários (ou usuários) desses serviços institucionais. Assim, o assistente social se desenvolve no interior de dois tipos de demandas, certamente diferentes e até contraditórias: a demanda institucional e a demanda (ou necessidade) dos usuários (Guerra e Montaña, 2024, p.63).

Entretanto, os autores justificam que é exatamente neste campo de tensionamento constante, que este profissional “pode apresentar um certo protagonismo e uma relativa margem de manobra ao orientar sua ação profissional”. Este é o aspecto que se apresenta como a terceira determinação central da prática profissional¹⁰ para os autores e que representa a contraditoriedade profissional no atendimento de interesses diversos, onde assistentes sociais tendem a favorecer ao mesmo tempo o seu empregador e a classe de usuários de seus serviços (Guerra e Montaña, 2024, p. 90, grifos dos autores).

Pactuando desta ideia, Iamamoto (2015) pontua que é nessa situação tensionada de conflitos de interesses que a relativa autonomia profissional manifesta a possibilidade de operar a favor dos interesses da classe trabalhadora, o que não acontece sem um intenso embate com o empregador. Assim, é somente nesse movimento contraditório que assistentes sociais conseguem minimamente atender aos interesses de seus usuários, revelando assim um vetor subjetivo de seu trabalho, onde expressam verdadeiramente o referido direcionamento que buscam imprimir em seu fazer profissional. Portanto, a possibilidade da efetivação dessa relativa autonomia é

¹⁰ Para os autores Guerra e Montaña (2024), são três as determinações centrais da prática profissional que se referem à: *prática profissional como uma engrenagem na reprodução das relações e sistema social; o caráter político da prática profissional do assistente social e o protagonismo relativo e a margem de manobra do assistente social.*

dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais que envolvem relações com sujeitos sociais determinados [...] que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche (Iamamoto, 2015, p. 220).

Compreendemos então, que a inserção profissional nos variados espaços ocupacionais e o enfrentamento das condicionalidades impostas nas condições objetivas do trabalho de assistente social, se manifestam para estes profissionais como grandes desafios. Somente a partir desse enfrentamento é que os profissionais conseguem ultrapassar as queixas dos usuários que atendem para desvelar as verdadeiras implicações de suas necessidades sociais. Nas palavras de Iamamoto (2015, p. 221) isto requer de assistentes sociais “competência teórica-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo”, sendo estes “requisitos essenciais do desempenho profissional”. Para além disso, a autora alerta que tais requisitos devem ser condizentes com o projeto ético-político da profissão, no qual se prevê uma formação humanizada e alinhada com os direitos sociais da população atendida.

Nesta linha de raciocínio, Raichelis (2018, p. 27) ressalta que o “Serviço Social mobiliza esforços teóricos e políticos para conferir legitimidade social à sua intervenção junto aos sujeitos do trabalho profissional, aliando-se ao movimento de ampliação dos direitos dos grupos e classe subalternas”. Explicita que esta dada direção social é o que se convencionou chamar de “projeto ético-político profissional”, fruto de uma construção coletiva dos últimos quarenta anos de amadurecimento da profissão, que ocorreu a partir da sua proximidade com a teoria social marxista¹¹ e um pensamento social crítico, na tentativa de ultrapassar o conservadorismo impregnado na profissão desde sua emergência.

Este posicionamento de enfrentamento ao conservadorismo na profissão tem sido defendido pela atual gestão do conjunto CFESS/CRESS que se encerra no presente ano de 2026, sob o lema da bandeira “Sou Assistente Social, nossas bandeiras pulsam liberdade”. Este slogan também remete a comemoração que se aproxima aos 90 anos do Serviço Social no Brasil, sendo a liberdade o valor central

¹¹ Tal proximidade se deu inicialmente de forma enviesada, a partir de fontes secundárias e não propriamente da fonte original das obras de Marx. Entretanto, tal aproximação é o que demarca a tentativa da categoria profissional de se desvencilhar da herança conservadora e endogenista presente na profissão desde sua gênese.

defendido pela categoria profissional, dentre outros valores a favor da defesa e reafirmação de direitos dos seus usuários.

Assim, neste campo de tensão entre o pretendido projeto profissional e o trabalho assalariado, conforme apontado por Raichelis (2018, p. 38), é que se abrem margens para abordagens dicotomizadas na profissão, em uma constante relação de contradição ou dividida em duas dimensões: uma abstrata referente a sua relativa autonomia e outra concreta, na qual o profissional se depara com as condições de trabalho. Entretanto, a autora pontua que não deve haver uma cisão entre trabalho e profissão, uma vez que assistentes sociais ao mesmo tempo em que executa suas atividades profissionais, se encontram como trabalhador assalariado “no complexo processo de determinações e possibilidades contidas nas relações sociais das quais é partícipe” (Raichelis, 2018, p.38).

Portanto, embora os profissionais se submetam às condições objetivas do trabalho imposta pelo empregador, ainda se interpõe a possibilidade destes profissionais desenvolverem suas atividades em conformidade com o projeto hegemônico da profissão, pois

ao mesmo tempo, as profissões são constituídas por sujeitos sociais dotados de teleologia e intencionalidade, capazes de imprimir direção ético-política coerente com o projeto profissional [...] é isso que permite que esses trabalhadores e trabalhadoras resistam à subsunção real do seu trabalho às imposições do poder do capital e/ou dos seus representantes nas esferas estatais (Raichelis, 2018, p. 39).

A mencionada intencionalidade profissional corresponde, portanto, ao direcionamento social que a profissão busca imprimir, pela via da reafirmação dos direitos dos usuários atendidos nas políticas sociais. Este direcionamento social, por sua vez, representa em si as condições subjetivas do trabalho de assistente social. Correspondem também à direção estratégica apontada pela profissão em seu projeto de formação profissional, na Lei de Regulamentação da profissão - Lei Federal nº 8.662/1993 e no Código de Ética Profissional.

A compreensão dos elementos presentes nas premissas constitutivas da profissão trazidos nessa discussão até então, tornam-se imprescindíveis para situar o Serviço Social enquanto profissão e o que representa na atualidade.

Podemos afirmar, portanto, que o Serviço Social é considerado uma profissão assalariada, que foi legitimada e institucionalizada através de sua inserção na divisão

social e técnica do trabalho e que foi devidamente regulamentada por uma Lei específica neste país. Esta profissão se localiza na base das mediações do Estado para com a “questão social” presente na sociedade capitalista vigente, por intermédio das políticas sociais. Sua natureza é sobretudo interventiva, mas que exige conhecimentos analíticos. Compreendemos que as respostas profissionais diante das demandas e requisições postas, pressupõe a articulação de um conjunto de conhecimentos, de diferentes ordens, exigindo uma análise crítica da realidade social, a partir do referencial teórico-metodológico marxista, pautada em uma direção ética e política condizente com o projeto profissional e com o domínio da dimensão técnico-operativa.

2.2 AS DIMENSÕES QUE CONSTITUEM O SERVIÇO SOCIAL

A partir das premissas constitutivas da profissão que foram caracterizadas no item anterior e que são fundamentais para a compreensão sobre o trabalho de assistentes sociais, partimos para outro ponto central dessa discussão que se refere a natureza interventiva da profissão.

Nesta direção, para se compreender a natureza interventiva da profissão, se faz necessário que assistentes sociais tenham uma compreensão inteligível de que para dar conta do seu trabalho eles precisam construir suas respostas interventivas a partir de um posicionamento analítico. Com isso, infere-se que a profissão possui uma natureza sobretudo interventiva, no entanto, esta natureza encontra-se aliada a uma natureza analítica, pois estes aspectos se complementam e são necessários um ao outro. É nesse sentido a afirmação de Netto de que ao se errar na análise, certamente o/a assistente social errará em sua intervenção, pois um aspecto encontra-se conectado ao outro, revelando uma indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional.

Iamamoto (2013) foi a precursora da discussão a respeito das dimensões constitutivas da profissão ao chamar a atenção inicialmente em 1998 sobre as alterações ocorridas no currículo mínimo de 1996 para os cursos de Serviço Social, que incidiram nas novas diretrizes curriculares de 1996. Tal alteração curricular para a formação de assistentes sociais levou em consideração a configuração em que se encontrava a profissão e as mudanças societárias decorrentes daquela época. A partir dos anos 2000, esse debate foi ampliado na profissão sob a perspectiva de diversos

autores de ressonância na área no Serviço Social como José Paulo Netto, Yolanda Guerra, entre outros.

Existe um consenso de que a profissão teve desde os anos de 1980 uma maior proximidade com a teoria social marxista, como mencionamos anteriormente, o que favoreceu dentre outros fatores o amadurecimento intelectual dos profissionais e oportunizou o entendimento da profissão a partir de uma dada realidade social, em que se considera uma leitura crítica acerca da sociedade capitalista e o modo de produção vigente que afetam diretamente as relações societárias. A partir deste período os cursos de Serviço Social passaram também a ofertar modalidades de ensino de especialização em cursos de pós-graduação, bem como a elevar o patamar da profissão ao nível da pesquisa e produção de conhecimento sobre essa área que se encontra inserida nas ciências sociais aplicadas. Assim, “a década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social” (Iamamoto, 2013, p. 50), que culminaram nas referidas alterações curriculares que marcaram a profissão.

Estes fatores foram imprescindíveis para a conexão existente entre a natureza interventiva e a natureza analítica da profissão, pois isto significou “um salto qualitativo na análise sobre a profissão” (Iamamoto, 2013, p.51). A partir do aperfeiçoamento e ampliação dessa discussão de Iamamoto, se convencionou a realizar a leitura do Serviço Social a partir de três principais elementos constitutivos da profissão. Tais elementos foram nomeados distintamente por autores do Serviço Social, onde passaram a referi-los como dimensões, embora não haja um consenso na profissão sobre essa denominação. Semanticamente, dimensões significam as partes que constituem algo, uma parte do todo.

Essas dimensões não podem ser consideradas separadas e não se sobrepõem uma à outra em sua importância, ou seja, não existe maior relevância de uma em detrimento da outra para a execução da profissão, pois elas são

Como uma totalidade composta por partes que se integram, se autoimplicam e se autoexplicam, a profissão tem várias dimensões as quais não existem isoladas, nem se estruturam de forma hierárquica, ainda que cada uma possua uma função como totalidade parcial na constituição da totalidade maior que é a profissão (Guerra, 2023, p. 44).

Tais dimensões referem-se aos aspectos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que articulados em sua totalidade formam o arcabouço intelectual e instrumental necessários para o exercício da profissão. Alguns autores consideram

ainda outras dimensões da profissão como por exemplo, a investigativa e a formativa, também constitutivas e presentes no Serviço Social, no entanto, vamos nos ater às primeiras três dimensões mencionadas para o percurso deste item, considerando a limitação e finalidade deste trabalho.

A partir dos apontamentos de Guerra (2013) compreendemos que a primeira dimensão da profissão se refere a teórica-metodológica, que refletem prioritariamente os fundamentos que dão base ou alicerce para o Serviço Social como profissão. Refere-se a leitura sobre todo o saber teórico profissional acumulado ao longo dos anos da profissão, pois “o conhecimento sobre os fundamentos é essencial para desvelar e submeter à crítica o senso comum”. Segundo a autora, essa dimensão capacita assistentes sociais para “uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas”, pois é este conhecimento que orienta as intervenções e estratégias utilizadas, através de construções teórico-metodológicas (Guerra, 2023, p. 60).

Considerando que a dimensão teórica-metodológica embasa a leitura da realidade social e portanto, é imprescindível à profissão, é essa dimensão que incide sobre as decisões e direciona as ações e intervenções profissionais. Nesse sentido, Iamamoto (2007) reforça que é nesta dimensão que se encontra o desafio de pensar a teoria como algo que não está desvinculado da prática, pois é o aspecto teórico-crítico que permite ao profissional suas elaborações a respeito da dinâmica da sociedade. É na perspectiva teórico-metodológica que está, portanto, o desafio de “decifrar as particularidades históricas do movimento atual”, sem o qual não é possível “entender e conduzir criticamente a ação profissional”.

A questão teórica-metodológica diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social; uma relação entre o sujeito cognoscente - que busca compreender e desvendar essa sociedade - e o objeto investigado. Encontra-se estreitamente imbricada à maneira de explicar essa sociedade e os fenômenos particulares que a constituem (Iamamoto, 2007, p. 179).

Santos (2013, p. 26) também coaduna com as autoras anteriores de que é a dimensão teórica-metodológica que possibilita contribuições para o profissional no entendimento acerca do conhecimento da realidade, pois, esta dimensão fornece ao “profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista”. Portanto, é nesta dimensão que se “possibilita a análise do real” sobre a sociedade vigente e o rebatimento de suas relações sociais. Assim, é somente com a

leitura crítica a respeito da formação societária e seus determinantes econômicos e políticos que podemos perceber a realidade vivenciada pela população atendida nas políticas sociais como sujeitos que estão inseridos ou não¹² no modo de produção vigente e que sentem os reflexos do sistema desigual gerado pelo capitalismo.

A partir dessa compreensão, podemos perceber que o domínio da dimensão teórico-metodológica a partir da tradição marxista é o que permite aos assistentes sociais a capacidade da “percepção crítica das contradições e o desvelamento” das engrenagens da realidade. Portanto, a aproximação com esta fonte “é indispensável para a elaboração consciente e intencional de estratégias e táticas articuladas aos objetivos profissionais que se pretende alcançar” (Ramos, Ortiz e Paula, 2023, p. 33). Nos apontamentos dos autores correlacionados, se evidencia a fonte de suas argumentações a partir da matriz teórica-crítica marxista, considerada hegemônica na profissão. É portanto, sob este viés que a dimensão teórica-metodológica permite ao assistente social realizar uma leitura do movimento da realidade em suas determinações e contradições. Essa leitura permite também ao profissional ultrapassar e ir além da realidade aparente para enfim elaborar suas ações e intervenções enquanto respostas profissionais.

Vale lembrar que outras vertentes ou abordagens teóricas também podem se incluir no campo crítico sobre a leitura da realidade e levar em consideração os condicionantes econômicos, políticos e sociais, e que não tenha necessariamente uma ligação com a tradição marxista. No entanto, a profissão ainda possui resquícios do traço conservador herdado em sua gênese, bem como conta com a influência de diferentes matrizes teóricas¹³, embora isso não seja totalmente assumido pelos profissionais.

Partindo para a discussão sobre a segunda dimensão que constitui a profissão, a dimensão ético-política, tomaremos por referência os pressupostos de Guerra (2013, p. 61). De acordo com a autora, o reconhecimento do Serviço Social como uma especificidade profissional inserida na divisão social e técnica do trabalho,

¹² É sabido que o público alvo das políticas sociais em que o Serviço Social atua, em sua grande maioria, se refere a camada da população empobrecida e que se encontra em frágeis condições de trabalho ou mesmo em situação de desemprego ou desalento, onde não se busca mais trabalho, portanto, encontram-se excluídos do modo de produção capitalista.

¹³ Se referem às teorias positivistas, sistêmicas ou ainda travestidas de um novo conceito sobre o conservadorismo moderno. Destaca-se ainda a presença de vertentes que se contrapõem à tradição marxista, situadas no campo da pós-modernidade.

estabeleceu que a profissão encontra-se apta a interagir com a correlação de forças e interesses contraditórios presente na sociedade capitalista. Portanto, esta dimensão representa que “toda intervenção encontra-se imbuída de um conjunto de valores e princípios que permitem ao assistente social escolhas teóricas, técnicas, éticas e políticas” pelas quais a profissão se norteia, bem como imprime um direcionamento estratégico para toda a categoria profissional. Este direcionamento aponta para a reafirmação de direitos amplos dos usuários, em quaisquer que sejam as políticas sociais em que o profissional se encontra vinculado, contemplando todos os espaços sócio ocupacionais.

Os elementos sobre esse direcionamento estratégico foram considerados no debate sobre a dimensão ético-política da profissão, que se ampliou no decorrer da década de 1990 e expressou-se como marcos referenciais que refletiram na construção do novo Código de Ética profissional de 1993. Nos mesmos termos, abarcou elementos para a Lei de Regulamentação da profissão de 1993 e para as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) - 1996. Estes documentos e leis consubstanciam o direcionamento das ações profissionais de assistentes sociais e refletem sobre os indispensáveis princípios éticos e políticos necessários para o desempenho da profissão (Ramos, Ortiz e Paula, 2023, p. 131).

Para Iamamoto (2007, p.179) no entanto, a apropriação de “um ponto de vista político” em si, “não é suficiente para explicar o social”, sem que se tenha uma “capacitação teórica-metodológica”. Para a autora, a compreensão de um “compromisso político” “sugere a necessidade de se ter um ponto de vista de classe na análise da sociedade e no exercício da profissão nessa sociedade”, porém,

se ele indica uma direção a ser imprimida à prática, não é suficiente para desvendar essa prática no jogo das relações de poder político-econômico, das relações do Estado com o movimento das classes sociais. Tal exigência não depende apenas de uma opção político-moral, mas supõe uma formação que exige competência teórica (Iamamoto, 2007, p. 179).

A necessidade de se atrelar a dimensão ético-política a uma fundamentação teórica advém do fato de que as dimensões que constituem a profissão encontram-se relacionadas entre si, pois uma sustenta a outra nas tomadas de decisões e escolhas profissionais diante da situação em que se pretende intervir.

Santos (2013, p. 26) considera que a dimensão ético-política “envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população”. Nesse sentido, essa dimensão também se torna “responsável pela avaliação das consequências de nossas ações - ou a não avaliação das consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem”. Entretanto, esta projeção e avaliação da profissão não pode e nem deve ser realizada de forma isolada, haja visto a relação de interdependência entre as dimensões mencionadas, que incidem sobre os objetivos profissionais. Portanto, compreendemos que é nessa dimensão que se encontram presente os compromissos profissionais que respaldam o exercício profissional de assistentes sociais sob a luz de um projeto formativo que contempla princípios éticos e políticos e de oposição a sociedade capitalista, com vistas para a luta de classes e que se coloca a favor da classe trabalhadora ou dos sujeitos de sua ação.

Por fim, a discussão sobre a terceira dimensão constitutiva da profissão se refere à dimensão técnico-operativa. Conforme Guerra (2013) esta dimensão não se resume meramente ao uso dos instrumentais técnicos da profissão, pois ela vai além disso e envolve tudo o que é necessário para realizar uma ação profissional, significando, portanto, todo o caminho percorrido para sua finalidade. Para a efetivação desta dimensão, exige-se o “conhecimento mais correto possível das finalidades, dos resultados, das condições objetivas sobre as quais a ação incide, dos meios e das possibilidades de realização” (Guerra, 2013, p.63). Entretanto, a autora ressalta que para chegarmos à dimensão técnico-operativa se faz necessário percorrer o caminho das dimensões anteriores, é esta dimensão que confere visibilidade ao Serviço Social e permite o seu reconhecimento enquanto profissão.

Para Trindade (2013, p.76) a dimensão técnico-operativa se dá a partir da compreensão das ações profissionais que “intervêm na regulação das relações sociais” e para isso, se faz necessário a leitura crítica sobre a sociedade capitalista e levar em consideração também a inserção da profissão no mercado de trabalho em um campo limitado pela ação estatal. Portanto, a autora coaduna com Guerra (2013) de que essa dimensão não pode ser resumida a um repertório restrito ao manejo de instrumentos interventivos, como forma de mensurar a eficiência da ação profissional, haja visto que esta dimensão encontra-se fundamentada pelas outras dimensões constitutivas da profissão.

Santos (2013, p. 26) por sua vez considera que a dimensão técnico-operativa “é a mais aproximada da prática profissional” e nela se revela as demais dimensões. Assim, esta dimensão “envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética”. Portanto, a autora afirma que é na articulação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões que se encontra a qualificação do profissional para a tomada de decisões. Essa junção possibilita que a ação profissional seja assertiva nas situações em que foi demandada, com base em escolhas teóricas e metodológicas e convicções éticas e políticas condizentes com a profissão.

Assim, a competência técnica profissional encontra-se relacionada também à habilidade e domínio para a utilização dos instrumentos da profissão. Portanto, os instrumentos e técnica são “elementos que compõem os meios de trabalho” e a escolha desses meios está intimamente relacionada ao “pensar sobre os valores que impregnam as ações do Serviço Social”. Para isso, se faz necessário o conhecimento sobre a profissão, que oriente alternativas de ações e escolhas. (Santos, 2013, p. 30). Em suma, há um consenso entre os autores citados de que o uso dos instrumentos técnicos-operativos da profissão reverbera as outras dimensões através dos conhecimentos demonstrados e dos valores elegidos para o desempenho das ações profissionais de assistentes sociais.

Iamamoto (2007, p. 181), no entanto, chama a atenção que a dimensão técnico-operativa contém um estigma da profissão, que precisa se romper. Tal estigma considera que os profissionais revelam uma preocupação “em dominar um único aspecto específico da realidade, que constitui seu âmbito de ação imediata, e em racionalizar a prática aí desenvolvida”. Ultrapassar este estigma, requer do profissional a consciência de que ao se perseguir “o máximo de eficácia e êxito possíveis” através dessa parte da realidade que lhe foi atribuída, o mesmo necessita compreender que este “pedaço” faz parte da totalidade do processo histórico.

É nesse sentido que Iamamoto (2013, p. 53) deu continuidade na discussão sobre as dimensões características da profissão, que coincidiu com um longo debate que se abriu na categoria profissional a partir dos anos 2000: a de que o Serviço Social necessitava ultrapassar “três armadilhas das quais a profissão se viu prisioneira”, que se referem ao “teoricismo, o politicismo e o tecnicismo”.

A explanação da autora acerca de tais armadilha abrangeu o teorismo como algo em que se incorre ao risco do “teorismo estéril”, uma vez que a perspectiva teórica-metodológica não é suficiente para dar conta de uma realidade sem o engajamento político e uma base técnico-operativa. Assim, também inferiu que pela via do politicismo, entendendo-a como a via da militância, o engajamento político se faz insuficiente para buscar imprimir novos rumos à profissão. E por fim, ressaltou, assim como nas perspectivas anteriores, que o tecnicismo é insuficiente para “uma atuação profissional crítica e eficaz” apenas a partir de uma base técnica-operativa, sem que se faça diante da execução da ação uma análise mais aprofundada sobre a realidade social na qual encontra-se atuando.

Ao revelar o desafio de desmistificar tais armadilhas, a autora reafirma que os aspectos que se referem às dimensões teórica, política e técnica são intrínsecos um ao outro para a execução da profissão. Estas dimensões estão alinhavadas e não devem ser “descoladas” uma da outra, ou seja, o exercício profissional não pode ocorrer somente pelo viés de uma única dimensão. Em outras palavras, essas dimensões são indissociáveis, ao passo que uma instrumentaliza a outra e possui entre si uma relação de interdependência.

Nesta perspectiva, Guerra (2013, p.45) também concorda que tais dimensões “consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si”,

Assim, a definição sobre **o que e como fazer** tem que ser articulada ao **porque** fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao **para que** fazer (indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao **com o que** fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema (s) de mediações) (Guerra, 2013, p.49, grifos da autora).

Entretanto, a autora reconhece que dessa relação entre as dimensões, se faz necessário pensar, elaborar e planejar o uso dos instrumentos e técnicas da profissão para que o exercício profissional não tenha um caráter praticista, onde a prática profissional se torna mais relevante do que os conhecimentos necessários para a sua execução. Assim, aponta nessa direção sobre o risco da via pragmática na execução da profissão, onde a ‘prática’ e o fazer profissional se sobrepõem às mediações e elucubrações mentais necessárias para a interpretação da realidade. Portanto, “dadas estas características, nem sempre nos perguntamos sobre as implicações éticas e

políticas de tais respostas, nem sobre o espaço de autonomia que nos reserva este mesmo cotidiano” (Guerra, 2013, p 53).

Neste ponto, atentamos para o risco de assistentes sociais responderem prontamente ao que lhe foi demandado institucionalmente, sem que haja o devido questionamento sobre a agilidade de sua resposta profissional. Pois, ao construírem suas respostas profissionais, assistentes sociais necessitam de tempo para a devida avaliação da situação em que intervirá, bem como planejar e elaborar as suas ações antes de apresentar suas respostas profissionais de imediato. Quando isso não ocorre, a atuação profissional pode ser considerada impensada, onde as respostas profissionais são dadas de forma aligeiradas, imediatistas e funcionais para as demandas institucionais, em detrimento de uma ação profissional planejada com vistas ao atingimento dos objetivos profissionais e não apenas dos objetivos institucionais.

De acordo com Guerra (2013), por conta do mencionado imediatismo, os profissionais passam a enfrentar as demandas com práticas profissionais irrefletidas, ultrageneralizadas, na base da confiança e da analogia por experiências anteriores, imitando situações pela via da empiria somente. Tais práticas tendem a encontrar as respostas esperadas (pelos outros) para a finalidade da ação profissional, sem levar em conta o embasamento teórico-metodológico e ético-político para as devidas mediações. A autora atenta ainda que é através de uma prática profissional irrefletida, por vezes, que os profissionais se aproximam de uma base teórica positivista, ao invés de uma base social e crítica em que se toma a dialética e o contraditório por referência na leitura da realidade social em que se encontra inserido.

Neste sentido, o padrão atual de políticas sociais privatistas, mercantilista e assistencialista, que fragmenta, segmenta e setoriza as necessidades e categorias sociais, predispõe um tipo de intervenção: pontual, focalizada, imediata, burocrática, mimétrica, repetitiva, pragmática e eminentemente instrumental, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, condicionando o exercício profissional às características e dinâmica do cotidiano e se limitando a ele. (Guerra, 2013, p.59)

Assim, compreendemos que as respostas imediatas frente às demandas institucionais, apenas conferem ao profissional o status de bom cumpridor de normas, onde o mesmo atinge os objetivos da instituição no cumprimento de suas metas e tarefas recebidas. Com isso, muitos profissionais acabam por se afastar dos objetivos da profissão e pela via do praticismo passa a acreditar que sua ação profissional

encontra-se esvaziada de sentido, na crença de que ela poderia ser realizada por qualquer outro profissional sem que seja necessário para isso uma formação específica e legitimada como a do Serviço Social.

Diante disso, vamos detalhar nos próximos capítulos como isso se configura na Política de Socioeducação, a partir da inserção de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional em meio das contradições em que se encontram as suas decisões, ações e respostas profissionais.

3. O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DA POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO

Este capítulo se dedica a problematizar a inserção e o trabalho de assistentes sociais na Política de Socioeducação, sendo este um dos espaços sócio-ocupacionais legitimados para a atuação destes profissionais. No entanto, primeiramente devemos contextualizar a Socioeducação a partir dos princípios e legislações vigentes que regem essa política pública, para que possamos compreender a inserção de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional. Portanto, dividimos o presente capítulo em duas seções. Iniciaremos no 3.1 essa discussão a partir do que se tem preconizado nas legislações vigentes e o que foi publicado cientificamente pela produção do conhecimento a partir da revisão de literatura da segunda etapa prevista para essa pesquisa.

Na segunda seção, referente ao 3.2, abordaremos a inserção de assistentes sociais na política de Socioeducação também a partir dos dados levantados na segunda etapa da revisão de literatura onde realizamos a pesquisa sobre a temática do Serviço Social e a Socioeducação.

3.1 A SOCIOEDUCAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE E A REALIDADE DISCUTIDA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Para debatermos sobre a Socioeducação enquanto política pública de atendimento socioeducativo de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no país, precisamos contextualizar as condições políticas, históricas e sociais que favoreceram o surgimento e a implementação dessa política pública em âmbito nacional.

As medidas socioeducativas foram idealizadas e previstas pela primeira vez no país a partir do que foi preconizado pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, como forma de regularizar o atendimento dispensado até então aos adolescentes e jovens considerados 'em conflito com a Lei'. Antes da regulamentação do Estatuto, adolescentes e jovens eram responsabilizados judicialmente pelo Estado pela via da situação irregular em que se baseava o antigo

Código de Menores de 1979¹⁴. É sabido que os dois Códigos de Menores anteriores ao ECA dispensavam o tratamento ao público infanto-juvenil através de ações conservadoras e moralizantes, considerando adolescentes e jovens vulneráveis como ‘desviados socialmente’, culpabilizando-os por suas condições de vida como se fossem suas escolhas. Sob tal ponto de vista, se desconsiderava por completo o fato destes adolescentes e jovens fazerem parte de uma realidade imposta pela desigualdade social, que configura a principal característica de uma sociedade moldada pelo capitalismo.

Assim, adolescentes e jovens eram apartados da sociedade, inseridos em instituições fechadas que tinham por objetivo corrigir comportamentos tido como ‘disfuncionais’, considerando-os indivíduos desprovidos de valor produtivo. Tais comportamentos eram tratados individualmente e não coletivamente, ou seja, as demandas eram individualizadas diante dos ‘problemas’ sociais da sociedade que atingiam, no entanto, apenas o público-alvo das camadas sociais mais empobrecidas. Essa lógica de correção para com esses adolescentes e jovens passou a se alterar lentamente após a legalização do ECA, pois existem muitos entraves para a mudança de paradigma na condução de uma política pública baseada apenas na atualização da Lei.

Isto quer dizer que uma política, sobretudo como a da Socioeducação, carrega em si as lembranças de suas antigas práticas e que não conseguem se dissipar automaticamente. Ledo engano acreditar que a Socioeducação se transmutou de forma etapista por conta da legislação, pois as raízes dessa política estão impregnadas pelo pensamento menorista que ainda permeia a sociedade, a qual espera por respostas rígidas da parte do Estado no sentido de contenção deste público, ainda considerado como ‘infrator’ e que remete aos Códigos de Menores citados anteriormente.

Portanto, mesmo com a inovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, baseado em novas concepções em que se privilegiou a Doutrina da Proteção Integral¹⁵ ao público infanto-juvenil, a herança conservadora para com os

¹⁴ O Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697) constituiu-se em uma revisão do Código de Menores de 1927, não rompendo, no entanto, com sua linha principal de repressão junto à população infanto-juvenil. Caracterizava-se por um caráter discriminatório, sendo destinado somente aos menores de maior pobreza, que estariam em “situação irregular”, associando-os a uma tendência natural à criminalidade.

¹⁵ A doutrina da proteção integral é um conjunto de princípios legais que considera crianças e adolescentes como **sujeitos de direitos**, em desenvolvimento e com direitos específicos que exigem

adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas ainda apresenta seus resquícios na atualidade. Exemplo disso são os constantes ataques ao próprio Estatuto e medidas inconstitucionais que visam retroceder as suas conquistas. Vale lembrar que o presente Estatuto da Criança e do Adolescente foi regulamentado a partir de forte pressão popular, representado pelos movimentos sociais que buscavam a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, anteriormente dispostos na promulgação da Constituição Federal de 1988. O período histórico em que ocorreu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi marcado por uma trajetória de conquistas de direitos humanos e sociais, que somente foram possíveis através de muita luta e mobilização popular, por isso suas conquistas devem ser duramente defendidas. A referida mobilização popular ocorreu em várias instâncias neste período histórico e contou com a participação de diversos trabalhadores que atuavam na área infanto-juvenil, além da participação das próprias crianças e adolescentes vinculados a diversos movimentos sociais.

Assim, embora as conquistas dos direitos do público infanto-juvenil estejam previstas em Lei Federal, há que se atentar aos inúmeros projetos de alteração do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de retroceder tais conquistas. Atualmente se encontra em discussão na assembléia legislativa um projeto de Lei - PL sob o nº 1.473/2025 para a ampliação do período de privação de liberdade de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que caso seja aprovado, acarretará enormes prejuízos para a Política de Socioeducação em âmbito nacional, bem como altera todo o atendimento dispensado pelas leis vigentes. De igual teor, outras medidas já foram discutidas e encontram-se novamente em discussão para a alteração do texto do Estatuto e da Constituição Federal, com o intuito de reduzir a maioridade civil. Isto não se efetivou até o presente momento apesar dos esforços despendidos por iniciativas enrijecedoras da Lei e que possui forte apelo à opinião pública sobre o assunto.

Tais medidas possuem como pano de fundo a intenção de endurecer as Leis para com crianças e adolescentes, no sentido de responsabilizá-los de forma mais rígida e por considerarem insuficiente as normativas vigentes diante do cometimento de infrações. Entre o senso comum presente na sociedade atual ainda se persevera

proteção prioritária da família, da sociedade e do Estado. Ela substituiu a antiga doutrina da situação irregular e é baseada principalmente no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

o discurso de sensação de impunidade para com este público. Isso demonstra o descrédito que parte da população possui em relação às medidas socioeducativas, uma vez em que se acredita que adolescentes não ficam presos como adultos e por isso eles não são responsabilizados por seus atos suficientemente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente compreende, no entanto, que o público a quem se destina tal Lei, encontra-se em “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”, onde as capacidades intelectuais e sociais de crianças e adolescentes ainda não atingiram a sua plena maturidade, portanto, os mesmos não devem responder criminalmente por seus atos como se fossem adultos. Assim, as medidas socioeducativas aplicadas pelo Poder Judiciário visam a responsabilização de adolescentes em conformidade com a idade e a compreensão deles em relação a infração cometida. Portanto, as medidas socioeducativas se referem ao que foi previsto no artigo 112 do ECA: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das medidas protetivas previstas no art. 101¹⁶.

A aplicação das medidas socioeducativas obedece aos princípios da Constituição Federal de 1988 no que se refere à “legalidade, brevidade, excepcionalidade e proporcionalidade”. Tais princípios reconhecem que aos adolescentes serão aplicadas medidas socioeducativas cabíveis somente mediante determinação da Lei e apenas pelo tempo necessário ao seu cumprimento. Assim, compreende-se também que as medidas socioeducativas devem ser aplicadas de acordo com a gravidade da infração, bem como a medida de Internação, por ser a mais gravosa, deve ser aplicada apenas na impossibilidade de outra medida socioeducativa mais branda. Embora exista essa previsão legal, a realidade nos aponta que esta não é uma exceção e sim a regra em muitas localidades e Estados do país, a depender do entendimento jurídico em voga.

De acordo com o Estatuto, as medidas de privação de liberdade somente devem ser aplicadas mediante “grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de infrações graves, ou pelo descumprimento de medida socioeducativa proposta anteriormente” (BRASIL, 1990). Entretanto, é recorrente a

¹⁶ Referem-se a medidas de caráter protetivo e não punitivo, como por exemplo: orientação, matrícula obrigatória em escola, inclusão em programa comunitário, tratamento para dependência de substâncias psicoativas, dentre outras.

aplicação de tal medida indistintamente pelo Poder Judiciário em qualquer caso cabível, ou mesmo sem a necessidade de fazê-lo diante do cometimento de atos infracionais sem gravidade. Agrava-se ainda quando a privação de liberdade é aplicada como alternativa para a ‘retenção’ de ‘problemas sociais’ de outra ordem, seja por uso de substâncias psicoativas, ameaças de morte contra o adolescente, ou mesmo em casos de indisciplina ou mal comportamento em ambientes escolares e de convivência institucionalizada em instituições de acolhimento.

Ignorar os preceitos constitucionais na aplicação de medidas socioeducativas é desconsiderar por completo os direitos conquistados para os adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Conforme previsto pelo Estatuto, para as crianças de até 12 anos incompletos não se prevê a aplicação de medidas socioeducativas e sim as medidas protetivas, previstas no Art. 101 do ECA. Em relação às medidas socioeducativas, estas estão previstas apenas aos adolescentes de idade entre 12 e 18 anos incompletos, mediante rigorosos critérios jurídicos quanto à legalidade, materialidade (provas) do fato e a presunção da autoria do adolescente no cometimento da infração, quesitos estes que são apurados na fase de investigação e inquérito policial.

Portanto, a aplicação de medidas socioeducativas somente é permitida mediante a comprovação da prática do ato infracional¹⁷, ainda que em fase de investigação, onde os adolescentes já se encontram em privação de liberdade, como ocorre na aplicação da Medida Cautelar de Internação Provisória. Neste período provisório de 45 dias estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorre a investigação do ato infracional e apenas após a decisão judicial é que se atribui medidas socioeducativas como forma de responsabilizar os adolescentes pela infração cometida. Aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Internação, ainda se assegura o cumprimento de todos os direitos fundamentais, civis e sociais, exceto o direito de exercer a sua liberdade. As medidas socioeducativas de Internação não comporta prazo determinado, sendo aplicada pelo período de no mínimo seis meses até o máximo de três anos, sendo avaliadas pelo poder judiciário a cada seis meses para averiguar a necessidade de estendê-la por igual período.

Em busca de regulamentar o atendimento socioeducativo em âmbito nacional, o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi implementado

¹⁷ Atos infracionais são condutas equiparadas a crimes e/ou contravenções penais, que são praticadas por adolescentes em conformidade com o Artigo 103 do ECA - Lei Federal nº 8069/90.

através da Lei Federal nº 12.594/2012, no entanto, a sua aprovação ocorreu no ano de 2006 pelo CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Considera-se na atualidade que esta lei representou um importante marco regulatório para o atendimento socioeducativo em âmbito nacional. No Art. 1º, § 1º da referida lei, encontra-se disposto que o Sinase se constitui por “um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais” (BRASIL, 2012). Encontram-se pautados também nos artigos da referida Lei os objetivos esperados das medidas socioeducativas, que se referem à:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012).

A Lei do SINASE trouxe em 2012 alguns parâmetros de atendimento que apontaram a necessidade de alterações e adequações desafiadoras para a política de Socioeducação, principalmente no que se refere às medidas socioeducativas de privação de liberdade. Tais alterações abrangeram desde a infraestrutura física até a infraestrutura pessoal dos Centros de Socioeducação de todo o país. Uma das principais inovações da referida Lei que rebateu diretamente no sistema socioeducativo foi a recomendação da limitação de no máximo 40 adolescentes por unidade de atendimento. Assim, as antigas estruturas tiveram que se adequar a padronização dos atendimentos nos anos seguintes à implementação da Lei, embora a realidade nos mostra a continuidade do sucateamento dessas infraestruturas em âmbito nacional. Em diversos estados brasileiros há relatos de superlotação de adolescentes em unidades destinadas a privação de liberdade que possuem capacidade bem acima deste número fixado, conforme apontado pela revisão de literatura na etapa B da presente pesquisa pelos autores Oliveira, Seixas e Fernandes (2019), Rocha e Moura (2024) e Oliveira (2019; 2022),

O quantitativo apontado pela série histórica do Levantamento Anual do Sinase nos anos anteriores à implementação do SINASE, demonstra que o sistema socioeducativo vivenciava uma superlotação de adolescentes em nível nacional, bem como isso se reproduzia no Estado do Paraná. A condição de superlotação ainda é

uma realidade na atualidade vivenciada em alguns estados brasileiros, embora tenha-se reduzido drasticamente o número de adolescentes em privação de liberdade na última década. Uma recente pesquisa realizada pelo CNJ - Conselho Nacional de Justiça, no fim de 2024 apontou para algumas causas explicativas sobre tal redução no número de adolescentes em privação de liberdade que ocorreu no país no período de 2013 a 2022.

Os dados dessa pesquisa são bem elucidativos no apontamento dessas causas e auxiliam na compreensão deste fenômeno ocorrido no país¹⁸. Essa pesquisa envolveu a participação de diversos atores do sistema socioeducativo, referente aos trabalhadores da área da socioeducação, Juízes, promotores, defensores, policiais militares e adolescentes em privação de liberdade em cinco estados brasileiros onde houve a maior redução desse número no período estudado. Observou-se alguns pontos relevantes e outros contraditórios na pesquisa diante de diferentes perspectivas, assim como a tentativa de responsabilização mútua entre os distintos atores pelo descrédito das ações socioeducativas.

Embora não seja uma pesquisa conclusiva em seus resultados, algumas teses explicativas por ela apontada são válidas e refletem sobre a redução do número de adolescentes nesse período. Concordamos com as que se referem à: 1- Queda dos registros de boletim de ocorrência contra adolescentes, o que não aconteceu com adultos se comparado a série histórica do sistema prisional desta década; 2- Efeitos das medidas tomadas pelo CNJ no período pandêmico para a soltura de adolescentes em privação de liberdade com atos infracionais considerados não graves; 3- Alterações na dinâmica dos crimes e atuação de facções criminosas que acarretaram mudanças nos registros de infrações, como o tráfico de drogas e homicídios, sendo apontado que a atuação de tais facções refletem diretamente na responsabilização e julgamento de adolescentes em nome suas próprias Leis. Outras causas explicativas para a redução do número de adolescentes em privação de liberdade neste período também foram apontadas por este estudo, no entanto, as teses elencadas aqui parecem fazer mais sentido diante dos achados dessa pesquisa. Ressalta-se que a

¹⁸ Tal pesquisa foi realizada pela parceria entre o Instituto Cíclica, o Observatório de Socioeducação da Universidade Federal do Rio Grando do Sul e o Conselho Nacional de Justiça e teve sua divulgação oficial em live ao vivo pelo canal do youtube em 08/11/2024. Ela pode ser localizada em: <https://www.youtube.com/live/jmnX3bBixjU?is=4JqspqWGhhpJ9KOC>

pesquisa ainda refutou outras teses explicativas sobre a redução desses números, uma vez que não puderam ser comprovadas cientificamente.

É válido lembrar também que a política de Socioeducação não trouxe somente parâmetros para o atendimento socioeducativo de medidas de privação de liberdade. As medidas socioeducativas em meio aberto¹⁹ são compreendidas como alternativas entre as medidas socioeducativas que podem resultar das decisões judiciais, bem como podem ser aplicadas como progressão das medidas socioeducativas de privação de liberdade. De acordo com o princípio da incompletude institucional referido pelo Sinase, se faz necessário o trabalho intersetorial de diversas políticas públicas e sociais no cumprimento de qualquer medida socioeducativa. Este princípio é compreendido pela articulação do trabalho em rede para assegurar todos os direitos dos adolescentes, ao que se denominou por Sistema de Garantia de Direitos, composto por diversos operadores do Sinase. Assim, subentende-se que uma única instituição não consegue realizar o atendimento e encaminhamento de todas as necessidades dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa isoladamente.

Entretanto, em paralelo ao que se tem edificado pelas legislações vigentes que fundamentam a política de atendimento socioeducativo no país, vamos sintetizar o que se tem produzido cientificamente a respeito da Política de Socioeducação.

Para compreender o que tem sido abordado pela produção de conhecimento sobre o atendimento socioeducativo, prioritariamente em relação às medidas socioeducativas de privação de liberdade em âmbito nacional, buscamos por esta temática nos trabalhos publicados nos Anais dos eventos na área do Serviço Social, conforme demonstrado no apêndice 1, bem como na BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Conforme levantamento realizado na segunda etapa da revisão literatura, foram selecionados dez trabalhos nos Anais dos CBAS e ENPESS em suas duas últimas edições e quatro dissertações publicadas sobre o assunto na última década.

Os trabalhos publicados nos anais do CBAS e ENPESS utilizaram como referência os seguintes autores: Baratta (2002); Batista (2003); Bourguignon (2001); Carlos (2019); Cavalcante (2018); Costa (2005); Froemming (2016); Goffman (1974); Gomes da Costa (2006); Lima (2004); Marques (2013); Meneguetti (2018); Moreira

¹⁹ Referente a Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

(2011); Monerat, Almeida e Souza (2014); Souza e Oliveira (2013); Oliveira e Silva (2011); Peixoto (2016); Pereira (2014); Rizzini (2006); Santos (2021); Tissot (2009); Veronese (2015); Volpi (2002); Wacquant (2002) e Zaffaroni (2001). No entanto, nesta primeira parte os autores utilizaram prioritariamente as legislações referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Sinase e documentos normativos e institucionais que embasam a Política de Socioeducação de seu Estado de origem.

Na totalidade dos dez textos analisados o que se identificou, a princípio, é que os autores abordam a Política de Socioeducação a partir de uma retomada do seu debate histórico. Assim, contextualizaram sobretudo elementos teóricos e políticos que culminaram na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pontuando-o como principal marco de referência legislativa para o público infanto-juvenil. Nestes textos percebeu-se a ênfase na legislação jurídico-normativa a partir dos avanços conquistados sobre os direitos das crianças e adolescentes como apontamos anteriormente. Assim, os autores reforçam que crianças e adolescentes somente foram reconhecidos como prioridade absoluta das políticas públicas estatais a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e após, se estabelecendo no Estatuto da Criança e do Adolescente a parceria de responsabilidade entre o Estado, família e sociedade para com este público.

O que foi recorrentemente explorado pelos autores é que o Estatuto da Criança e do adolescente inovou com as medidas socioeducativas a partir da perspectiva pedagógica, através da execução de ações de cunho educativo. De acordo com as discussões apresentadas, o intuito foi ultrapassar as ações socioeducativas meramente punitivistas e sancionatórias de anteriormente, aliando medidas protetivas ao processo de responsabilização de adolescentes diante do cometimento de atos infracionais. Portanto, no conjunto dos dez textos analisados observa-se que prevalece a discussão acerca do Estatuto e do Sinase como significativos avanços legislativos no atendimento socioeducativo, em que se estabeleceu parâmetros para a atuação desta política pública, bem como a co-responsabilidade entre os entes federados.

Os textos abordam, em sua maioria, as controvérsias da política de socioeducação, refletindo criticamente sobre os entraves para a efetivação das legislações em curso, diante da herança histórica que ainda permeia as ações socioeducativas na atualidade, revelando-as como conservadoras, punitivistas e de controle de adolescentes em privação de liberdade. Nesse sentido, em seis dos dez

textos analisados, os autores explicitam os aspectos econômicos, sociais e raciais como fatores determinantes para a apreensão policial de adolescentes e decisivos na aplicação judicial de medidas socioeducativas. Assim, esses autores enfatizam que as medidas socioeducativas são cumpridas prioritariamente por adolescentes e jovens pretos, pardos e empobrecidos, explicitando o fenômeno da criminalização da pobreza, que em certa medida, por coincidência ou não, se assemelha a ‘antiga’ doutrina da situação irregular deste público-alvo das ações socioeducativas.

Outra linha de argumentação identificada nos textos analisados diz respeito à direção política dada pela perspectiva da garantia de direitos da Socioeducação. Na concepção dos autores de oito entre os dez textos analisados, a Socioeducação encontra-se vinculada a um Sistema de Garantia de Direitos em conformidade ao que está preconizado pelo Sinase. Este sistema visa, conforme mencionamos anteriormente, a participação de diversos operadores do Sinase. Com isso, o que mais se destacou nos textos foi a importância do trabalho em rede a partir da integração de diversas políticas sociais, de forma intersetorial. Vale destacar, no entanto, que alguns autores consideram que muitas vezes o adolescente passa a fazer parte deste sistema de garantia de direitos apenas após sua entrada na Socioeducação, apontando para a falha do Estado enquanto garantidor de direitos, ou até mesmo como violador de direitos.

Assim, pontuam como imprescindível a articulação das políticas intersetoriais na tentativa de garantir os direitos que foram anteriormente negados, bem como no intuito da ‘reintegração’ dos adolescentes, ou seja, do retorno dos mesmos para sua comunidade de origem. Como contraponto, em pelo menos três dos trabalhos analisados são destacadas as dificuldades deste trabalho em rede, devido a desarticulação das políticas e ineficiência do Estado em garantir direitos para com este público através das políticas sociais e intersetoriais.

Apesar do reconhecimento por parte dos autores de que a Socioeducação integra um Sistema de Garantia de Direitos, três dos textos analisados citam o sistema socioeducativo como espaço contraditório em que ocorre ao mesmo tempo a garantia de direitos, como também há violações de direitos. Os principais aspectos mencionados que se referem às violações desses direitos estão relacionados à superlotação das unidades de atendimento. Obviamente que este fator por si só descumpra as normativas, no entanto, é sabido que a superlotação de adolescentes nestes espaços encontra-se aliada à falta de estruturas física e pessoal, bem como

são acompanhadas de precárias condições de trabalho para o desenvolvimento do atendimento socioeducativo. Com isso, o sucateamento da política de Socioeducação, como bem apontado por estes autores, não representa somente o desinteresse do poder público para com os adolescentes em privação de liberdade como também demonstra que o que se privilegia neste atendimento é a contenção deste público pela via da punição, sem se preocupar com a qualidade do serviço prestado e o atendimento realizado pelos profissionais que ali atuam.

Portanto, embora as normativas e legislações sejam uníssonas ao afirmar o compromisso da Socioeducação com o Sistema de Garantia de Direitos, é inegável que há uma discrepância, identificada em pelo menos quatro dos textos analisados, entre o que é acordado pelas Leis afetas à área e ao que é vivenciado na realidade pelos adolescentes em privação de liberdade no país. Diante do exposto a acerca das incongruências da Política de Socioeducação é que vamos adentrar na discussão sobre a inserção de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional.

3.2 SERVIÇO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO: O QUE APONTA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO?

Para que possamos compreender a inserção do Serviço Social no sistema socioeducativo, bem como a finalidade de seu trabalho neste dado espaço sócio-ocupacional, é primordial abordarmos, mesmo que brevemente, sobre o perfil dos(as) adolescentes a quem se destina as ações socioeducativas do Estado e que são os sujeitos da ação de assistentes sociais na Socioeducação. Portanto, vamos abordar aspectos que apontam para um certo perfil do público-alvo da Política de Socioeducação em âmbito nacional, que revelam características também apontadas pela produção do conhecimento deste momento da pesquisa.

O último Levantamento do Sinase²⁰ foi realizado no ano de 2025, tomando por referência os dados referentes ao atendimento no ano de 2024, onde constam informações diversas acerca do perfil de adolescentes em privação de liberdade no país. Verifica-se que do total de 12.506 adolescentes em cumprimento de medidas

²⁰ Levantamento Nacional do Sinase de 2024. Brasília, 2025. Pode ser averiguado no site: [Levantamento SINASE 2024 defeso eleitoral.pdf](#)

socioeducativas de privação de liberdade no país, 93,1% correspondem ao gênero masculino, enquanto o gênero feminino representa apenas 0,4% dessa população.

Apesar de representarem a minoria, as adolescentes enfrentam as mesmas condições precárias dispensadas ao atendimento socioeducativo aos adolescentes do gênero masculino. Tais condições ainda são agravadas pelas peculiaridades do gênero feminino, pois, é inegável o sofrimento emocional de adolescentes em privação de liberdade quando gestantes, em amamentação e com filhos pequenos, por exemplo. Não podemos acreditar também que ao gênero feminino é dispensado o mesmo tratamento que ao público masculino, já que os centros de socioeducação para o atendimento exclusivo deste gênero, em conformidade com as normativas vigentes, representam o menor número em qualquer Estado do país. Além disso, estes centros são comumente localizados nas capitais dos Estados, o que consequentemente acarreta o maior distanciamento entre o centro de socioeducação e o município de moradia e da família das adolescentes do gênero feminino.

De igual relevância, chama a atenção no Levantamento do Sinase de 2025 os dados referentes a pertença ético-racial de adolescentes em privação de liberdade. Se mantém o percentual dos levantamentos realizados nos anos anteriores de que a população parda representa 54,8%, do total de adolescentes em privação de liberdade, seguidos por 23,8% de brancos e 18,1% de pretos. Portanto, a população somada de pardos e pretos representa a maioria de adolescentes inseridos no sistema socioeducativo. Este dado representa a realidade até nos Estados com o maior número de população branca, como na região sul do país. No entanto, o Levantamento do Sinase frisa que adolescentes pretos e pardos não devem ser considerados mais propensos à criminalidade por representarem o maior número de adolescentes inseridos no sistema socioeducativo do país, pelo contrário, este dado nos remete pensar que o racismo ainda se faz presente na sociedade atual e encontra-se fatidicamente relacionado à tomada de decisão sobre a apreensão de adolescentes desta determinada pertença ético-racial, bem como na atribuição e determinação de medidas socioeducativas.

Cabe salientar que o Levantamento do Sinase apresentou defasagem de seis anos na coleta de seus dados, sobretudo no período pandêmico, o que aponta para uma fragilidade do sistema para a coleta, registro e manutenção de dados e fontes fidedignas sobre o atendimento socioeducativo no país. Podemos notar também as inconsistências em relação ao número de informações que aparecem no

levantamento como ‘não informados’, prejudicando assim, a análise da real situação acerca do perfil desses adolescentes em privação de liberdade. Em relação à renda familiar dos adolescentes, por exemplo, há uma grande quantidade de informações no campo ‘não informados’, assim como em relação à vinculação dessas famílias a programas socioassistenciais do governo, o que acaba por afetar a leitura sobre a vulnerabilidade social de adolescentes e de suas respectivas famílias no contexto socioeducativo.

No entanto, não temos como negar que o fator classe social é preponderante na proposição das ações socioeducativas do Estado, haja visto que historicamente esta política foi pensada e destinada ao tratamento de adolescentes empobrecidos e que sobrevivem em contexto de violência. Assim, a violência e o empobrecimento são os fenômenos que expressam a questão social de maior incidência no ambiente socioeducativo. Não é sem razão que o fenômeno da criminalização da pobreza tornou-se objeto de estudo de diversos pesquisadores das ciências humanas e jurídicas, dentre outras, considerando que o Brasil é um dos países que possui a maior população encarcerada do mundo, de acordo com o que foi apontado no último Anuário Brasileiro de Segurança Pública. No entanto, por mais que os quesitos de gênero e raça sejam fatores que se destacam dentre o público-alvo da socioeducação, estes atravessamentos não podem ser lidos isoladamente da classe social da qual pertencem estes adolescentes.

Compreendemos que a classe social é a condição que define em absoluto a determinação de medidas de contenção de adolescentes advindos da periferia, seja pela ação policial ou de agentes públicos que realizam ação direta na aplicação das medidas socioeducativas a este público-alvo em específico.

Diversos são os dados apontados no levantamento do Sinase que dão conta de expressar um determinado perfil de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em especial no que se refere às medidas de privação de liberdade. Destacam-se ainda as características sobre o grau de escolaridade desses adolescentes, que sinalizam para um elevado nível de evasão escolar e disparidade da relação idade e série em que os/as adolescentes se encontram matriculados e representa uma significativa defasagem escolar. Essa defasagem acarreta prejuízos na inserção de adolescentes ao mercado de trabalho e isso contribui para o adensamento da parcela de trabalhadores excluídos ou sobrantes do modo de produção vigente.

Além disso, chama a atenção ainda, alguns dados apresentados referentes ao uso de substâncias psicoativas e tratamento de saúde mental. Embora não seja possível realizar uma leitura mais precisa a partir do levantamento do Sinase acerca destes fatores, se faz necessário pensar novas estratégias para o enfrentamento do uso de drogas e internação compulsória de adolescentes por conta de tal uso. É sabido que o tratamento para drogadição de adolescentes deixou de ser realizado no formato de Comunidades Terapêuticas, de acordo com as recentes alterações nas legislações vigentes referente ao tratamento em saúde mental. Portanto, restam duas alternativas para o acompanhamento e tratamento de saúde mental para adolescentes, que se referem ao regime de internação em hospitais e regime ambulatorial realizados nos CAPS - Centro de Atenção Psicossocial. Entretanto, é recorrente a confusão acerca da determinação de medidas socioeducativas para adolescentes em substituição dessas medidas protetivas que estão previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Este perfil acerca dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade no país nos revela uma realidade de diversas e extremas vulnerabilidades, tanto pessoais quanto sociais desses adolescentes e suas respectivas famílias. É neste contexto que assistentes sociais se inserem no sistema socioeducativo e são chamados a intervir, a partir de suas ações diretas para com o público-alvo da política de socioeducação. Diante do panorama que foi apresentado, é inconteste que as ações de assistentes sociais na socioeducação estão intimamente relacionadas aos fenômenos expressos pela “questão social” em que adolescentes se encontram inseridos, comumente relacionados à condição de empobrecimento e à violência.

Assim, passaremos a abordar a inserção de assistentes sociais na Socioeducação a partir dos dados levantados na etapa B da revisão de literatura da presente pesquisa, conforme demonstrado no apêndice 1. De acordo com o que detalhamos nos procedimentos metodológicos, esta etapa da pesquisa se refere ao que foi apontado pela produção do conhecimento acerca da temática do Serviço Social e Socioeducação, incidindo sobre o trabalho de assistentes sociais no sistema socioeducativo.

Para a construção deste item, tomamos por referência os dez trabalhos selecionados nas duas últimas edições publicadas até o momento deste levantamento nos anais do CBAS (2019 e 2022) e ENPESS (2022 e 2024). Conforme mencionamos

anteriormente, também utilizamos como referência as quatro dissertações que versavam sobre a temática, que se encontram na BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Com isso, foi possível identificar alguns pontos a serem destacados que contribuem para a compreensão sobre a inserção do Serviço Social na política de socioeducação, bem como da execução do trabalho de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional.

Vale mencionar que dentre os trabalhos selecionados como referência, quatro deles se referem às dissertações. Quanto à natureza dos trabalhos publicados nos anais do CBAS e ENPESS, eles se referem à: quatro trabalhos sobre a sistematização da prática profissional; três trabalhos são compostos de reflexões teóricas; dois trabalhos se referem a relatos de experiência de estágio curricular da graduação em Serviço Social; e um dos trabalhos se destaca a perspectiva profissional a partir de um relato de experiência.

Podemos destacar que o objetivo que se assemelha nos textos analisados, é problematizar alguns aspectos do trabalho de assistentes sociais, sendo que estes aspectos refletem prioritariamente em suas condições de trabalho e nos desafios encontrados para a execução deste trabalho na política de socioeducação. O Serviço Social é situado pelos autores enquanto profissão necessária à Socioeducação e que foi requisitada pelo Estado desde a abertura deste espaço sócio-ocupacional. A partir dos apontamentos dos autores, é possível observar a ênfase das discussões acerca da profissão enquanto uma especificidade que questiona e realiza suas ações no campo da defesa dos direitos dos seus usuários, ou seja, dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas de privação de liberdade.

No entanto, conforme apontado pelos autores Oliveira, Seixas e Fernandes (2019), Santos e Silva (2019) e Oliveira (2019; 2022), as ações profissionais de assistentes sociais no âmbito da socioeducação são realizadas em um campo controverso de interesses, pois encontram-se situadas entre ações que afirmam e negam direitos, o que é inerente à política de atendimento socioeducativo. Entende-se que a controvérsia da socioeducação encontra-se relacionada ao caráter contraditório das medidas socioeducativas desde a sua previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se tentou conciliar aspectos pedagógicos aos aspectos punitivos da ação socioeducativa. Eis o campo de tensão em que assistentes sociais se encontram inseridos neste espaço sócio-ocupacional, pois ao mesmo tempo em que buscam imprimir um direcionamento ético e político condizentes com a

profissão, são chamados a realizar atividades de controle e disciplinamento de adolescentes em privação de liberdade. Esta é uma prática comumente esperada de assistentes sociais, que suas ações sejam de ajustamento social, que mais se assemelham à lógica positivista do que de defesa de direitos.

Historicamente, a profissão tem sido requisitada pelo Estado para intervir em ações de controle e contenção da população usuária das políticas sociais, no entanto, neste espaço sócio-ocupacional em específico, a manutenção desse padrão de atendimento social tende a reproduzir a lógica conservadora em que persiste as práticas menorista. Nesta lógica, se sobressaem as ações de aspectos punitivistas em detrimento da ação socioeducativa. Assim, o aspecto punitivista da ação socioeducativa foi mencionado por oito autores entre os dez trabalhos analisados, revelando que, muitas vezes, a punição prospera na socioeducação.

Portanto, a atuação profissional de assistentes sociais na socioeducação encontra-se permeada por uma correlação de forças, conforme apontado pelos autores, de onde existem convergências e divergências entre distintos olhares e saberes profissionais. O tensionamento das relações no ambiente socioeducativo se intensifica à medida que os interesses e princípios profissionais se destoam. Assim, a inferência da composição de uma equipe multiprofissional, estabelecida pelo Sinase como parâmetro para o atendimento socioeducativo, recai sobre o foco das tensões e do 'embate de ideias', conforme nomeado por Leite (2022), entre assistentes sociais e demais profissionais que ocupam este espaço sócio-ocupacional. A composição da equipe multiprofissional foi mencionada por oito entre os dez trabalhos de referência, mas vale destacar que nem todos os profissionais desta equipe possuem preceitos éticos que contemplam uma categoria profissional. Assim, a diversidade de entendimento acerca da ação socioeducativa dificulta o manejo das relações de trabalho no ambiente socioeducativo, intensificando as situações de conflito diante da disputa de saberes e de seus próprios projetos pessoais e profissionais.

Neste quesito, pudemos identificar que a concepção de trabalho e projeto profissional de assistentes sociais na socioeducação, para a maioria dos autores analisados, encontram-se relacionados aos princípios marxistas. Dos dez trabalhos analisados, seis autores identificaram suas concepções de trabalho a partir de uma abordagem crítica, sendo que três autores explicitaram o método do materialismo histórico-dialético como base para suas reflexões e análises apresentadas acerca do trabalho de assistentes sociais no âmbito da socioeducação. Embora não tenha sido

unânime, percebe-se no conjunto dessas obras, uma leitura crítica dos autores acerca da realidade enfrentada por assistentes sociais na socioeducação. A perspectiva crítica possibilita que assistentes sociais compreendam os fenômenos sociais para além do aparente e de como se apresentam na realidade, revelando as reais necessidades de seus usuários em qualquer política social. Esta leitura crítica possibilita, portanto, o embasamento para a atuação de assistentes sociais de acordo com o direcionamento ético e político da profissão em todas as instâncias.

Entretanto, por mais que os autores tenham se valido teoricamente de uma fonte crítica para embasar suas concepções de trabalho, foi recorrente nos trabalhos analisados a inferência sobre o trabalho de assistentes sociais na socioeducação a partir de uma via pragmática, em que o destaque deste trabalho se encontra na descrição de suas ações e atividades profissionais. Em seis dos dez trabalhos analisados, é perceptível que as atribuições de assistentes sociais se mesclam em um conjunto de ações e atividades, por vezes genéricas e em comum com outras profissões ou saberes profissionais. Como bem frisado por Rocha e Moura (2024), neste espaço sócio-ocupacional ocorrem atividades que necessitam de respostas imediatas de assistentes sociais, com a utilização de seu instrumental técnico. No entanto, pela urgência de tais respostas, as ações profissionais acabam sendo executadas sem o devido planejamento ou mesmo com a ausência de um plano de trabalho. Assim, conforme apontado pelos autores, muitas vezes as respostas profissionais de assistentes sociais na socioeducação são realizadas de forma aligeiradas e desprovidas das mediações necessárias.

Diante dessa realidade descrita, houve uma ponderação unânime entre os autores de que assistentes sociais desempenham o seu trabalho na socioeducação a partir de muitos entraves, por vezes classificados como desafios para a execução do trabalho destes profissionais. Concomitante aos desafios, surgem também as precárias condições de trabalho de assistentes sociais na socioeducação. Em mais da metade dos trabalhos analisados, a precariedade citada pelos autores se refere às frágeis condições de contratação de assistentes sociais, bem como na sobrecarga e extensão do trabalho para além do expediente devido à ausência de novas contratações e concursos públicos. O descumprimento de normativas referentes à capacidade de atendimento dos centros de socioeducação, também é mencionada por alguns autores, acarretando a superlotação de adolescentes em privação de liberdade e refletindo diretamente nas ações profissionais de assistentes sociais.

Assim, torna-se perceptível a desvalorização destes profissionais na socioeducação pelo descaso do aparato público para com a qualidade do atendimento prestado.

Para além da precariedade das questões objetivas do trabalho, algumas questões subjetivas também foram evidenciadas pelos autores no trabalho de assistentes sociais na socioeducação. Oliveira (2019) evidencia que o assédio perpetrado contra assistentes sociais na socioeducação se expressa em diferentes formatos, abrangendo aspectos pessoais (moral, sexual) e profissionais. A autora infere, no entanto, que o desrespeito a estes profissionais ocorre dentro e fora do sistema socioeducativo, por haver hostilização da sociedade em geral à profissionais, assim como assistentes sociais, que lutam por direitos de ‘bandidos’, se referindo aos adolescentes em privação de liberdade.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas por assistentes sociais no âmbito da socioeducação, percebe-se na totalidade dos trabalhos analisados que os princípios éticos e políticos que direcionam a profissão são reivindicados como conhecimentos mobilizadores de seu trabalho. Uma vez que as questões objetivas e subjetivas de trabalho na socioeducação são precárias e revelam o total descompromisso do Estado para com a qualidade do serviço prestado com esta política pública, é exatamente no campo da articulação e se colocando como profissional pertencente a um sistema de garantia de direitos, conforme sinalizado pelo Sinase, que assistentes sociais vislumbram executar o seu trabalho neste espaço sócio-ocupacional. A articulação com a rede intersetorial é citada pelos autores como possibilidade da execução do trabalho na socioeducação, muitas vezes com o enfrentamento de dificuldades, mas que possibilita a perspectiva da defesa de direitos de seus usuários a partir da incompletude institucional do sistema de garantia de direitos.

Por conta dessa articulação com o sistema de garantia de direitos em que o trabalho é executado em rede com diversos serviços e políticas públicas é que assistentes sociais da socioeducação frequentemente são vinculados ao Sistema de Justiça. Embora o termo possa fazer alusão aos trabalhadores do poder judiciário apenas, o sistema sócio-jurídico é formado por diversos atores que atuam com a defesa de direitos e não necessariamente pertencem ao quadro de trabalhadores do sistema judiciário. A articulação com as promotorias de justiça e defensoria pública, bem como com conselhos de defesa de direitos, qualifica o trabalho de assistentes sociais da socioeducação, sendo uma interface deste trabalho, que lhe confere um

viés que remete ao sistema sócio-jurídico na área de crianças e adolescentes. Historicamente, as áreas que compõem o sistema de justiça são: Poder Judiciário, Ministério Público, Núcleos de Prática Jurídica, Defensoria Pública, Medidas Protetivas e Socioeducativas e o Sistema Penal.

4. O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO: CONDIÇÕES DE TRABALHO, DEMANDAS E AÇÕES PROFISSIONAIS

Neste último capítulo trataremos especificamente sobre o trabalho de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná para que possamos identificar os seus traços característicos. Elencamos três eixos analíticos por entendermos que a combinação deste conjunto contempla informações imprescindíveis para a explicitação dos traços característicos presentes no trabalho de assistentes sociais nos Censes. De igual importância, definimos que a sequência das seções apresentadas neste capítulo obedeceria a uma lógica para melhor compreensão deste trabalho e de seus traços característicos. Assim, não é sem razão que as condições de trabalho que assistentes sociais enfrentam nos Censes do Estado do Paraná abrem as seções de análises. Iniciar pelas condições de trabalho é essencial para que possamos evidenciar as demandas que chegam aos profissionais nos Censes e a partir delas, avançar na compreensão de como estes assistentes sociais respondem às demandas através de suas ações profissionais e seus desdobramentos.

Portanto, o presente capítulo encontra-se estruturado em três seções em conformidade com os eixos analíticos e se referem à: Eixo analítico 1: As condições de trabalho de assistentes sociais que atuam nos Censes do Paraná; Eixo analítico 2: Demandas profissionais recorrentes na atuação de assistentes sociais nos Censes do Paraná; e Eixo analítico 3: Ações profissionais desenvolvidas por assistentes sociais nos Censes do Paraná.

Para fundamentar a análise dos dados deste capítulo utilizaremos da revisão de literatura anteriormente construída, que contempla as revisões realizadas nas duas etapas (A e B) da presente pesquisa. Aliada a revisão de literatura, utilizaremos o suporte documental e por fim, os dados coletados na pesquisa de campo realizada com os participantes da pesquisa através do questionário da plataforma google forms.

4.1 EIXO ANALÍTICO 1: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NOS CENSES DO PARANÁ

A inserção de assistentes sociais na Socioeducação encontra-se demarcada pela necessidade de sua especificidade profissional (Montaño, 2007, p.118) enquanto

trabalhador em meio a um rol de profissionais que compõem uma equipe multiprofissional conforme recomendam as legislações afetas da área, obedecendo principalmente ao que encontra-se previsto pelo Estatuto da Criança e Adolescente e o Sinase. Além dessas normativas, o Código de Normas do Estado do Paraná visa implementar a execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade em âmbito estadual e com isso prevê a atuação de assistentes sociais em suas equipes nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná.

Com o intuito de explicitar os traços característicos presentes no trabalho de assistentes sociais que atuam nos Censes do Estado do Paraná, é de fundamental importância iniciarmos a análise pela compreensão das condições de trabalho que estes profissionais possuem neste espaço sócio-ocupacional. Nesse sentido, para levantarmos as condições de trabalho como uma das características do trabalho de assistentes sociais dos Censes foi realizado um bloco de perguntas com tal finalidade a estes profissionais através do questionário na plataforma google forms, como salientamos anteriormente.

Conforme mencionamos, a presente pesquisa contou com a participação de assistentes sociais que atuam em 17 (89,4%) dos 19 Censes que executam as medidas socioeducativas de privação de liberdade no Estado do Paraná. Destaca-se que não havia assistente social no quadro funcional de dois Censes do Estado no momento da coleta de dados da pesquisa de campo, por isso, não foi possível contemplar a pesquisa em todos os Censes. Embora a pesquisa não tenha atingido 100 % dos Censes do Estado do Paraná, acredita-se que as condições de trabalho se assemelham neste ambiente de privação de liberdade, mesmo com as particularidades de cada Cense no trabalho desenvolvido em sua localidade.

A partir das respostas dadas pelos participantes da pesquisa podemos afirmar que uma das características mais marcantes deste grupo de assistentes sociais que atua na Socioeducação do Estado do Paraná é de que ele é composto em sua totalidade (100 %) por servidores públicos, embora recentemente tenha sido realizado um processo seletivo para a contratação de residentes técnicos com formação em Serviço Social²¹.

²¹ Residentes técnicos são profissionais contratados por via terceirizada que se encontram vinculados a uma especialização oferecida por instituição de ensino do Estado e atuam profissionalmente sob a supervisão e responsabilidade técnica de um profissional de sua área de formação. A presente pesquisa, já em curso, não contemplou tais profissionais na fase de pesquisa de campo, uma vez que suas atribuições destoam das atribuições de servidores públicos.

Diferentemente dessa realidade, apontamos no capítulo anterior, a partir do que foi abordado pela produção do conhecimento, que a contratação do funcionalismo público para a socioeducação em outros Estados do país não ocorre exclusivamente pela via do concurso público. De acordo com o levantamento de dados realizado na etapa B da presente pesquisa, vimos que assistentes sociais, dentre outros profissionais do segmento da socioeducação, são contratados através de processos seletivos e outras vias terceirizadas de contratação e uma pequena parcela de profissionais via concurso público. Nas produções levantadas foram mencionadas a precariedade dos contratos de trabalho, que são agravados pela baixa remuneração e falta de garantias trabalhistas, para além da instabilidade dos vínculos empregatícios.

Assim, observamos que o ano de 2006 foi um ano de referência para o ingresso de assistentes sociais nos Censes do Estado do Paraná através do concurso público realizado pelo Instituto de Ação Social do Paraná, o então órgão responsável pelo atendimento socioeducativo estadual. Antes disso, outros profissionais que ocupavam esses espaços haviam sido contratados por processo seletivo e que na atualidade já não se encontram nestes locais em decorrência de desligamento ou aposentadoria. No referido ano de 2006, 11 (37,9%) assistentes sociais ingressaram no sistema socioeducativo pela via do concurso público, no entanto, 03 (10,3%) participantes já haviam trabalhado nos Censes anteriormente, através de processo seletivo ocorrido no ano de 2004. Depois de 2006 até o ano de 2010, outros 09 (31%) assistentes sociais ingressaram no sistema socioeducativo através da abertura de novas vagas ou substituição de profissionais aposentados. Entre os anos de 2012 a 2016 houve o ingresso de mais 09 (31%) assistentes sociais nos Censes, que já atuavam anteriormente em outros órgãos ou Secretarias do Estado e foram remanejados para a socioeducação por processo de remoção, realocação ou editais afins.

Entretanto, cabe destacar que desde o ano de 2006 não houve concurso público para o provimento de vaga para assistente social no Estado até o ano de 2024, onde foram abertas vagas para diversos segmentos de Secretarias de Estado e encontra-se ativo no chamamento de profissionais na atualidade. Na Socioeducação, após quase vinte anos desde o último concurso público realizado, esta foi a primeira vez que foram previstas vagas para preencher as lacunas dos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná. Como mencionamos anteriormente, não havia assistentes sociais em dois Censes do Estado até recentemente, época da

pesquisa de campo da pesquisa com os profissionais. Embora não possamos mensurar nessa pesquisa, devemos considerar que no período de vinte anos uma quantidade significativa de profissionais tenha se aposentado no sistema socioeducativo. Além disso, é fato que alguns assistentes sociais migraram desta para outras secretarias do Estado ou cargos comissionados, o que pode ter contribuído para a defasagem deste profissional na socioeducação, seja nos Centros de Socioeducação ou em Programas de Semiliberdade²².

Uma das características que chama a atenção nos dados da pesquisa se refere à experiência profissional destes assistentes sociais que atuam nos Censes. Podemos observar nas respostas ao questionário que 27 (93,1%) dos participantes responderam que haviam trabalhado em outro local anteriormente a sua entrada no Cense, revelando uma vasta experiência profissional deste grupo. Dentre as experiências profissionais relatadas, percebe-se que a maioria das respostas (75,8%) estão relacionadas à Política de Assistência Social a nível municipal. Alguns profissionais citaram mais de uma experiência profissional, que ocorreram em campos diversos como: Guarda-Mirim, APAE, Programa Aprendiz, hospitais, instituições particulares, Detran e relativos à docência. Quanto ao tempo de experiência profissional anterior, foi informado entre 01 e 14 anos de trabalho em outros locais, antes da entrada nos Censes. No que se refere a um segundo vínculo empregatício, apenas 01 (3,4%) participante da pesquisa respondeu que trabalha atualmente em outro local, em uma instituição privada. Outros 02 (6,9%) participantes sinalizaram que já ocuparam ou ocupam no momento algum cargo comissionado na SEJU/CGS ou Cense, sendo um deles na direção por um breve período de tempo no passado.

Um dos pontos que merece destaque nas nossas análises se refere a carga horária de trabalho destes assistentes sociais, que é de 40 horas semanais. Apenas 01 (3,4%) participante da pesquisa trabalha com a carga horária reduzida para 20 horas semanais no momento. Dentre as respostas foi possível observar que 19 (65,5%) participantes apontaram a carga horária como totalmente inadequada,

²² A defasagem de assistente social enquanto profissional necessário na equipe multiprofissional dos Censes ou de Programas de Semiliberdade já foi alvo de ações judiciais contra o Estado no sentido de recompor a equipe mínima para o atendimento socioeducativo. Assim, a gestão do sistema socioeducativo recorreu, em determinadas épocas, à estratégia de 'empréstimo' temporário deste profissional de outra localidade do Estado para atender em caráter de emergência a determinada ação civil pública. Obviamente que tal ação acarreta ônus à equipe cedente do profissional, uma vez que ao ceder, a equipe também ficava defasada devido à insuficiência de assistentes sociais nos Censes.

enquanto 08 (27,6%) participantes relataram como razoavelmente adequada e outros 02 (6,9%) participantes afirmaram que se trata de uma carga horária totalmente adequada. Sobre a inadequação desta carga horária, a maioria dos participantes (72,4%) apontaram o descumprimento da Lei Federal nº 12.371/2010 em que foi prevista a carga horária de 30 horas semanais para a categoria profissional de assistentes sociais. Entretanto, este direito não foi reconhecido e implementado pelo Governo do Estado do Paraná desde então, mesmo após solicitações administrativas e ações judiciais em diversos setores da Administração pública na esfera estadual.

Vale ressaltar que os pedidos administrativos, tanto individuais quanto coletivos foram negados pelo Estado do Paraná sob a justificativa de que Assistentes Sociais ocupam o cargo de Agente Profissional dentro do quadro funcional do poder executivo, o que é genérico e contempla diversas profissões. No entanto, a incongruência desta informação se encontra no fato de que para exercer o trabalho na função de assistente social foi requerido pelo concurso público para o provimento do cargo que estes profissionais tivessem formação específica em Serviço Social, assim como o registro no Conselho de classe da categoria profissional. O próprio conjunto CFESS/CRESS já realizou diversas tratativas com o Estado sobre esta questão, no entanto, as incidências das negativas são dadas através de respostas padrão, utilizando-se do cargo como mencionamos ou de que a Lei Estadual prevê a carga horária de 40 horas semanais para todos os servidores de seu quadro funcional, não havendo previsão de jornada de trabalho diferenciada para qualquer categoria profissional.

Além da carga horária de trabalho de 40 horas semanais, outros fatores foram apontados pelos participantes da pesquisa como agravantes da inadequação dessa jornada de trabalho. Em 09 (31%) respostas foi possível observar que a inadequação da carga horária se deve a natureza complexa do trabalho de assistentes sociais. A complexidade do trabalho de assistentes sociais no sistema socioeducativo é afluída ainda pelos aspectos próprios da privação de liberdade, que contemplam as características de periculosidade e insalubridade para o desempenho do seu trabalho. É sabido que argumentos que serviram de base para o pedido da redução da carga horária semanal para 30 horas dessa categoria profissional indicavam que a exposição de assistentes sociais em longas horas de permanência em seus locais de trabalho poderia acarretar comprometimento da sua saúde física e mental. Assim, podemos considerar que a complexidade do trabalho realizado por assistentes sociais

na socioeducação ainda são somatizados pelos atravessamentos do ambiente intramuros. Entretanto, apontamos para a necessidade do aprofundamento de estudos e pesquisas científicas sobre essa temática, sobretudo com os trabalhadores da Socioeducação que possuem condições de trabalho e relações interpessoais tensionadas inerentes a este espaço sócio-ocupacional.

Nesse sentido, foi recorrente no conjunto de respostas da presente pesquisa o uso de adjetivos que qualificam a carga horária vigente para assistentes sociais da socioeducação como “pesada, extenuante, exaustiva e desumana”. Isso nos remete a pensar que existe uma sobrecarga de trabalho neste espaço sócio-ocupacional e que ela não ocorre somente pelas condições objetivas do trabalho, a partir do ritmo e volume de trabalho ditados institucionalmente. Esta sobrecarga de trabalho acontece também pelas condições subjetivas do trabalho, conforme apontado por Raichelis (2018, p. 27), que afetam emocionalmente estes profissionais na execução do seu trabalho.

A sobrecarga emocional foi relatada pelos participantes da pesquisa como resultante da complexidade envolvida na execução do trabalho socioeducativo, sendo apontada como fator de risco para o comprometimento de sua saúde mental, bem como empecilho para o descanso e lazer necessários a todo trabalhador. Além disso, alguns participantes apontaram como agravantes dessa sobrecarga de trabalho o fato de terem de permanecer no Cense em horário de almoço e o dispêndio de tempo para o deslocamento e trânsito para o trabalho, devido ao distanciamento de casa. Estes são fatores que certamente contribuem para um maior desgaste emocional destes profissionais, diante da longa jornada de trabalho e pouco tempo restante para o descanso, cuidados e lazer.

Apesar da gravidade dos relatos dos participantes da pesquisa sobre o comprometimento da saúde mental e a contribuição do trabalho como fator decisivo para o agravamento dessa condição, chama atenção de que não existe sequer algum tipo de programa de acompanhamento por parte do Estado que ofereça suporte emocional ou promova a saúde mental desses profissionais. Inegavelmente este dado aponta para negligência do Estado acerca da saúde mental de seus servidores e reforça a compreensão de que para a máquina pública importa apenas os resultados da execução do trabalho e não os meios ou a qualidade do serviço por ele prestado. Assim, assistentes sociais, assim como demais trabalhadores da socioeducação foram abandonados à mercê de sua própria sorte para cuidar da saúde mental como

se lhe fosse um problema individual que nada tem a ver com o excesso de cobranças, cumprimento e acúmulo de tarefas e tensionamento de suas relações interpessoais vivenciadas no ambiente de trabalho.

Recentemente, foi alterada a Norma reguladora (NR N°01/2026), que recomenda às empresas da iniciativa privada a identificação e monitoramento de riscos psicossociais de seus trabalhadores, bem como o oferecimento de apoio em saúde mental aos mesmos. Tal iniciativa foi embasada por dados do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, que apontaram para um significativo aumento nos últimos anos de afastamento de trabalhadores do trabalho por comprometimento da saúde mental por motivo de doenças relacionadas ao estresse, ansiedade e exaustão advindos do ambiente de trabalho, à exemplo da síndrome de burnout.

Obviamente que o Estado possui o controle de suas bases de dados sobre os números de afastamento do trabalho por motivo de saúde, que podem revelar um quantitativo significativo de servidores públicos que oscilam entre o absenteísmo e o presenteísmo no trabalho. No entanto, não há transparência destes dados e nem contrapartida para amenizar os riscos e promover a saúde mental de seus servidores, bem como não existe a devida fiscalização de órgãos externos para a resolução dessa problemática. Com isso, observamos que o Estado se apropria dos princípios da administração privada no estabelecimento de métricas e resultados do trabalho. Entretanto, quando se trata dos interesses de seus servidores, as regras do setor privado não se aplicam, uma vez que o monitoramento de riscos psicossociais e a promoção dos cuidados da saúde mental de seus servidores não se encontram dentro das prioridades do Estado.

Deste modo, estes são indícios que explicitam a perversidade da lógica capitalista empregada pelo Estado no reforço de seus interesses apenas pelos frutos do trabalho desenvolvido em seus serviços por seus trabalhadores. Vale lembrar que ao Estado como empregador, não importa as condições objetivas e subjetivas deste trabalho e nem os meios oferecidos para obtê-los. Ao empregador, importa apenas os resultados do trabalho, dado que estes lhe pertencem, restando aos trabalhadores apenas o estranhamento deste trabalho, conforme os pressupostos marxistas, a partir do seu “trabalho alienado” (Iamamoto, 2015, p. 219).

Com isso, constatamos na presente pesquisa que a carga horária de 40 horas semanais é extremamente desgastante aos assistentes sociais, e além disso, foi levantada ainda uma outra característica desse trabalho que merece destaque. Foi

perguntado aos participantes se havia extensão no trabalho de assistentes sociais para além do horário de expediente normal, compreendido aqui pelo horário comercial, sendo executado durante a semana fora dos Censes e aos finais de semana. Para essa questão, foi respondido por 22 (75,9%) participantes que a extensão do trabalho acontece esporadicamente, enquanto 04 (13,8%) responderam que acontece frequentemente e outros 03 (10,3%) responderam que nunca ocorre extensão do trabalho além de seu expediente normal.

Em relação às condições concretas em que ocorre a extensão do trabalho foi possibilitado dar mais de uma resposta em uma questão de múltipla escolha. Assim, foi apontado que a extensão do trabalho ocorre de forma presencial em convocação extraordinária ou esporádica para algum tipo de evento pontual em 10 (34,5%) respostas, enquanto 11 (37,9%) relataram que a extensão do trabalho ocorre em trabalho presencial nos fins de semana e dentro da semana na rotina do Cense para além de seu expediente de trabalho. Quando questionado sobre quais atividades são executadas neste período para além do expediente de trabalho normal, foram informadas as seguintes atividades em ordem decrescente: atendimentos de adolescentes, entrevista ou contato com familiares nos finais de semana; elaboração de documentação técnica de urgência (principalmente relatórios); solicitação advinda de alguma demanda emergencial do adolescente; execução de ligações telefônicas dos adolescentes para seus familiares, dentre outras atividades como acompanhamento de adolescentes em audiências e atividades externas ou ainda, visitas domiciliares para famílias nos finais de semana.

Observou-se, no entanto, que algumas atividades relatadas pelos participantes da pesquisa, para as quais foram convocados a realizar nos Censes, poderiam ser executadas por outro profissional de plantão e não necessariamente por assistente social, pois se tratava de ação desvinculada das competências privativas da profissão.

Em relação a extensão do trabalho à distância ou formato remoto, foi apontado por 09 (31%) participantes da pesquisa que a extensão do trabalho ocorre através da participação em grupos de whatsapp, inclusive em períodos noturnos e finais de semana. Além disso, 07 (24,1%) participantes afirmaram atender solicitação de documentação técnica de urgência, seja de forma presencial ou remota, e 10 (34,5%) participantes apontaram outros tipos de extensão do trabalho. Percebe-se que a extensão do trabalho ocorre tanto de forma presencial quanto remota, sob a argumentação de que o atendimento socioeducativo deve ser mantido por 24 horas

por não admitir paralisações. No entanto, é óbvio que tais convocações e extensões de trabalho ferem preceitos trabalhistas no que se refere ao descanso diário e semanal destes profissionais.

Aqui vale destacar mais uma incongruência da administração pública do Estado ao permitir que suas Secretarias de Estado e Órgãos gestores se valham do fato de que servidores públicos não são trabalhadores contratados pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho para negar-lhes direitos e obter a exploração de seu trabalho. As convocações para trabalhar em período noturno, feriados e aos finais de semana não são remuneradas em dobro aos assistentes sociais da socioeducação, por outro lado, os atrasos, faltas e ausências injustificadas são passíveis de descontos do salário e anotação no histórico funcional como ocorre nas empresas privadas. No mesmo sentido, não são remuneradas as horas pela disponibilidade profissional à distância ou de sobreaviso a essa categoria profissional, assim como ocorre com cargos comissionados que necessitam responder de imediato e ter dedicação exclusiva.

Nos últimos anos, foi negada pela Gestão do Sistema Socioeducativo a regulamentação da extensão do trabalho aos assistentes sociais para trabalharem de forma remota, assim como para outras categorias profissionais da socioeducação, como os psicólogos, por exemplo. Foi realizado um pedido formal através de protocolo administrativo destes servidores sobre a possibilidade de realizar uma parte de sua carga horária semanal de forma remota, que corresponderia a $\frac{1}{4}$ do total da carga horária semanal, ou seja, seriam 10 horas semanais de forma remota e 30 horas semanais de forma presencial no Cense. Não houve interesse, portanto, como ocorre em outras Secretarias do Estado, em conceder carga horária diferenciada a este grupo de profissionais, embora a Gestão do Sistema Socioeducativo se beneficie da extensão do trabalho destes servidores.

Os dados da presente pesquisa explicitaram que a extensão do trabalho ocorre concretamente para 26 (89,6%) dos 29 assistentes sociais participantes, seja presencial ou remotamente. Embora a melhoria das condições de trabalho seja uma das bandeiras de luta dessa categoria profissional, o Estado tem se mantido relutante em reconhecer os direitos destes trabalhadores. Assim, segue ignorando e negando direitos enquanto se beneficia da maximização da exploração da força de trabalho de seus servidores, dentre eles, assistentes sociais.

Nesse sentido, se destacou nas respostas sobre a extensão do trabalho o fato de que alguns assistentes sociais atendem a solicitações de documentação técnica, dentre elas, o relatório social, mesmo em períodos de descanso e de forma remota. Portanto, se o trabalho remoto não foi regulamentado pela SEJU/CGS, por conseguinte, ele não poderia ser solicitado e nem mesmo deveria ser executado por seus profissionais. Eis a verdadeira contradição da negativa em relação à regulamentação da extensão do trabalho ao grupo de profissionais mencionado anteriormente, uma vez que se fez nítido nos dados da presente pesquisa de que este trabalho remoto não somente é necessário como é realizado por estes profissionais de forma irregular. Além disso, há de se problematizar se estes assistentes sociais reconhecem a extensão de seu trabalho como inadequado, pois as requisições institucionais estão sendo atendidas, mesmo que esporadicamente, às custas do seu trabalho não remunerado e regulamentado.

A exploração do trabalhador ocorre na medida em que a extensão do seu trabalho o priva do descanso necessário, diariamente e aos finais de semana, acarretando benefícios somente aos interesses de seu empregador, representado aqui pela Gestão do Sistema Socioeducativo. É inegável que a extensão do trabalho de assistentes sociais nos Censes existe e que ele beneficia aos interesses e objetivos institucionais. Entretanto, é fato que nem sempre a extensão do trabalho torna-se totalmente perceptível ao trabalhador, uma vez que ela pode se apresentar, por vezes, de forma educada e despretensiosa. Aqui vale os apelos ao brio do bom trabalhador que não se atreve em responder negativamente e a qualquer momento do dia ou noite responde à altura das expectativas de seu empregador por acreditar veementemente que somente ele pode dar aquela resposta desejada. Ledo engano.

Todo trabalhador é substituível e deveria se atentar para os riscos de se entregar a autoexploração²³ como forma de provar o seu valor no trabalho e manter-se empregado, iludido por uma crença de que se tornou indispensável e extremamente necessário em seu local de trabalho.

Invariavelmente, a extensão do trabalho pode ocorrer de forma tímida e inocente e por vezes, passar a ideia de ser apenas um contato aligeirado, uma

²³ Este conceito encontra-se relacionado à cobrança interna do trabalhador em apresentar uma produtividade excessiva, como forma de se realizar pessoal e profissionalmente. Ver mais sobre a autoexploração na sociedade atual em: <https://share.google/81xdv9NIZr7AwvETa>. Acesso em 28/05/2026.

mensagem por whatsapp, que lhe toma apenas um minutinho. No entanto, mesmo que a duração deste contato seja curta, o fato de ser além do horário de expediente normal de trabalho, torna seus intentos providos da lógica da exploração da força de trabalho do trabalhador. Por óbvio que o trabalhador pode apresentar dificuldades em estabelecer limites entre a vida pessoal e profissional, entretanto, o aceite de tais tarefas como extensão do seu trabalho requer uma avaliação crítica de como isso pode lhe onerar. A extensão do trabalho prejudica o desfrute do tempo livre do trabalhador e muitas vezes o deixa em estado de alerta pela possibilidade de ser acionado a qualquer instante. A partir disso, se o trabalhador se coloca totalmente à disposição de seu empregador, tem de assumir conjuntamente os riscos e arcar com as custas de um trabalho não remunerado. Como vimos anteriormente, isso custa muito caro à saúde mental, mesmo para aqueles que não o admitem.

Por fim, foi possível identificar que as condições de trabalho apontadas por assistentes sociais dos Censes do Estado do Paraná possuem certas semelhanças com as que foram levantadas pela produção do conhecimento no capítulo anterior quando se referiam às jornadas extensivas de trabalho, sobrecarga de trabalho e extensão do trabalho. Aparentemente, tais condições de trabalho são corriqueiras no espaço sócio-ocupacional da Socioeducação, independentemente das realidades distintas retratadas pelos autores em diversos estados brasileiros. É importante fazermos uma ressalva também de que mesmo dentro do Estado do Paraná, as condições de trabalho não são idênticas a todos os profissionais da Socioeducação, devido às particularidades de cada Cense e suas características locais.

Assim, identificamos que a realidade pode ser distinta para assistentes sociais que representam exclusivamente seu setor como único profissional, enquanto outros vivenciam o trabalho em uma equipe de semelhantes que é composta por mais de um assistente social. Sabemos que no trabalho em equipe pode-se amenizar as pressões diante das requisições institucionais, por não serem impostas a um único profissional, com a possibilidade de dividir responsabilidades e contar com a contribuição dos demais assistentes sociais que compõem a equipe no Cense. Sobre este assunto, 08 (27,6%) participantes da pesquisa responderam que são os únicos Assistentes Sociais lotados no Cense, enquanto 21 (72,4%) responderam que na equipe há mais de um profissional do Serviço Social.

Além de assistentes sociais, a equipe multiprofissional dos Censes do Paraná é composta por profissionais da Psicologia, equipe de saúde e Agentes de Segurança

Socioeducativo nos 29 (100%) locais da pesquisa. Os profissionais da Pedagogia apareceram em 24 (82,2%) respostas, e Terapeutas Ocupacionais em 15 (51,7%). Outros trabalhadores como terceirizados, professores, sociólogos, residentes técnicos, motoristas, serviços gerais e voluntários também foram citados nas respostas com menor incidência. A composição dessa equipe multiprofissional é um dos fatores que difere um Cense do outro e particulariza o trabalho desenvolvido em determinado local, a partir da presença de seus profissionais e setores estruturados. A presença ou ausência desses profissionais interfere diretamente sobre as demandas profissionais que chegam aos assistentes sociais nos Censes, como trataremos a seguir.

4.2 EIXO ANALÍTICO 2: DEMANDAS PROFISSIONAIS RECORRENTES NA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENSES DO PARANÁ

Tendo em vista que já debatemos as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam nos Censes para compreendermos uma parte das características que permeiam esse trabalho, vamos dar continuidade a explicitação desses traços característicos a partir da análise das demandas profissionais que se apresentam neste espaço sócio-ocupacional. Para tanto, vamos debater as demandas que são respondidas por assistentes sociais nos Censes, aliadas ao debate teórico e conceitual de autores que se debruçam sobre a temática, assim como foi proposto para a etapa B da revisão de literatura da presente pesquisa, de acordo com o descrito nos procedimentos metodológicos.

Compreendemos que o estudo acerca das demandas se configura como uma das possíveis vias de explicação do trabalho de assistentes sociais em qualquer espaço sócio-ocupacional. Partimos do pressuposto que a pesquisa de campo realizada com assistentes sociais dos Censes não teve por objetivo explicitar a compreensão que estes profissionais possuem acerca das demandas que respondem. Contudo, buscamos compreender quais são de fato as demandas presentes neste espaço sócio-ocupacional a partir do conjunto de respostas. Portanto, as questões aplicadas na plataforma google forms tiveram em seu enunciado a identificação da proveniência de cada demanda.

Conceitualmente, recorremos a Guerra (2016) a partir das elaborações expostas no XV ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, sobre atribuições, competências, demandas e requisições da profissão para embasar o debate teórico sobre essa temática. Iniciando pelas demandas, a autora explicitou que seu conceito encontra-se relacionado às necessidades apresentadas pela população atendida na política social onde assistentes sociais estão inseridos. Assim, as demandas advêm e “são produzidas por necessidade sociais que plasman o processo de reprodução social da sociedade capitalista, historicamente colocadas por interesses antagônicos das classes sociais” (Guerra, 2016, p. 07).

Na mesma linha de raciocínio, Torres (2025, p. 216) compreende que o debate acerca das demandas encontra-se intimamente ligado ao modo como os profissionais realizam a leitura e a interpretação da realidade social. Assim, a autora pontua ser de extrema relevância que “assistentes sociais evidenciem os elementos que fundamentam suas demandas de trabalho” (Torres, 2025, p. 216). Portanto, concordamos que assistentes sociais necessitam fazer uma interpretação política e social de suas demandas para que consigam, de fato, identificar as reais necessidades dos usuários de seu trabalho.

Além disso, Torres (2017, p. 03) chama a atenção que são os sujeitos da ação profissional de assistentes sociais que buscam, através da mediação das políticas sociais, o atendimento de suas necessidades. Para isso, assistentes sociais realizam “por meio de um conjunto de saberes decorrentes do seu processo formativo” a construção de “respostas profissionais direcionadas às demandas apresentadas pela população usuária, evidenciando a condição social desta população”. Ou seja, este processo

demanda aos assistentes sociais a análise da vida social, o planejamento e a construção de respostas profissionais, mediatizadas pelas necessidades sociais identificadas e experienciadas pelos sujeitos que buscam no trabalho deste profissional, respostas a suas necessidades (Torres, 2017, p.02).

Pensando que assistentes sociais trabalham “como executor das políticas públicas” e que sua “atuação é mediada pelas demandas apresentadas pelos usuários” (Torres, 2017, p.12), a primeira questão elaborada sobre as demandas no questionário da presente pesquisa esteve relacionada aos adolescentes, que representam à priori, os usuários da política de socioeducação. As questões sobre demandas foram respondidas de forma aberta pelos participantes da pesquisa, já com

a informação de onde estas advêm, ou seja, se elas são referentes aos adolescentes; às famílias; da instituição; da equipe de trabalho; da rede de serviços; do sistema de justiça; ou da própria profissão.

Podemos verificar a incidência de respostas dos participantes da pesquisa referente às demandas no quadro elaborado e disposto no apêndice 3. Aparentemente, os profissionais tiveram que dedicar mais tempo para responder essas questões, pois ao respondê-las, refletiram sobre a execução do seu trabalho no Cense. Assim, os participantes da pesquisa realizaram um exercício intelectual no sentido de identificar como se apresentam essas demandas no seu cotidiano de trabalho, para assim classificá-las e separá-las de acordo com a sua proveniência. Entretanto, foi possível observar uma série de incompreensões acerca das demandas, apontadas equivocadamente pelos participantes da pesquisa em todo o bloco de questões, conforme pontuamos a seguir:

a) Equívoco entre demanda e instrumentos: Os instrumentos são considerados as ferramentas utilizadas para atender a determinada demanda. De certa forma, nas 29 (100%) respostas da pesquisa foram observadas esse equívoco, onde instrumentos como atendimentos, entrevistas, relatórios, visita domiciliar, construção do Pia, documentos técnicos, dentre outros, foram apontados como demandas.

b) Equívoco entre demanda e tipo de abordagem: os participantes identificaram o tipo de abordagem que utilizam para a elaboração de sua resposta profissional como demanda. Portanto, o trabalho individual, grupal ou coletivo não se trata de demanda e sim do tipo de abordagem profissional.

c) Equívoco entre demandas e os diferentes tipos de procedimentos da ação profissional (Trindade, 2013). Os procedimentos correspondem à forma como o profissional responde às demandas, que estão relacionados aos encaminhamentos, ligações, videochamadas, viabilização de visitas familiares, solicitações de passagens de familiares, dentre outros.

d) Equívoco entre demanda e atribuição profissional. As atribuições são equivalentes às ações profissionais, que estão relacionadas nos artigos 4º e 5º da Lei de regulamentação da profissão. O equívoco em identificar atribuições como demandas foram observados em: orientar adolescentes e familiares, prestar informações, acompanhar os adolescentes em atividades, participar de audiências judiciais, entre outras ações.

Os equívocos apresentados revelam o nível de dificuldade entre os participantes da pesquisa em dizer do que se tratam as demandas e conseguir interpretá-las. Assim, os profissionais apontaram na maioria das respostas, para os desdobramentos de suas ações profissionais, identificando como respondem a essas demandas, através de quais instrumentos técnico-operativos utilizados em seu trabalho, sem conseguirem de fato, identificar as reais demandas que se apresentam no Cense. Porém, como pontuamos anteriormente, o foco deste item da pesquisa era identificar as demandas deste espaço sócio-ocupacional, assim, se fez necessário eliminarmos os equívocos apontados no conjunto de respostas para conseguirmos identificar, de fato, quais são as demandas mais recorrentes que envolvem o trabalho de assistentes sociais nos Censes.

No primeiro item desta questão, foi possível observar que as demandas relativas aos adolescentes em privação de liberdade nos Censes estão recorrentemente relacionadas à: confecção da documentação civil e pessoal; manutenção do vínculo com a família; informações sobre o funcionamento das medidas socioeducativas; informações sobre o funcionamento da instituição; acompanhamento do processo socioeducativo; contatos com cartórios sobre documentação e informações do processo.

As demandas são aquelas advindas dos trabalhadores ou usuários, que representam o alvo das ações profissionais de assistentes sociais, conforme apontado por Vasconcelos (2015, p. 516). A partir dessa compreensão, entendemos que as ações profissionais de assistentes sociais na socioeducação não contemplam somente adolescentes, mas se estendem também às suas respectivas famílias. Assim, para compreender as demandas advindas dos usuários, sejam adolescentes ou famílias, se faz necessário o desvelamento da realidade social em que estes se inserem, com o intuito de ultrapassar o nível aparente da queixa apresentada e compreender o seu verdadeiro significado, uma vez que essas queixas podem se apresentar de forma “implícita”. Portanto, cabe ao assistente social a tarefa de realizar essa leitura e identificar as reais necessidades da população atendida, pois estas estão “relacionadas a todas as instâncias da vida social - economia, política, cultura” (Vasconcelos, 2015, p. 516).

Assim, identificamos que as demandas advindas das famílias atendidas nos Censes foram apontadas nas respostas pelos participantes da pesquisa como aquelas que se relacionam prioritariamente à: informações gerais sobre o funcionamento da

medida socioeducativa; informações sobre o funcionamento da instituição; manutenção do vínculo familiar; acompanhamento após a saída do adolescente do Cense.

Entretanto, nem sempre as demandas do cotidiano profissional de assistentes sociais advêm da população atendida ou dos usuários das políticas sociais. Demanda, “significa procura. Trata-se de ação, ato ou efeito de buscar” (Guerra, 2016, p. 06). A procura pelas respostas destes profissionais pode ocorrer a partir de diferentes atores relacionados à instituição ou a política social em que assistentes sociais encontram-se inseridos. Portanto, as demandas podem surgir a partir dos usuários, bem como da instituição e de outros profissionais da equipe de trabalho ou externos à instituição, ou ainda da própria profissão, conforme diferenciamos no enunciado da questão referente às demandas.

Em relação às demandas institucionais dos Censes, as mais recorrentes identificadas pelos participantes da pesquisa se referem: alimentação de informações no SMS - Sistema de Medidas Socioeducativas; contato com familiares para repasse de informações; integração do trabalho em equipe; organização de visitas de familiares aos adolescentes nos Censes; acompanhamento do processo socioeducativo dos adolescentes.

Podemos observar assim como apontado por Vasconcelos (2015, p.515), que as demandas institucionais já são recortadas conforme a política social em que se encontram vinculadas, portanto, o atendimento das necessidades dos usuários ocorre de acordo com os serviços ou benefícios ofertados pela instituição. Por outro lado, os usuários buscam através da instituição a “solução de problemas pontuais”, o que muitas vezes ocorre a partir de pequenas concessões e de forma fragmentada (Vasconcelos, 2015, p. 515). Nesse sentido, a autora adverte que, por vezes, as demandas dos usuários podem ser confundidas com as demandas forjadas pelas instituições, a partir dos bens e serviços que disponibilizam aos usuários em suas políticas sociais. Assim, as demandas institucionais apontadas pelos participantes da presente pesquisa estão correlacionadas ao atendimento socioeducativo realizado nos Censes.

No mesmo sentido, as demandas apresentadas pela equipe de trabalho na socioeducação encontram-se relacionadas ao atendimento socioeducativo prestado pela instituição, a partir da equipe multidisciplinar de trabalho.

Assim, as demandas identificadas pelos participantes da pesquisa que são provenientes da equipe de trabalho nos Censes se referem ao: contatos com familiares para repasse de informações de saúde; contato com familiares sobre processo escolar; solicitação de documentos dos adolescentes por outros setores; acompanhamento conjunto dos adolescentes com outros setores (psicologia, terapia ocupacional e pedagógico). Vale lembrar que a composição da equipe multidisciplinar nos Censes do Paraná não é idêntica em todos os locais, conforme vimos no item anterior e por isso, suas demandas se diferem de acordo com a presença ou não dos profissionais que compõem cada equipe de trabalho. Ressalta-se, no entanto, que a falta de profissionais que compõem a equipe mínima de trabalho para o atendimento socioeducativo nos Censes fere as orientações normativas de âmbito nacional que foram preconizadas pelo Sinase.

Em continuidade às demandas que são respondidas por assistentes sociais nos Censes, lembramos o que foi pontuado por Guerra (2016, p. 07), de que no cotidiano profissional chegam aos assistentes sociais “diferentes tipos de demandas, a depender da região, subpolítica, do programa, da instituição/unidade, do campo/área, etc”. Assim como apontamos no capítulo anterior, a política de socioeducação possui uma relação estreita com o sistema de justiça e por isso, atende também algumas de suas demandas. Portanto, as demandas advindas do sistema de justiça apontadas pelos participantes da pesquisa se referem principalmente ao fornecimento de informações sobre o acompanhamento familiar; acompanhamento do processo socioeducativo de adolescentes; confecção de documentos técnicos sobre adolescentes (relatórios, avaliações, etc).

O conjunto de respostas deste item, assim como no item posterior, correspondem às demandas que advém da rede externa ao Cense. Foi possível observar que a dificuldade dos participantes da pesquisa em identificar as demandas não se limita somente àquelas que são internas no Cense, mas se estendem também à identificação de demandas externas, uma vez que os instrumentos de trabalho e ações profissionais foram apontados frequentemente de forma equivocada como demandas nas respostas. Assim, as demandas relativas à rede de serviços externos ao Cense foram identificadas pelos profissionais como aquelas que se relacionam ao repasse de informações sobre o processo socioeducativo de adolescentes e informações do acompanhamento familiar.

E por fim, as demandas identificadas pelos participantes da pesquisa que advêm da própria profissão, ou seja, do Serviço Social no Cense, se referem à: levantamento de informações acerca das condições socioeconômicas do adolescente e família; registro das informações sobre o acompanhamento socioeducativo; identificação das relações de convivência familiar e comunitária dos adolescentes. Assim como nas demandas relacionadas aos adolescentes e às famílias, identificamos neste item uma concentração maior de respostas que não condizem com as demandas, pois os participantes da pesquisa atrelaram equivocadamente suas próprias demandas aos instrumentos técnico-operativos utilizados em seu trabalho, bem como às suas ações profissionais.

No conjunto das respostas deste bloco foi possível observar uma diversidade de demandas que se apresentam no espaço sócio-ocupacional da socioeducação. Conforme Vasconcelos (2015), as demandas possuem conexões entre si e se apresentam como: **espontâneas** (advindas da população usuária); **referenciadas** (encaminhadas interna ou externamente à instituição); **aparentes** (ligadas a aparência dos fatos); **burocráticas** (expressam as requisições institucionais na inserção de usuários); **explícitas** (naturalmente identificadas ou declaradas pelos usuários); **implícitas** (subentendidas e não admitidas pelos usuários); **ocultas** (escondidas, encobertas ou mesmo desconhecidas); **imediatas** (necessidades urgentes e emergenciais); **mediatas** (diz respeito ao que está por detrás do aparente, do imediato) **e por fim condicionantes, determinantes, causais, substantivas e remotas** (aquelas que são impossíveis de serem atendidas) (Vasconcelos, 2015, p. 523-527, grifos da autora).

Entretanto, o que ficou explícito nas respostas dos participantes da pesquisa, além dos equívocos apontados anteriormente, é que assistentes sociais da socioeducação tendem a responder às demandas mais imediatas em seu cotidiano de trabalho, que se referem aquelas que necessitam de urgência em suas respostas. Foi possível perceber que as demandas mais aparentes que se apresentam na busca de soluções rápidas são priorizadas e corriqueiramente respondidas neste espaço sócio-ocupacional. Assim, o conjunto de respostas sobre demandas da presente pesquisa nos revela que assistentes sociais reagem prontamente às demandas que surgem nos Censos, independente de sua proveniência.

De acordo com os ensinamentos de Torres (2017, p.07), concordamos que assistentes sociais necessitam elaborar suas respostas profissionais com base nos

conhecimentos adquiridos por sua formação profissional, evidenciando a indissociabilidade entre a natureza analítica e interventiva da profissão. Com isso, as respostas profissionais devem ser analisadas e planejadas ao serem produzidas.

Portanto, a pronta reação de assistentes sociais às demandas impostas institucionalmente em detrimento de respostas que necessitam ser pensadas, abre brechas para uma atuação profissional rasa, desprovida do conteúdo analítico, político e ético que correspondem aos princípios da profissão.

Assim, a verdadeira competência técnica de assistentes sociais se encontra na capacidade de antecipar o seu agir profissional e não apenas em reagir, de acordo com a autora. Para isso, estes profissionais necessitam realizar uma leitura crítica sobre as demandas que respondem. A leitura crítica requer elucubrações mentais de assistentes sociais para que se possam dar respostas inteligíveis diante das demandas que se apresentam em seu cotidiano de trabalho.

Compreendemos também que a construção de respostas aligeiradas agrada somente aos interesses do empregador de assistentes sociais, uma vez que este perfil não somente é requerido como é muito bem-quisto, haja visto que ele recai na figura de um bom trabalhador, cumpridor de normas e tarefas burocráticas, que se alinham aos interesses institucionais (Torres, 2025, p. 223). Diante disso, questionamos a quais interesses estes profissionais atendem, pois compreendemos que os interesses dos usuários somente serão atendidos quando suas reais necessidades também forem atendidas. Portanto, não se deve confundir as requisições institucionais com os objetivos da profissão, uma vez que são os objetivos profissionais que devem guiar o trabalho de assistentes sociais. Este é um requisito que se coloca aos assistentes sociais e deve nortear o seu trabalho, sem o qual, corre-se o risco destes profissionais ‘moralizar’ as suas demandas de trabalho e individualizar os problemas sociais a partir de uma perspectiva conservadora.

Torres (2025, p. 217) nos aponta ainda que uma estratégia para se evidenciar o trabalho de assistentes sociais é que ele seja sistematizado. Uma vez que o trabalho de assistentes sociais ocorre a partir de processos, ele é “consumido na medida em que é realizado”, assim, a falta do registro sistemático deste trabalho acarreta na impossibilidade de mensurar sobre o que e como foi realizado este trabalho. Portanto, é de extrema importância a sistematização do trabalho de assistentes sociais, pois isto é o que possibilita antecipar as suas demandas, bem como estabelecer as

possibilidades de sua intervenção profissional diante do devido planejamento de seu trabalho.

Posto isso, verificamos que uma última questão foi realizada aos participantes da pesquisa sobre demandas, que se refere às demandas reprimidas, compreendidas como aquelas cujas necessidades não estão sendo atendidas. Esta questão foi respondida negativamente por 15 (51,7%) participantes, porém, 14 (48,3%) participantes assinalaram que existem demandas reprimidas nos Censes, referindo-se à falta de estrutura física e humana para o oferecimento de atividades aos adolescentes em privação de liberdade e não como uma demanda para a profissão. Nota-se novamente o equívoco dos participantes da pesquisa em identificar uma demanda que se referia à profissão e não à instituição. A demanda reprimida para o Serviço Social somente poderia ser apontada pela ausência de assistentes sociais ou por uma quantidade de adolescentes não atendidos no Cense. Assim, de acordo com o que foi apontado pelos participantes da pesquisa, não haveria demanda reprimida aos assistentes sociais, uma vez que a presença deste profissional no Cense supre as demandas de seu setor, mesmo que com sobrecarga de trabalho. A sobrecarga de trabalho neste ponto, se refere à insuficiência de assistentes sociais para o atendimento de adolescentes em determinado Cense, sendo incompatível o número destes profissionais com a capacidade prevista pelas normativas²⁴ da política de socioeducação.

Após o fechamento do bloco sobre demandas, realizamos uma única questão aos participantes da pesquisa sobre requisição. Conforme contextualizado por Trindade (2013), compreendemos que é a partir dos desdobramentos das demandas que surgem as requisições. Portanto, é após a identificação de uma demanda que se requisita algum tipo de ação profissional de assistentes sociais, assim, as requisições são quase sempre institucionais. Já para Torres (2025, p. 223), as requisições não são exclusivas da instituição e encontram-se polarizadas pelos anseios da profissão no cumprimento de seus objetivos profissionais.

²⁴ A capacidade de atendimento de adolescente, conforme o Sinase e referência dos Cadernos do Iasp/2004, seria de um limite de 20 adolescentes para cada profissional do Serviço Social e Psicologia. Este número foi utilizado como métrica para o chamamento desses profissionais no concurso público realizado no ano de 2006. Entretanto, não foi levado em consideração as especificidades de cada Cense e a natureza de seu atendimento, ou seja, existe uma expressiva diferença entre o atendimento de adolescentes em Medida Cautelar de Internação Provisória (45 dias) e as medidas de Internação (de 06 meses a 03 anos), devido a diferenciação dos prazos e rotatividade de adolescentes.

Pelas definições de Guerra (2016), a palavra requisição é “originária do latim requisitio, de requirere que significa requerimento, solicitação ou pedido. Ação, ato ou efeito de requisitar; sinônimo de pedido e também utilizada no sentido de uma exigência legal: fazer requisição de material ou de reclamação”. Entre uma multiplicidade de definições, a autora expôs que a “requisição pode ser direcionada à prestação de um serviço, entrega de coisas ou comparecimento de pessoas” (Guerra, 2016, p. 06).

No entanto, o foco da questão acerca das requisições era identificar se essas são ou não indevidas no cotidiano de trabalho de assistentes sociais nos Censes. As requisições indevidas se caracterizam por “aquelas que não competem ao assistente social a obrigação de sua execução, quer seja por ultrapassar a sua responsabilidade técnica, ética e política, quer seja, por impactar negativamente no trabalho” (Torres, 2025, p. 223). Portanto, são aquelas que não deveriam ser direcionadas a estes profissionais, uma vez que

este tipo de requisição indevida distancia as profissionais de uma atuação fundamentada na identificação de necessidades, seja de subsistência, de convivência sociofamiliar, socioterritorial, reconhecendo as estratégias sobrevivência de uma população que luta diariamente para sobreviver (Torres, 2025, p. 225).

Com isso, foi observado que 23 (79,3%) dos participantes afirmaram que nunca responderam a uma requisição indevida e apenas 06 (20,7%) afirmaram positivamente a essa questão. Este dado certamente aponta para a incoerência dessa resposta negativa da maioria dos participantes da pesquisa, uma vez que em diversos momentos foi pontuado pelos mesmos que são requisitados a responder a diversas situações no Cense que não são relativas à profissão. Uma variedade de respostas ao longo da pesquisa se referem a requisições indevidas, como por exemplo: coleta e encaminhamentos de medicações; encaminhamentos sobre evasão escolar, organização de objetos e pertences de adolescentes; comunicação de óbito; acompanhamento em consultas psiquiátricas dentre outras intervenções de saúde mental; monitoramento de ligações e videochamadas; censura de correspondência; dentre outras requisições institucionais que deveriam ser destinadas a outros profissionais ou setores.

Assim, seria necessário compreender se esta inconsistência ocorreu pela falta de compreensão dos profissionais sobre o que é requisição indevida ou se os mesmos entendem que este tipo de requisição lhe compete profissionalmente.

No entanto, compreendemos que para dizer o que não lhe compete profissionalmente, primeiro, assistentes sociais devem saber identificar e dizer o que de fato lhe compete e é correspondente a sua profissão. Neste sentido, Vasconcelos (2015, p. 529) assevera que as requisições indevidas contribuem para uma simplificação do trabalho profissional de assistentes sociais. Portanto, as requisições indevidas não contribuem para o desempenho da profissão, uma vez que elas podem estar “dissociadas das competências e atribuições profissionais”. Assim, muitas vezes as instituições requerem de assistentes sociais o cumprimento de normativas relativas à política social na qual encontra-se vinculado, exigindo-lhe como dever, enquanto donos de sua força de trabalho, entretanto, “as requisições institucionais podem ser apreendidas criticamente pelo assistente social”, o que demonstra a possibilidade de realização de sua relativa autonomia no intuito de redirecionar as requisições a “favor dos trabalhadores/usuários” (Vasconcelos, 2015, p. 536).

4.3 EIXO ANALÍTICO 3: AÇÕES PROFISSIONAIS DESENVOLVIDAS POR ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENSES DO PARANÁ

A análise sobre as ações profissionais neste item visa completar o conjunto de traços característicos que nos propusemos discutir nesta pesquisa a respeito do trabalho de assistentes sociais nos Censos do Estado do Paraná. As condições de trabalho e as demandas profissionais respondidas por assistentes sociais nos Censos apontaram uma série de traços característicos, que acumulados deste último eixo analítico, contribuem para se evidenciar o trabalho de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional. Para tanto, semelhante ao item anterior, vamos debater as ações profissionais aliadas ao debate teórico e conceitual de autores que se debruçam sobre a temática, assim como foi proposto para a etapa B da revisão de literatura da presente pesquisa, descrito nos procedimentos metodológicos.

Consideramos que nas respostas profissionais estão contidas as finalidades e os objetivos que envolvem o direcionamento profissional de assistentes sociais, pois, conforme apontam Torres e Ortiz (2025, p. 370) “assistentes sociais manejam conhecimentos firmados nas dimensões constitutivas da profissão, referenciando o seu projeto ético-político”. Assim, as autoras expõem que existe uma relação intrínseca entre as “demandas profissionais, competências e atribuições privativas”,

que se expressa a partir da dimensão técnico-operativa da profissão. Nesta dimensão está contida uma “síntese das dimensões constitutivas do Serviço Social” as quais discutimos anteriormente no capítulo 2, e onde se explicita a “complexidade do trabalho de assistentes sociais” (Torres e Ortiz, 2025, p. 370).

Compreendemos, portanto, que é na dimensão técnico-operativa que as ações profissionais utilizadas como respostas às demandas institucionais se evidenciam e expressam as competências profissionais de assistentes sociais. No elaborar de suas respostas, estes profissionais mobilizam um conjunto de conhecimentos e saberes que são necessários frente a realidade social que foram requisitados a intervir, como vimos anteriormente. Portanto, estes conhecimentos estão “permeados pelas concepções teóricas, pelas perspectiva ético-política, as quais fundamentam e direcionam as escolhas profissionais” (Trindade, 2013, p. 76). Este direcionamento reverbera também na escolha dos instrumentos e técnicas para a execução das ações profissionais, revelando a capacidade profissional na utilização da instrumentalidade da profissão. Assim,

No processo de escolha e utilização dos instrumentos e técnicas, os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercitam habilidades, aqui denominadas de procedimentos interventivos, constituindo-se elementos intermediários entre as ações e os instrumentos (Trindade, 2013, p.76).

Daí a importância da escolha do instrumental técnico adequado, pois é a partir dele que se permite dar visibilidade às ações profissionais. Não é sem razão que frequentemente os instrumentos de trabalho são confundidos com as ações e demandas profissionais e isso ficou evidente no conjunto respostas da presente pesquisa no eixo analítico anterior. Os instrumentos de trabalho novamente foram apontados equivocadamente pelos participantes da pesquisa como ações profissionais, assim como ocorreu com as demandas profissionais. Isso se deve, provavelmente, pelo fato de que os instrumentos são os elementos mais aparentes no trabalho de assistentes sociais, tornando-os facilmente perceptíveis. No entanto, existe um caminho a ser percorrido por assistentes sociais até que se chegue a escolha deste instrumental técnico, conforme apontado pelos autores que tomamos por referência, pois este caminho embasa as ações profissionais.

As ações profissionais para Trindade (2013, p. 76), estão relacionadas “às atribuições que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais”. Portanto, as ações profissionais são atividades

executadas por assistentes sociais e “materializam o caráter interventivo do Serviço Social”. Dentre essas ações estão: “executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultor” (Trindade, 2013, p. 76).

Este conjunto de ações profissionais referem-se ao que está disposto na Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/1993. O artigo 4º trata das competências profissionais como “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais”. Tais competências requer que assistentes sociais dominem ações como: orientar indivíduos e grupos; realizar estudos sócio-econômicos; planejar, organizar e executar suas ações profissionais. Essas ações orientam o exercício profissional de assistentes sociais em qualquer espaço sócio-ocupacional. Já no artigo 5º da referida Lei, estão contidas as atribuições privativas de assistentes sociais, sendo aquelas que não podem ser executadas por nenhum outro profissional, pois são ações específicas da profissão, atreladas à perícia, coordenação de cursos, supervisão de estágio, fiscalização da profissão, entre outras atividades executadas exclusivamente por assistentes sociais.

A partir dessa compreensão, com o intuito de levantarmos as ações profissionais executadas por assistentes sociais nos Censes, realizamos no formulário da pesquisa de campo uma questão de múltipla escolha em que se permitia aos participantes listarem várias respostas e acrescentarem outras se necessário. O quadro que utilizamos como referência para essa análise aponta a frequência das respostas dos participantes da pesquisa e pode ser consultado no apêndice 4. Entretanto, vamos discutir as ações profissionais mais recorrentes de assistentes sociais nos Censes, a partir de sua execução, conforme proposto por Trindade (2013), que podem ser realizadas em “**caráter individual, caráter coletivo, de caráter administrativo organizacional e de formação profissional, de capacitação e de pesquisa**” (Trindade, 2013, p. 76, grifos da autora). Assim, as ações profissionais identificadas pelos participantes da pesquisa foram:

a) Ações profissionais de caráter individual: Atender adolescentes; Atender Famílias; Orientar e acompanhar adolescentes; Orientar famílias; Encaminhar e acompanhar adolescentes na obtenção de documentos civis; Encaminhar adolescentes e familiares para outras políticas sociais; Realizar ligações telefônicas ou videochamadas de adolescentes para familiares; Solicitar passagens rodoviárias

para as famílias; Participar da recepção e acolhida do adolescente na unidade socioeducativa.

Embora o atendimento de adolescentes e famílias tenha sido apontado pelos 29 (100%) participantes da pesquisa como uma das atividades executadas nos Censes, entendemos que a ação profissional de assistentes sociais refere-se à orientação social. Portanto, o atendimento, por vezes denominado pelos participantes como recepção e acolhida, trata-se do meio pelo qual a ação profissional é realizada, sendo caracterizado, portanto, como um procedimento interventivo da ação profissional de assistentes sociais. Nesse sentido, para além das ações apontadas de caráter individual, identificamos também instrumentos, procedimentos e desdobramentos da ação profissional neste item, referidos por ligações, encaminhamentos e solicitação de passagens de familiares.

b) Ações profissionais de caráter coletivo: Contatar a rede de serviços; Viabilizar visita dos adolescentes; Socializar informações em reuniões; Participar de Estudos de Caso; Articular ações conjuntas com a rede de serviços; Participar de audiências judiciais; Realizar grupo com adolescentes; Realizar grupo com famílias; Neste item identificamos alguns instrumentos de trabalho utilizados para a execução das ações profissionais de caráter coletivo como: reuniões, grupos e estudos de caso, para além das ações profissionais de caráter coletivo.

c) Ações profissionais de caráter administrativo organizacional: Elaborar relatórios sociais, avaliação e PIA - Plano Individual de Atendimento dos adolescentes; Manter registro de dados e informações coletadas nos atendimentos; Acompanhar e preencher informações nos sistemas de informação do SMS - Sistema de Medidas Socioeducativas e Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná; Realizar estudos socioeconômicos. Nestas ações profissionais identificamos aquelas que se referem a documentação técnica de assistentes sociais e alguns desdobramentos de suas ações de ordem administrativa que correspondem a um trabalho de cunho mais burocrático.

d) Ações profissionais com caráter de formação profissional, de capacitação e de pesquisa: Coordenar, elaborar, executar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos em Serviço Social; Supervisionar estagiários e/ou residentes técnicos de Serviço Social. Entendemos que as ações apontadas neste item são específicas da profissão, no entanto, foram justamente essas que tiveram a menor incidência de respostas dos participantes da pesquisa.

Os dados apresentados acabaram confirmando que as ações profissionais mais recorrentes que envolvem o trabalho de assistentes sociais nos Censos encontram-se intimamente ligadas àquelas atividades de atendimento direto ao usuário. A expressiva concentração das respostas nas ações profissionais de caráter individual nos revela que a prioridade do atendimento socioeducativo prestado por assistentes sociais está no indivíduo e não em ações coletivas, dado que as atividades coletivas e em grupos ocorrem em um número significativamente menor, se comparada às ações profissionais individuais. Isso nos faz pensar que o foco da atenção das ações profissionais de assistentes sociais encontra-se no indivíduo, comumente nomeados por estes profissionais como ‘casos’, que remetem a terminologias utilizadas pela profissão em períodos históricos de outrora.

Compreendemos que ações profissionais executadas por assistentes sociais nesta perspectiva atendem mais aos interesses institucionais pela via da contenção e ajustamento social de adolescentes na política de socioeducação do que aos interesses profissionais. “O objetivo é o disciplinamento dos comportamentos e o enquadramento da população usuária aos requisitos determinados no ordenamento das políticas sociais” (Torres, 2025, p. 225). Pela via da defesa de direitos, assistentes sociais deveriam incorporar atividades coletivas de cunho reflexivo em seu cotidiano de trabalho, objetivando-se a ciência dos adolescentes sobre seus direitos e deveres. As ações profissionais de caráter coletivo foram mencionadas pelos participantes da pesquisa como aquelas que se referem às atividades de grupo, tanto com adolescentes quanto com as famílias. Dentre as ações coletivas, se destacaram também nas respostas alguns procedimentos que envolvem a participação de assistentes sociais e fazem parte de suas ações profissionais como: reuniões de estudos de caso, prática restaurativa e mediação de conflitos. Tais procedimentos, no entanto, devem ser incorporados com cautela por assistentes sociais e interpretados pelo viés crítico, sem o qual, incorre-se no risco da culpabilização do indivíduo.

Assim, devemos atentar para que as ações profissionais desenvolvidas por assistentes sociais sejam orientadas sempre pela perspectiva da defesa de direitos em que se levem em consideração as múltiplas determinações presentes na sociedade, pois é “essencial que assistentes sociais possam desvendar as determinações econômicas, políticas e sociais, elaborando reflexões de um ponto de vista teórico, histórico, alicerçado em uma perspectiva crítica” (Torres e Ortiz, 2025, p. 369). Outras ações profissionais que dizem respeito ao caráter coletivo do trabalho de

assistentes sociais como mobilização da população atendida, participação e organização de conselhos de direitos, raramente foram observados no conjunto de respostas da pesquisa, o que sinaliza que realmente as ações profissionais de caráter individual são priorizadas por assistentes sociais nos Censes em detrimento de ações profissionais de caráter coletivo.

Vale mencionar que as ações profissionais que foram listadas no formulário aplicado aos participantes da pesquisa foram extraídas exatamente das ações profissionais que o próprio GT - grupo de trabalho de assistentes sociais da socioeducação entendem como suas atribuições profissionais. Essas ações profissionais, dentre outras, foram registradas em um documento enviado à CGS/SEJU em junho de 2024, em contribuição para a minuta de um anteprojeto de Lei para proposição do Sistema Estadual da Socioeducação, como mencionamos na introdução da presente pesquisa. Assim, foram extraídas deste documento as ações profissionais que estes assistentes sociais puderam assinalar nas respostas, com a possibilidade de acrescentar outras, o que não ocorreu, dando a entender que suas ações profissionais foram contempladas no questionário realizado.

Este documento elaborado pelo GT de assistentes sociais da socioeducação também foi enviado ao CRESS/PR em provocação de uma consulta e contribuição antes do seu envio à CGS/SEJU. Um trecho da resposta enviada pelo CRESS pode ser observado no Anexo 2, onde encontra-se uma divisão entre as atribuições privativas e ações profissionais que podem ser executadas por assistentes sociais na socioeducação em conjunto com outros profissionais que compõem a equipe multidisciplinar dos Censes. Observa-se que este documento produzido pelo CRESS/PR pontua ações profissionais de assistentes sociais mediante as atribuições profissionais contidas na lei que regulamenta a profissão. No entanto, o enfoque das ações profissionais contidas no referido documento encontra-se na execução das atividades dos Censes e não nos objetivos profissionais, pois entendemos que o ponto de partida das contribuições do CRESS/PR foi o rol de atividades listadas previamente pelos próprios assistentes sociais do referido GT.

De fato, em ambos os documentos foi possível perceber que existem atividades generalistas nos Censes que podem ser executadas tanto por assistentes sociais quanto por outros profissionais das equipes. Neste sentido, questionamos aos participantes da pesquisa se havia uma divisão de tarefas entre estes profissionais. Dentre as respostas, 25 (86,2%) participantes responderam que possui uma divisão

de tarefas nos Censes, enquanto 04 (13,8%) participantes assinalaram que essa divisão não existe, o que contribui para uma generalização tanto das ações profissionais quanto das especificidades de cada profissão.

Sobre os documentos que os participantes da pesquisa consideram que demarcam a divisão de tarefas nos Censes, em uma questão de múltipla escolha citaram: 29 (100%) o perfil profissiográfico do Edital do concurso de 2006; 22 (75,9%) o PPP - Projeto Político Pedagógico da instituição; 21 (72,4%) o Código de Normas; 21 (72,4%) referiram os Cadernos da Socioeducação; 20 (68,9%) o Regimento Interno; 19 (65,5%) referiu o Plano de Trabalho. A lei de regulamentação da profissão foi mencionada por 01 (3,4%) participante da pesquisa apenas e o Código de Ética profissional foi citado por 02 (6,9%) participantes da pesquisa.

Foi relatado nas respostas dos participantes da pesquisa que, por vezes, uma ação profissional pode ser executada por diferentes profissionais, seja assistente social, psicólogo, ou até mesmo outros profissionais que compõem a equipe multiprofissional do Cense. Esta generalização das ações profissionais em determinado espaço sócio-ocupacional recai na condição denominada por Torres (2025, p. 224) como a “polivalência” de profissionais, onde o trabalho torna-se indiferenciado, pois todos os profissionais executam as mesmas atividades, sobretudo quando é realizado em equipe multiprofissional. Essa “polivalência” de profissionais, conforme a autora, encontra-se associada à competitividade acirrada entre trabalhadores e ao produtivismo no trabalho, que é desejável pelo mercado de trabalho, no entanto, não condiz com os objetivos da profissão, uma vez que distancia as atribuições privativas do Serviço Social do que se espera e é requisitado de assistentes sociais.

Para aprofundarmos a compreensão sobre a execução dessas ações profissionais de assistentes sociais nos Censes, questionamos a existência de um plano de trabalho específico do Serviço Social aos participantes da pesquisa. Assim, 14 (48,3%) participantes relataram que baseiam suas ações profissionais em um plano de trabalho, enquanto os outros 15 (51,7%) participantes responderam que possuem um plano de trabalho. Das respostas afirmativas, foi levantado que o plano de trabalho foi construído pelo próprio Serviço Social, da equipe atual ou que já atuou no Cense, com as devidas atualizações. Quanto à frequência da revisão deste plano de trabalho, as respostas se dividiram como anualmente e esporadicamente. Dentre as respostas negativas, foi apontado que seria desnecessário a construção de um

plano de trabalho, já que as suas ações profissionais estão pautadas nos documentos elencados anteriormente, que dizem respeito aos parâmetros de atendimento da política de socioeducação. No entanto, alguns participantes da pesquisa apontaram a falta de tempo para o planejamento das ações como fator decisivo para a ausência de um plano de trabalho para a execução das ações profissionais do seu setor no Cense em que atua profissionalmente.

Infelizmente, não foi possível identificar nessa questão da pesquisa sobre o plano de trabalho se os participantes tiveram o mesmo entendimento a respeito de sua finalidade, haja visto que “plano de trabalho” também se refere a um documento institucional de cada Cense. Neste documento institucional não há divisão do trabalho por categorias profissionais e sim eixos e temáticas que contemplam transversalmente distintas áreas de conhecimento na execução das medidas socioeducativas. Com isso, não podemos avaliar se todos os participantes responderam de acordo com o plano de trabalho específico do Serviço Social, embora estivesse demarcado dessa forma no enunciado da questão. Entretanto, devemos esclarecer que o plano de trabalho se constitui de um documento elaborado por determinada categoria profissional que visa planejar e organizar a execução do trabalho do seu setor. Neste plano de trabalho devem constar os objetivos profissionais no desempenho das ações, desenvolvimento das atividades e pretensões a serem alcançadas pelos profissionais a partir da identificação das necessidades da população atendida.

Isso requer um exercício de elaboração e planejamento das ações profissionais, bem como uma nítida diferenciação entre os objetivos institucionais e objetivos profissionais. Os objetivos da profissão comumente estão interligados aos artigos da Lei de Regulamentação da profissão e expressam um direcionamento ético e político que se encontram estrategicamente disposto no Código de Ética profissional. Nota-se, no entanto, um considerável número de respostas na presente pesquisa que apontaram como desnecessário a construção de plano de trabalho específico para o Serviço Social, tomando os objetivos institucionais como suficientes para balizar suas ações profissionais. Nem sempre os objetivos institucionais e profissionais são convergentes e uma análise cuidadosa desses detalhes importa para a execução das atividades profissionais para que incidam sobre um direcionamento alinhavado com os objetivos da profissão.

Chamou a atenção também neste item, o fato de alguns profissionais terem apontado que o plano de trabalho foi elaborado por outros assistentes sociais. Não há

nada de errado em basear o trabalho em um plano elaborado no passado por outros profissionais, no entanto, este plano deve ser revisado periodicamente pelo próprio profissional que executa as ações profissionais, ou de forma coletiva com sua equipe. Lembrando que o Serviço Social é uma profissão que adentra os campos sócio-ocupacionais já de forma recortada conforme apontamos no capítulo 1, de acordo com as políticas sociais que atendem a determinado segmento da população usuária de seus serviços. Assim, se a existência do campo sócio-ocupacional já foi consolidada pela profissão e as atividades desenvolvidas neste espaço já são previamente definidas aos assistentes profissionais, cabe a este profissional, ao menos, participar da reelaboração e planejamento de suas ações profissionais para que estas não sejam totalmente fragmentadas das suas pretensões, bem como suas intencionalidades e objetivos profissionais.

Como vimos anteriormente, a dimensão técnico-operativa da profissão não se resume meramente ao conjunto de instrumentos e técnicas que assistentes sociais mobilizam para construir suas respostas profissionais. Essa dimensão envolve também outros elementos constitutivos da profissão, que se referem às dimensões teórico-metodológico e ético-político. Estes são elementos imprescindíveis para o exercício profissional, que condizem com os objetivos da profissão e apontam para a perspectiva da defesa e reafirmação dos direitos sociais. Assim, destaca-se a importância de ações profissionais que visem

A produção de conhecimento derivado da elaboração de pesquisas científicas, da sistematização de informações sobre o trabalho cotidiano, na proposição de alterações de políticas sociais, na elaboração de planos de trabalho que evidenciam as necessidades da população usuária (Torres, 2025, p. 216)

Estes são requisitos esperados nas ações profissionais de assistentes sociais, uma vez que “trata-se de um trabalho que requer, dada a sua complexidade, um conjunto de ações, atividades e estratégias” (Torres, 2025, p. 218) que exigem planejamento e análise em sua elaboração, bem como na execução de suas ações profissionais. Isto é o que vai diferenciar assistentes sociais de outros profissionais e possibilitar que seu trabalho não seja reduzido ao cumprimento de tarefas de ordem pragmática, cuja fidelidade está em seguir manuais e cartilhas prescritivas da política social na qual se encontra inserido.

Nesse sentido, foi questionado aos participantes da pesquisa sobre os conhecimentos mobilizados para a execução do seu trabalho como assistentes sociais

nos Censos. Dentre os conhecimentos referentes a legislações sociais e profissionais enunciados em uma questão de múltipla escolha: 29 (100%) participantes responderam que utilizam as Legislações da área como o ECA, Sinase, Código de Normas, Cadernos do Iasp/Socioeducação, além do Código de Ética profissional; 26 (89,6%) participantes citaram a Lei que regulamenta a profissão; 24 (82,7%) participantes informaram conhecimento advindo das demais Políticas Sociais.

Para além dos conhecimentos sobre a legislação social e profissional, uma questão aberta foi realizada aos participantes com o intuito de identificar quais são estes conhecimentos utilizados na execução do trabalho de assistentes sociais nos Censos. Assim, dos 21 (72,4%) participantes da pesquisa que afirmaram mobilizar conhecimentos diversos em suas respostas profissionais, 07 (33,3%) informaram conhecimentos de outras áreas do conhecimento como Direito, psicologia e saúde; 02 (9,5%) citaram vivência pessoal; 01 (4,7%) mencionou a análise de conjuntura; e 01 (4,7%) referiu conhecimento de temas transversais ao atendimento socioeducativo relacionados ao racismo e relações de gênero. Do total de respostas, 08 (27,5%) participantes responderam que não utilizam outros conhecimentos para além das legislações sociais e profissionais. No entanto, o agravante das respostas dessa questão se encontra no fato de assistentes sociais terem assumido que utilizam conhecimentos de outras áreas do conhecimento, incorrendo no risco de exercer ilegalmente outra profissão.

Como mencionamos na parte introdutória da presente pesquisa, é recorrente que assistentes sociais buscam se especializar e capacitar para o trabalho em assuntos relativos à política social na qual está trabalhando. Isso também se reflete nesta questão, pois ficou evidente que a maioria destes assistentes sociais buscam seus conhecimentos para a execução do seu trabalho nas legislações da política de socioeducação ao invés dos conhecimentos afetos à profissão. Tal constatação nos reforça a pensar que assistentes sociais que se encontram nos Censos, atuam de forma mais alinhada aos objetivos e interesses institucionais do que aos objetivos de sua profissão.

O teor das respostas dos participantes da pesquisa nas duas últimas questões nos indica que assistentes sociais respondem às requisições institucionais dos Censos de forma procedimental, muitas vezes através de ações despidas de análise e tempo necessário para o seu devido planejamento conforme relataram. Portanto, consideramos que essas ações profissionais possuem o “foco nas atividades de

caráter prescritivo e manualizada, levando as profissionais a assumirem múltiplas funções, desvinculadas das competências e das atribuições privativas” (Torres, 2025, p. 218).

Para além das ações profissionais realizadas por assistentes sociais nos Censos, levantamos também algumas informações do questionário que visam esclarecer os desdobramentos dessas ações profissionais. Assim, elencamos os aspectos que se relacionam aos procedimentos e desdobramentos realizados a partir das ações profissionais que foram apontadas pelos participantes em questões de múltipla escolha:

a) Tipo de abordagem profissional utilizada: 28 (96,6%) realizam atendimento individual de adolescentes e famílias; 20 (68,9%) referiram abordagem coletiva junto a rede de serviços; 13 (44,8%) mencionaram abordagem em grupo de adolescentes; 11 (37,9%) referente abordagem em grupo com famílias; 10 (34,5%) responderam abordagem mista em relação aos adolescentes; e 05 (17,2%) responderam que utilizam abordagem mista com famílias.

b) Instrumento técnico-operativo utilizado: 29 (100%) documentação técnica; 29 (100%) reuniões; 28 (96,6%) entrevistas; 26 (89,7%) visitas institucionais; 25 (86,2%) visita domiciliar; 20 (69%) grupos.

c) Tipo de documentação técnica utilizada: 29 (100%) participantes produzem relatórios de avaliação e acompanhamento; 28 (96,6%) utilizam registro de informações do Serviço Social (de uso pessoal); 27 (93,1%) elaboram PIA - Plano de Atendimento Individual; 24 (82,8%) realizam registro de dados em prontuário físico (uso coletivo);

d) Forma de registro das informações coletadas: 20 (69%) nos prontuários físicos dos adolescentes (uso coletivo); 17 (58,6%) no computador, em pastas e arquivos de uso exclusivo com senha; 17 (58,6%) manual em fichários guardados em sala ou arquivo trancado com chave; 08 (27,5%) registro em drive com acesso online; 03 (10,3%) diretamente no SMS - Sistema de Medidas Socioeducativas, de uso público e coletivo; 03 (10,3%) utilizam outros tipos de registro próprios, não especificados; e 01 (3,4%) participante respondeu que não realiza nenhum tipo de registro das informações coletadas na execução de seu trabalho.

e) Utilização de TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação: referente às tecnologias de informação 29 (100%) participantes utilizam equipamentos (computadores) para confecção de relatórios, documentos, registros e SMS - Sistema

de Medidas Socioeducativas; 26 (89,6%) participantes utilizam o Projudi (sistema informatizado do Fórum); 08 (27,5%) participantes utilizam sistema de informação relacionado à Política de Assistência Social; 04 (13,7%) participantes utilizam outros tipos de tecnologias não especificadas. Em relação ao uso de tecnologias de comunicação: 28 (96,5%) participantes utilizam o aplicativo whatsapp para comunicação institucional (grupo de trabalho e rede externa); 27 (93,1%) participantes utilizam o celular ou internet da instituição para ligações e videochamadas dos adolescentes; 25 (86,2%) responderam que utilizam de aplicativos para reuniões (com a rede de serviços, estudos de caso e audiências); 12 (41,3%) participantes utilizam o celular ou internet pessoal para ligações e videochamadas dos adolescentes; 04 (13,7%) participantes responderam que utilizam redes sociais pessoais (instagram entre outros) para fins de trabalho; 01 (3,4%) participante mencionou rede wi-fi paga por servidores para videochamadas de adolescentes.

f) Trabalho em rede: 29 (100%) participantes relataram trabalho com a Rede socioassistencial (Cras, Creas, Secretaria de Assistência Social); 28 (96,5%) responderam sobre o trabalho com o Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público); 27 (93,1%) apontaram o trabalho com Serviços de proteção ao adolescente (Conselho tutelar, Conselhos de direitos, Defensoria Pública); 18 (62%) referiram trabalhar com a Rede de saúde (UBS, Caps Infantil, Hospitais de referências, Clínicas de tratamento de drogadição); 16 (55,1%) citaram o trabalho com a Rede educacional (escolas, núcleos Educação, contra-turno e cursos profissionalizantes). Apenas 01 (3,4%) dos participantes afirmou que não realiza contato ou trabalho com nenhuma rede de serviços. Sobre como é realizado esse trabalho em rede: 28 (96,5%) respostas apontaram contatos telefônicos; 28 (96,5%) respostas afirmaram realizar videochamadas e o uso do whatsapp para troca de informações; 26 (89,7%) respostas participam de Reuniões de Estudos de Caso online - solicitado ou articulado com os serviços; 25 (86,2%) respostas relataram participação em Reuniões de Estudo de Caso presenciais; 16 (55,1%) participantes informaram a participação em audiências online concentradas com o Poder Judiciário ou sistema de justiça.

Diante das respostas que se relacionam aos desdobramentos das ações profissionais executadas por assistentes sociais nos Censes, identificamos um excessivo produtivismo, a partir da execução de uma diversidade de ações e atividades burocráticas. Também notou-se uma série de dificuldades apontadas pelos participantes da pesquisa que se apresentam como empecilhos para a execução do

seu trabalho. Nesta questão foi possível assinalar mais de uma resposta, entendendo que as dificuldades se apresentam a estes profissionais de diversas formas.

Assim, foram apontadas as seguintes dificuldades para a execução do trabalho de assistentes sociais nos Censes: 22 (75,8%) apontaram a falta de recursos materiais (mesas, computadores, internet; celulares, wi-fi); 22 (75,8%) sobre o tensionamento e divergência de opiniões entre a equipe de trabalho; 21 (72,4%) em relação a falta de estrutura física (salas compartilhadas, inadequadas ou inexistentes); 21 (75,8%) sobre falta de recursos para atividades e transporte das famílias para visita; 18 (62%) sobre demandas e requisições de urgência (relatórios com curto prazo, demandas espontâneas); 14 (48,2%) referente a sobrecarga de trabalho por falta de profissionais na equipe; 14 (48,2%) sobre o impedimento de realizar o trabalho por motivos alheios a sua vontade; 14 (48,2%) respostas sobre falta de comunicação e transmissão de informações do trabalho em equipe; 11 (37,9%) afirmaram sobrecarga emocional e extensão do trabalho para além da carga horária; 09 (37,9%) responderam sobre a sobrecarga devido a ações incompatíveis com sua formação; 05 (17,2%) referiram sobrecarga de trabalho pelo aumento do quantitativo de adolescentes; e 02 (6,9%) participantes afirmaram que não enfrentam dificuldades em seu trabalho.

Nota-se que as respostas mais recorrentes se referem principalmente à falta de recursos, seja de ordem material ou de estrutura física e pessoal. Entendemos que diversas situações aqui listadas foram discutidas no eixo analítico 1, referente às condições de trabalho. No entanto, reforçamos que condições precarizadas de infraestrutura para o desempenho do trabalho impactam negativamente na execução das ações profissionais de assistentes sociais, bem como afeta a qualidade de seu exercício profissional. Assim, questionamos especificamente sobre as condições técnicas e éticas em que ocorrem as ações profissionais de assistentes sociais nos Censes. Nesta questão utilizamos uma pergunta fechada e em seguida uma pergunta aberta aos participantes da pesquisa.

Para essa questão, 23 (79,3%) participantes responderam que utilizam salas compartilhadas para o atendimento e permanência no trabalho²⁵, enquanto 06 (20,7%)

²⁵ As salas para o atendimento de assistentes sociais, assim como os demais profissionais que compõem a equipe multiprofissional, frequentemente se localizam na área de segurança dos Censes, onde são realizadas também outras atividades com os adolescentes. Assim, a sala para o atendimento dos adolescentes se diferencia da sala de permanência dos profissionais, que por vezes, se encontram na parte administrativa ou fora da área de segurança.

responderam que não compartilham suas salas. Em seguida, foi questionado sobre quais estratégias os profissionais utilizam para garantir a privacidade dos atendimentos realizados com adolescentes e familiares e o sigilo das informações tratadas durante esses atendimentos. Para essa questão, 11 (37,9%) participantes responderam que o local do atendimento individual de adolescentes é privado, localizado na área de segurança; 06 (20,7%) participantes sinalizaram que utilizam agendamento prévio da sala para a garantia da privacidade do local; 04 (13,7%) participantes informaram que realizam o atendimento familiar em locais que não são compartilhados, como salas de reuniões por exemplo; 02 (6,9%) participantes mencionaram que não existe um local próprio para o atendimento de famílias; e outros 02 (6,9%) participantes afirmaram que o local para atendimento de adolescentes não possui garantia do sigilo profissional.

Sobre o espaço físico onde ocorrem os atendimentos técnicos de assistentes sociais nos Censes, foi constatado por 26 (89,7%) participantes que o local não possui condições éticas e técnicas adequadas para esta finalidade, enquanto 03 (10,3%) participantes responderam que as condições são satisfatórias. Percebemos que as inadequações destes espaços físicos se referem à: 24 (82,8%) falta de ventilação adequada ou climatização necessária; 21 (72, 4%) o espaço não oferece condições para o sigilo das informações; 16 (55,2%) o espaço é insuficiente para o desenvolvimento do atendimento/atividade; 14 (48,3%) não existe local próprio para o atendimento familiar; 12 (41,4%) local é compartilhado para outros tipos de atividades; 04 (13,8%) não existe local próprio para o atendimento de adolescentes e 01 (3,4%) participante respondeu que não existem inadequações no local onde se realizam os atendimentos.

As condições inapropriadas para a execução do trabalho de assistentes sociais podem vir a ser alvo de denúncias para a fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social como órgão responsável pela defesa e representação da profissão. As opções que podiam ser assinaladas pelos participantes nesta questão foram extraídas da atual recomendação do conjunto CFESS/CRESS para o desempenho do exercício profissional, considerando as condições técnicas e éticas necessárias para manter a privacidade dos atendimentos realizados e o respeito ao sigilo das informações prestadas pelos usuários, conforme estabelecido pelo Código de Ética Profissional.

Por fim, a última questão para os participantes da pesquisa foi aberta para que pudessem relatar quais seriam as contribuições que se evidenciam no trabalho de

assistentes sociais para o sistema socioeducativo. Assim, foi levantado em 16 (55,1%) respostas que assistentes sociais contribuem com a perspectiva da defesa de direitos de adolescentes e familiares; 12 (41,3%) informaram sobre a articulação com a rede de serviços como facilitador do acesso e inclusão de adolescentes e famílias em diversas políticas públicas; 09 (31%) participantes informaram que a contribuição de assistentes sociais é para a manutenção dos vínculos familiares de adolescentes e o direito à convivência familiar; 06 (20,6%) respostas informaram que assistentes sociais transmitem informações e orientações de direitos e deveres e contribuem com o processo socioeducativo sobre a reflexão e responsabilização de adolescentes.

Alguns trechos a seguir que foram extraídos do questionário auxiliam na compreensão da contribuição de assistentes sociais para o sistema socioeducativo, nas palavras dos próprios participantes da pesquisa:

O/a assistente social é o profissional que direciona seu trabalho a partir da perspectiva dos direitos humanos, reconhecendo o adolescente como sujeito de direitos e não apenas como alguém que praticou um ato infracional. Esse olhar amplia a compreensão sobre sua trajetória de vida, considerando fatores sociais, econômicos, culturais e familiares que atravessam sua realidade. Dessa forma, a intervenção profissional não se restringe à responsabilização pelo ato cometido, mas busca potencializar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, promovendo acesso a políticas públicas e construindo caminhos que favoreçam o retorno ao convívio social e familiar e a elaboração de novos projetos de vida (participante 04).

A contribuição do assistente social no sistema socioeducativo é fundamental, pois ele atua na interface entre o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, sua família, o Estado e a sociedade. Seu trabalho busca garantir direitos, promover a cidadania e favorecer a reintegração social (participante 15).

Penso que a principal contribuição do Serviço Social é o posicionamento cotidiano em prol da defesa dos direitos humanos, num ambiente onde prevalece a ideologia da força, da segurança e da repressão (participante 16).

Eu vejo que contribuímos muito com nosso conhecimento e compreensão acerca da visão de mundo, do contexto em que as famílias e adolescentes estão inseridos, auxiliamos na compreensão da conduta do adolescente quando falamos sobre a realidade e a história do adolescente, quando propomos ações que estão mais de acordo com a necessidade do adolescente do que com as visões institucionais que geralmente são mais repressivas (participante 17).

Os assistentes sociais realizam um trabalho essencial para o acesso aos direitos fundamentais dos adolescentes e famílias atendidas pela socioeducação. Sempre é possível aprimorar, elaborando estratégias para maior aproximação com a realidade dos adolescentes e famílias e a busca pelo atendimento das suas necessidades (participante 20).

A atuação do assistente social no sistema socioeducativo está voltada para a garantia dos direitos humanos dos(as) adolescentes em conflito com a lei,

articulando as políticas públicas em prol do desenvolvimento e reintegração social, para tanto, é necessário o acolhimento, a orientação aos adolescentes e suas famílias, a articulação intersetorial, a criação de redes de apoio, a promoção de ações educativas que valorizem suas potencialidades e a defesa do caráter educativo das medidas socioeducativas, visando à emancipação e autonomia (participante 21).

A partir da exposição dos participantes da pesquisa podemos ponderar que a presença de assistentes sociais na socioeducação é primordial para o funcionamento e acompanhamento do processo socioeducativo de adolescentes na privação de liberdade. A atuação destes profissionais encontra-se pautada por princípios éticos que direcionam a profissão na defesa intransigente dos direitos humanos e visam a reafirmação dos direitos sociais. A privação de liberdade se configura para o adolescente como uma situação de violência por si só, no entanto, assistentes sociais buscam ser um contraponto em meio a este ambiente controverso de interesses e distintos significados diante da multidisciplinaridade de conhecimentos e atores envolvidos. Assim, assistentes sociais intervêm no direcionamento das ações socioeducativas a partir de posicionamentos éticos e políticos a favor da população atendida, ou seja, dos adolescentes e suas famílias.

Vale lembrar que o posicionamento profissional de assistentes sociais não ocorre sem tensões na socioeducação, haja vista a correlação de forças existentes nessa política que acirram a disputa de conhecimentos, ideologias e distintos projetos profissionais. Devemos considerar ainda que as relações interpessoais são tensionadas por outros atravessamentos relacionados ao ambiente socioeducativo. A expressiva maioria de profissionais que compõem a socioeducação encontra-se vinculada à área da segurança e essa categoria profissional, agentes de segurança socioeducativos, é composta majoritariamente por pessoas do gênero masculino, o que contribui para o acirramento de conflitos que possuem como pano de fundo uma cultura machista. No entanto, o machismo na socioeducação pode ser observado em diversas instâncias que abrangem desde os relacionamentos interpessoais entre as categorias profissionais, os relacionamentos dos adolescentes em privação de liberdade e até mesmo a gestão do sistema socioeducativo²⁶.

²⁶ Nesse sentido, observa-se que os cargos de direção dos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná são ocupados 100% por pessoas do gênero masculino. Estes cargos, assim como outros cargos da gestão do sistema socioeducativo, somente podem ser ocupados por agentes de segurança socioeducativo, que representam atualmente o dobro do número de pessoas do gênero feminino na socioeducação do Estado do Paraná.

Diante do tensionamento apresentado é correto afirmar que existe um nítido conflito de interesses no direcionamento do trabalho socioeducativo. Assim, assistentes sociais atuam nos Censes a partir das contradições existentes, pois ao reafirmar o projeto profissional que busca a defesa de direitos, se contrapõe ao posicionamento político defendido por aqueles que veem o punitivismo como a única forma de realizar a socioeducação.

Como vimos anteriormente, a socioeducação não passou por uma evolução etapista diante da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e muito menos deixou para trás os resquícios de uma política destinada à contenção de adolescentes empobrecidos e excluídos do sistema produtivo desigual que foi forjado pelo capitalismo. Muito pelo contrário, ainda permanecem as amarras ligadas a uma visão punitivista para esses adolescentes, alheios ao julgamento endurecido sobre suas ações por agentes do Estado e da sociedade em geral. A realidade vivida por estes adolescentes e suas condições de sobrevivência são desconsideradas diante de suas falhas, restando-lhes, em muitas vezes, apenas a punição como resposta. Essa perspectiva desprovida de criticidade se faz presente na atualidade não somente na socioeducação, uma vez que uma série de violações de direitos se apresentam a estes adolescentes antes mesmo da privação de liberdade, onde medidas protetivas já lhes foram negadas.

Desde a apreensão, adolescentes ficam à mercê do julgamento prévio, e por vezes moral, das forças policiais. Não são raras as vezes que a truculência de ações violentas tem como resultado a morte de adolescentes em abordagem policiais, conforme apontado pelos Anuários Brasileiro de Segurança Pública. Tais ações não somente são aceitas pela opinião pública como também são bem quistas por uma grande parcela da população em geral. Assim, as violações de direitos de adolescentes em privação de liberdade, por vezes, são ignoradas ou amenizadas por agentes públicos do poder executivo e judiciário, que deveriam assegurar seus direitos em conformidade com as normativas e tratados afetos à área da socioeducação.

Diversas ações podem ser citadas que traduzem a severidade do aspecto punitivo que ainda permanecem nas ações socioeducativas na atualidade, dentre elas, se destacam: a falta de defesa jurídica de qualidade; o aceite das situações de violência anterior e posterior à apreensão; oferta de alimentação e vestuário de baixa qualidade aos adolescentes no período de privação de liberdade; banho gelado; falta de profissionais especializados para o atendimento multidisciplinar necessário para o

alcance de todos os direitos; infraestrutura insalubres, superlotadas e precarizadas que não condizem com as normativas; tratamento humilhante e depreciativo da dignidade humana perpetrados em variadas instâncias aos adolescentes; imposição de constrangimento e exposição vexatória de familiares em revistas corporais íntimas como requisito para entrada nos Censes; endurecimento de regras e utilização de medidas disciplinadoras como controle de comportamentos; contenção física com uso de força; isolamento físico e privação de atividades; culpabilização do adolescente e da família a partir da perspectiva familista; criminalização da pobreza; judicialização de medidas protetivas; linchamento moral praticado por diversos profissionais que atuam com a privação de liberdade, antes, durante e após a desinternação destes adolescentes, dentre outros.

Portanto, a violação de direitos pode ser perpetrada por diversos atores do suposto sistema de garantia de direitos previsto pelo Sinase. A quantidade de ações violadoras de direitos acima dá conta de explicitar a gravidade em que se encontra a socioeducação na atualidade, oscilando contraditoriamente entre os aspectos punitivos e os aspectos pedagógicos, ambos inerentes às medidas socioeducativas de privação de liberdade. Com isso, observamos que a disseminação de práticas violadoras de direitos encontra terreno profícuo onde há omissão do Estado.

No atingimento das finalidades totalmente contraditórias da socioeducação, torna-se tênue a linha divisória entre ações educativas e sancionatórias. Aos assistentes sociais, cabe e se espera a escolha pelo trabalho socioeducativo no tensionar deste caminho tortuoso da privação de liberdade. Longe de romantizar esse trabalho, pois, compreendemos que assistentes sociais sozinhos não conseguem garantir direitos, mas é na busca pela defesa de direitos que estes profissionais possibilitam minimamente que as medidas socioeducativas atinjam parte do seu caráter educativo e social. É neste mundo de possibilidades que assistentes sociais podem e devem fazer frente à mitigação de práticas violentas que revelam o punitivismo ainda presente na política de socioeducação.

A partir disso, os participantes da pesquisa compreendem que o que poderia ser aprimorado no trabalho de assistentes sociais no sistema socioeducativo do Estado do Paraná seriam os aspectos relacionados a um programa de formação continuada; necessidade de valorização da profissão e reconhecimento de sua especificidade profissional; melhoria das condições de trabalho; ampliação de vagas

de assistentes sociais através de concurso público e a regularização da Lei das 30 horas semanais para a categoria profissional.

Percebemos no conjunto das últimas respostas que assistentes sociais possuem um significativo papel para o desenvolvimento do processo socioeducativo de adolescentes realizado nos Censes do Estado do Paraná. Apesar da maçante rotina de ações profissionais executadas por estes profissionais, eles se colocam na perspectiva da defesa de direitos de adolescentes que se encontram na privação de liberdade. Isso demonstra a intenção destes profissionais em seguir com o direcionamento ético e político condizentes com os princípios e objetivos da profissão, mesmo que fortemente tensionados por sua condição assalariada ao atender aos interesses institucionais e fazer frente às contradições existentes neste espaço sócio-ocupacional. No entanto, chama a atenção a quantidade de relatos sobre a desvalorização da profissão, dificuldades de exercer a sua relativa autonomia e incompreensão institucional acerca das competências profissionais e atribuições privativas. Estes são fatores apontados como geradores de insatisfação da categoria profissional de assistentes sociais no desempenho de suas atividades profissionais nos Censes, sem a qual o processo socioeducativo para os (as) adolescentes em privação de liberdade certamente seria mais árduo do que a realidade apresenta.

Com este último eixo analisado, acreditamos que a explicitação acerca das ações profissionais aqui destacadas dá conta de adensar o conjunto de traços característicos presentes no trabalho realizado por assistentes sociais nos Censes do Estado do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com a presente pesquisa analisar os traços característicos presentes no trabalho realizado por assistentes sociais nos Censos do Estado do Paraná. A partir dos objetivos traçados, estabelecemos um percurso metodológico que possibilitasse responder ao questionamento elaborado inicialmente e que norteou todo o caminho da pesquisa. Assim, para respondermos quais são os traços característicos do trabalho executado por assistentes sociais nos Censos, analisamos esmiuçadamente alguns aspectos deste trabalho que foram definidos estrategicamente, tendo em vista os limites desta pesquisa.

Pensando na forma mais assertiva de responder ao questionamento inicial, optamos por procedimentos metodológicos a partir da natureza qualitativa da pesquisa, para que pudessem possibilitar uma leitura mais próxima e fidedigna da realidade que nos dispusemos a investigar. Definimos, portanto, que o levantamento e análise de dados da pesquisa se daria a partir da junção da revisão de literatura e da pesquisa de campo com assistentes sociais que executam o seu trabalho nos Censos do Estado do Paraná, aliada ainda ao suporte dos documentos analisados durante esse percurso.

Inicialmente, o levantamento de dados partiu da revisão de literatura que foi dividida em duas etapas: A) Debate sobre a profissão a partir de suas premissas constitutivas e as dimensões que a constituem e que são indispensáveis para a execução da profissão independentemente do espaço sócio-ocupacional. Essa busca foi realizada em livros, artigos e textos de autores de ressonância na área do Serviço Social; B) o trabalho de Assistentes Sociais na Socioeducação, abordando este trabalho nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná a partir de suas demandas e ações profissionais. A busca nessa etapa se deu a partir dos livros, artigos e textos de autores da área do Serviço Social, como também contemplou trabalhos publicados nos Anais de eventos da categoria profissional que abordassem a temática sobre o Serviço Social no âmbito da Socioeducação. Assim, priorizou-se a busca em trabalhos publicados nas duas últimas edições do CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2019 e 2022) e ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2022 e 2024).

Em seguida, a pesquisa de campo foi realizada com assistentes sociais que executam o seu trabalho em 17 Censes do Estado do Paraná. A coleta de dados compreendeu o preenchimento do questionário na plataforma google forms, que contemplou perguntas abertas e fechadas aos profissionais. Conforme explicitamos, a amostragem se deu a partir da adesão voluntária de 29 profissionais em um universo de 30 assistentes sociais lotados nos Censes na época da pesquisa de campo, realizada em setembro de 2025.

A partir dos dados coletados, definimos três categorias de análise para evidenciar os traços característicos que pudessem identificar de fato as características desse trabalho. Portanto, os eixos analíticos compreenderam: Eixo analítico 1: As condições de trabalho de assistentes sociais que atuam nos Censes do Paraná; Eixo analítico 2: Demandas profissionais recorrentes na atuação de assistentes sociais nos Censes do Paraná; e Eixo analítico 3: Ações profissionais desenvolvidas por assistentes sociais nos Censes do Paraná. A disposição dos eixos analíticos nessa ordem também foi escolhida estrategicamente para facilitar a leitura e compreensão acerca dos traços característicos do trabalho de assistentes sociais nos Censes.

Como síntese das análises construídas, refletimos inicialmente no eixo 1 que as condições de trabalho de assistentes sociais nos Censes do Estado do Paraná são caracterizadas pela sobrecarga de trabalho, carga horária exaustiva aos profissionais e extensão deste trabalho para além do expediente normal de trabalho. A sobrecarga de trabalho se caracteriza pelo ritmo e volume de trabalho ditados institucionalmente por este espaço sócio-ocupacional que requisita a execução de uma diversidade de ações/atividades profissionais de assistentes sociais. Com isso, vimos que a sobrecarga de trabalho impõe também uma excessiva sobrecarga emocional aos profissionais devido à natureza complexa do trabalho realizado por estes assistentes sociais. Consideramos ainda que um fator estressante que potencializa a sobrecarga de trabalho aos assistentes sociais diz respeito ao tensionamento que advém da correlação de forças existente nas relações profissionais vinculadas ao ambiente de privação de liberdade.

Além da sobrecarga de trabalho foi identificado que a principal característica que gera a insatisfação de assistentes sociais sobre o trabalho realizado nos Censes não diz respeito ao trabalho em si, mas se deve à irregularidade da carga horária de 40 horas semanais. A relutância do Estado do Paraná em reconhecer a Lei Federal que prevê as 30 horas semanais para esta categoria profissional certamente lesiona

assistentes sociais e acarreta prejuízos para além da execução do seu trabalho na socioeducação. A exaustiva carga horária foi recorrentemente apontada pelos participantes da pesquisa como fator preponderante para o comprometimento da saúde mental. Assim, consideramos que a excessiva carga horária reverbera tanto na vida profissional quanto na vida pessoal destes profissionais, devido ao desgaste físico e mental ocasionados por longas horas de exposição ao trabalho, o que consequentemente priva-os do devido descanso e lazer. Como resultado, tem-se que a carga horária exaustiva de 40 horas semanais contribui para a somatização de doenças ocupacionais, muitas vezes, relacionadas à saúde mental, em decorrência da exaustão ocasionada pelo trabalho.

Avaliamos por fim, que uma das principais características identificadas nas condições de trabalho de assistentes sociais nos Censes diz respeito à extensão da jornada de trabalho, considerado o trabalho desenvolvido para além do expediente de trabalho normal. Essa extensão do trabalho não somente existe na socioeducação, como é utilizada de forma não regularizada para benefício do sistema socioeducativo e sua gestão, seja identificada ou não pelos trabalhadores. Fato é que o trabalho extensivo representa fator de adoecimento no trabalho de assistentes sociais, mesmo para aqueles com dificuldade de admiti-lo ou que afirmam não se incomodar em trabalhar para além do que lhe pagam. Apontar que a carga horária de 40 horas semanais é exaustiva e não reconhecer que trabalhar para além disso representa a máxima exploração do trabalho é no mínimo contraditório. Portanto, mesmo que não haja o devido reconhecimento sobre a extensão do trabalho não remunerado pelo trabalhador, ela não deixa de ser indevida e de ocasionar o desgaste físico e mental do trabalhador.

A melhoria das condições de trabalho analisadas, no entanto, não se encontra dentro das prioridades do empregador destes assistentes sociais da socioeducação, restando-lhe apenas o trabalho explorado, alienado e estranhado. A lógica gerencial presente em todo Estado não lhe permite que se importe com as condições de trabalho de seus trabalhadores. Nem mesmo a qualidade do serviço prestado pelos profissionais lhe importa, pois, apenas os frutos do trabalho importam aos interesses dominantes do Estado. Esta é a realidade enfrentada por assistentes sociais do poder público de todas as esferas estatais, pois, sabidamente o Estado representa o maior empregador destes profissionais e isso não seria diferente na política de socioeducação e no Estado do Paraná.

Em relação ao eixo analítico 2 referente às demandas profissionais mais recorrentes nos Censes, analisamos que assistentes sociais da socioeducação tendem a responder aquelas demandas que são mais imediatas em seu cotidiano de trabalho e que necessitam de urgência em suas respostas. Assim, identificamos:

- a) demandas dos adolescentes: se referem principalmente à confecção da documentação civil e pessoal; manutenção do vínculo com a família; informações sobre o funcionamento das medidas socioeducativas; informações sobre o funcionamento da instituição; acompanhamento do processo socioeducativo.
- b) demandas das famílias: se relacionam prioritariamente a informações gerais sobre o funcionamento da medida socioeducativa; informações sobre o funcionamento da instituição; manutenção do vínculo familiar; e acompanhamento após a saída do adolescente do Cense.
- c) demandas da instituição: alimentação do sistema de informação de medidas socioeducativas; contato com familiares para repasse de informações; integração do trabalho em equipe; organização de visitas de familiares aos adolescentes nos Censes; acompanhamento do processo socioeducativo dos adolescentes.
- d) demandas da equipe de trabalho: contatos com familiares para repasse de informações de saúde; contato com familiares sobre processo escolar; solicitação de documentos dos adolescentes por outros setores; acompanhamento conjunto dos adolescentes com outros setores (psicologia, terapia ocupacional e pedagógico).
- e) demandas do sistema de justiça: fornecimento de informações sobre acompanhamento familiar; acompanhamento do processo socioeducativo de adolescentes; confecção de documentos de adolescentes.
- f) demandas da rede de serviços: se relacionam ao repasse de informações sobre o processo socioeducativo de adolescentes e informações do acompanhamento familiar.
- g) demandas da própria profissão: levantamento de informações acerca das condições socioeconômicas do adolescente e família; registro de informações; identificação das relações de convivência familiar e comunitária dos adolescentes.

Foi possível perceber que as demandas mais aparentes e que exigem soluções rápidas são priorizadas e prontamente respondidas neste espaço sócio-ocupacional por estes profissionais. Isso nos aponta para a necessidade destes assistentes sociais antever as situações em que são acionados profissionalmente para que consigam realizar um trabalho pensado e planejado antes de sua execução. Obviamente que a condição objetiva de assalariamento destes profissionais impõe a exigência de respostas imediatas. No entanto, a agilidade na construção e elaboração de suas respostas profissionais não devem ser desprovidas de conteúdo crítico e analítico, pois a profissão não se resume meramente à intervenção e a utilização de seus instrumentos técnicos. A reação de assistentes sociais diante da sua requisição profissional deve sempre estar pautada em uma leitura crítica sobre os determinantes históricos, políticos, econômicos e sociais, pois somente estes possibilitam evidenciar as reais necessidades dos usuários de seus serviços.

Importante ressaltar que apesar de apontarmos algumas incompreensões dos participantes da pesquisa acerca das demandas e ações profissionais nos eixos analíticos 2 e 3, a presente pesquisa não teve por objetivo apontar erros ou realizar julgamentos sobre tais equívocos e sim possibilitar uma leitura crítica sobre as demandas mais recorrentes deste espaço sócio-ocupacional, bem como das ações profissionais executadas por assistentes sociais nos Censes do Estado do Paraná.

Ao analisarmos o eixo 3 referente às ações profissionais, separamos as atividades realizadas por assistentes sociais nos Cense conforme proposto por Trindade (2013):

- a) Ações profissionais de caráter individual: Atender adolescentes; Atender Famílias; Orientar e acompanhar adolescentes; Orientar famílias; Encaminhar e acompanhar adolescentes na obtenção de documentos civis; Encaminhar adolescentes e familiares para outras políticas sociais; Realizar ligações telefônicas ou videochamadas de adolescentes para familiares; Solicitar passagens rodoviárias para as famílias; Participar da recepção e acolhida do adolescente na unidade socioeducativa.
- b) Ações profissionais de caráter coletivo: Contatar a rede de serviços; Viabilizar visita dos adolescentes; Socializar informações em reuniões; Participar de Estudos de Caso; Articular ações conjuntas com a rede de serviços; Participar de audiências judiciais; Realizar grupo com adolescentes; Realizar grupo com famílias;

- c) Ações profissionais de caráter administrativo organizacional: Elaborar relatórios sociais, avaliação e PIA dos adolescentes; Manter registro de dados e informações coletadas nos atendimentos; Acompanhar e preencher informações nos sistemas de informação do SMS e Projudi; Realizar estudos socioeconômicos.
- d) Ações profissionais com caráter de formação profissional, de capacitação e de pesquisa: Coordenar, elaborar, executar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos em Serviço Social; Supervisionar estagiários e/ou residentes técnicos de Serviço Social.

A presente pesquisa acabou por confirmar que as atividades desenvolvidas por assistentes sociais nos Censos estão diretamente relacionadas àquelas que se referem ao atendimento direto ao usuário, onde a prioridade do atendimento socioeducativo se encontra no indivíduo e não em ações coletivas. Embora a dimensão coletiva representa uma parte significativa no trabalho de assistentes sociais, levantamos que a coletividade das ações profissionais é preterida na socioeducação em detrimento de ações profissionais de caráter individual.

Mais uma vez se explicitou que os ditames institucionais imperam sobre a execução do trabalho de assistentes sociais, uma vez que foi percebido certa dificuldade dos profissionais em diferenciar os objetivos institucionais dos objetivos da profissão, o que pode favorecer a aceitação passiva de tarefas que nem sempre lhe condiz profissionalmente. Percebeu-se também um excesso de produtivismo no desenvolvimento das atividades nos Censos, que abrange desde ações profissionais corriqueiras até atividades profissionais mais complexas e elaboradas.

Entretanto, muitas dessas atividades foram apontadas como indevidas à profissão, pois se tratavam de ações desvinculadas das atribuições privativas de assistentes sociais e que, por vezes, poderiam ser desenvolvidas por outros profissionais da equipe multiprofissional sem a necessidade do conhecimento específico do Serviço Social. Isso recai, inclusive, no risco de assistentes sociais exercerem ilegalmente outra profissão ao assumir atividades que não lhe competem profissionalmente para suprir a falta de profissionais especializados de outras áreas do conhecimento. Compreendemos que o trabalho em equipe não presume a perda das especificidades profissionais, nem tampouco autoriza a descaracterização das atribuições privativas dentre a diversidade de profissões. As competências

profissionais devem estar pautadas no respeito à especificidade profissional de cada área do conhecimento e sua respectiva formação profissional.

Assim, ultrapassar as barreiras impostas institucionalmente se faz necessário para que assistentes sociais possam expressar, de fato, o que direciona a sua profissão. Para que os objetivos profissionais sejam identificados e alcançados, torna-se urgente o rompimento com a lógica produtivista do cumprimento de tarefas genéricas e pragmáticas, senão, a Instituição sempre será utilizada como justificativa para o limite das ações profissionais de assistentes sociais em qualquer espaço sócio-ocupacional.

Apesar da rotina maçante de atividades burocráticas e, por vezes, tecnicistas desenvolvidas nos Censes, analisamos que é no conjunto dessas ações profissionais que estão contidos elementos que explicitam o projeto profissional defendido por assistentes sociais na socioeducação. É na perspectiva da defesa de direitos de adolescentes na privação de liberdade que se justifica a existência de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional e essa tem sido a principal contribuição destes profissionais para o sistema socioeducativo. Entretanto, frisamos aqui alguns traços característicos que merecem destaque entre os achados da presente pesquisa e a devida atenção dos sujeitos envolvidos.

Ficou nítido que a complexidade do trabalho realizado por assistentes sociais nos Censes não se encontra nas demandas e requisições de trabalho e sim nas condições de trabalho que analisamos no eixo 1. Percebemos que a sobrecarga de trabalho e o enxugamento das equipes multiprofissionais, bem como a indiferenciação das especificidades profissionais e o tensionamento das relações de trabalho contribuem para que as respostas profissionais de assistentes sociais sejam mais reativas frente a imediatez das demandas que se apresentam nos Censes. O fato das demandas se apresentarem com necessidade de respostas urgentes não dispensa o planejamento e a elaboração de respostas profissionais críticas e providas de análise como apontamos anteriormente. No entanto, o que ficou evidente é que resta preterida essa dimensão analítica da profissão entre a categoria profissional de assistentes sociais da Socioeducação.

Isso nos apontou para a necessidade de se efetivar a elaboração de um Plano de Trabalho específico para a profissão nos Censes, sobretudo diante do imediatismo imposto institucionalmente. No planejamento das ações profissionais pautadas pelos objetivos da profissão é que identificamos o “Para quê?” da execução da profissão. O

exercício de pensar as competências e planejar as ações profissionais possibilita ir além das demandas que se apresentam no campo reativo em que identificamos que se encontram as respostas dadas por assistentes sociais nos Censos. A dificuldade no planejamento das ações profissionais representa um relevante traço característico deste trabalho na Socioeducação. O devido planejamento das ações profissionais possibilita qualificar o trabalho executado por assistentes sociais, bem como ampliar as possibilidades de sua atuação profissional. Oportunamente, também contribuiria para o esclarecimento das particularidades da profissão neste espaço sócio-ocupacional e das contribuições de assistentes sociais para a Socioeducação.

Neste aspecto, consideramos que um traço característico pungente no trabalho realizado por assistentes sociais nos Censos se refere aos conhecimentos mobilizados por estes profissionais. Identificamos que o que direciona o trabalho de assistentes sociais nos Censos são as normativas da Socioeducação e não os conhecimentos específicos do Serviço Social. Lamentavelmente, isso contribui para o empobrecimento da atuação profissional, tornando-a rasa e irrefletida. Além disso, o fato de desqualificar os conhecimentos oriundos da formação profissional favorece o aprofundamento da sensação de esvaziamento profissional ora levantado. Diretamente, isso reflete na (auto) desvalorização da profissão e acirram as incompreensões acerca de sua relevância para a Socioeducação. Ao contestar a lógica da reprodução de práticas voltadas somente ao cumprimento das cartilhas da política envolvida e suas respectivas legislações, assistentes sociais podem vislumbrar o rompimento de ações profissionais que se encontram limitadas à esfera meramente procedimental.

Demarcando isso, consideramos que a presente pesquisa alcançou os objetivos inicialmente propostos na medida em que explicitamos os traços característicos do trabalho realizado por assistentes sociais nos Censos do Estado do Paraná. No entanto, entendemos que as características aqui abordadas representam uma parcialidade dos traços característicos deste trabalho na socioeducação, uma vez que esta pesquisa não tinha pretensão de esgotar a totalidade de traços característicos implicados no trabalho de assistentes sociais deste espaço sócio-ocupacional.

Nesse sentido, almejamos que a presente pesquisa possa impulsionar novos objetos de pesquisa e engajar pesquisadores e profissionais que tenham por objetivo discutir a profissão e a socioeducação, temática tão relevante e que possui produção

científica escassa em relação a outras políticas sociais. Acreditamos que pesquisas que partem da experiência profissional podem contribuir com a ampliação da produção de conhecimento e o aprofundamento acerca da profissão a partir da proximidade do objeto de estudo e a realidade vivenciada pelo pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa. Como via de mão dupla, o conhecimento científico também oportuniza ao pesquisador e aos participantes da pesquisa um significativo crescimento pessoal e profissional, através da qualificação de suas ações profissionais e possibilidade de abertura para novos conhecimentos que potencializam a ampliação e continuidade do processo formativo.

Assim, a sistematização da presente pesquisa pretendeu também possibilitar a qualificação do exercício profissional de assistentes sociais dos Censes do Estado do Paraná a partir da reflexão proposta sobre os traços característicos deste trabalho. Vislumbramos ainda, que essa pesquisa possa embasar novas reivindicações do coletivo de assistentes sociais da socioeducação na busca pela melhoria de suas condições de trabalho e pela defesa de seus direitos enquanto trabalhadores que defendem direitos. Enfim, que a presente pesquisa possa inspirar a resistência destes profissionais em suas lutas cotidianas ao fazer frente às situações controversas deste espaço sócio-ocupacional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Brasília, [2025]. Disponível em: <https://abepss.org.br/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA: 2025. Brasília: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>. Acesso em: mar. 2026.

BENTO, Antônio. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 20 abr 2024

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em 20 abr 2024

_____. [Presidência da República]. **Lei nº 12.594**, de 18 de Janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 10 Mai 2024.

_____. **Lei nº 8.662/1993** de 7 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em 25/11/2025.

Cadernos de Socioeducação (IASP). Gestão de Centro de Socioeducação. Curitiba, 2006. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/GestCense.pdf . Acesso em 20/10/2025.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2022. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

_____. **Código de Ética Profissional**. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 25/08/2024.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social Paraná. **Arquivos Cress orienta**. Disponível em: <https://cresspr.org.br/category/cressorienta/>. Acesso em 02/11/2024.

Comitê de Ética em Pesquisa. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/comites/cepesh/pages/apresentacao-projetos.php>. Acesso em 02/11/2024.

COPS - Coordenadoria de Processos Seletivos/ UEL. Edital Concurso IASP 2006. Disponível em: <https://www.cops.uel.br/v2/Selecao/DetalharSelecao/Selecao/264>. Acesso em 26/10/2024.

CUNHA, Veronica Rimes da. **O trabalho do Assistente Social numa unidade de Internação do DEGASE: uma análise das racionalidades que organizam o processo de trabalho na socioeducação.** 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Disponível em: <http://www.btdtd.uerj.br/handle/1/19832>. Acesso em Dezembro/2025.

FERRAZ, Terezinha. **O serviço social no âmbito da socioeducação nas regiões Oeste e Centro-Oeste do estado do Paraná: uma análise à luz dos direitos humanos.** 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Unioeste/PR. Disponível em: https://btdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_d94209902b0cca46bc8eef9859913b86. Acesso em Setembro/2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008, 6ª ed.

GÓIS, Marirose Vilanova de. **A atuação profissional da assistente social na execução da medida socioeducativa de internação masculina no estado de Sergipe.** 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14005>. Acesso em Dezembro/2025.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. In: **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/** Cláudio H. M, Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). - Belo Horizonte: CRESS, 2023.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: 2ª Ed. UFJF, 2013.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio; MONTAÑO, Carlos. **Serviço social crítico: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do serviço social para a construção/ consolidação de uma perspectiva crítica na profissão.** Campinas: Papel Social, 2024.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio; REPETTI, Gustavo Javier; ANDRADE FILHO, Antonio; SILVA, Platini Boniek Sardou da; ALCANTARA, Elton Luiz da Costa. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. ABPESS. **ENPESS.2016.** Link: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempos do capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9ª ed, São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 9ª ed, São Paulo: Cortez, 2007. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24ª ed, São Paulo: Cortez, 2013.

INOCENTES, dos Pollyana Gonçalves; COSTA, Greycanne Mendes. O trabalho do/a assistente social na medida socioeducativa de Internação: Prática e os desafios no acompanhamento da medida no contexto da pandemia da COVID – 19 no Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão (CSISC) In: **XVII Congresso Brasileiro de assistentes sociais**, Anais 2022. Link: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/finais/0000001296.pdf>

LEITE, Amanda Lorena. Serviço Social e Gestão: desafios do trabalho do (a) assistente social na gestão do atendimento à adolescentes em uma unidade socioeducativa de internação. In: **XVII Congresso Brasileiro de assistentes sociais**, Anais 2022. Link: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/finais/0000001296.pdf>

Levantamento Nacional do Sinase de 2024. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_Nacional_SINASE_2024.pdf. Acesso em Março/2026.

LOPES, Vanessa Martins Galhardo. **A dimensão técnico-operativa no exercício profissional dos assistentes sociais nos centros de atendimento socioeducativo de MT**. 2019. Dissertação (Mestrado em Política Social). Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/4394>. Acesso em Fevereiro/2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23 ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MONTANÕ, Carlos. **A Natureza do Serviço Social. Um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo, Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006, 5 ed.

_____. Cinco Notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Brasília, DF: ABEPSS, ano III, n. 03, jan-jun 2001, p. 41 – 49.

NOBRE, Maria Eduarda da Silva. Relato de Experiência de Estágio na Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUMESE) em Alagoas. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Anais 2024. Link: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02960.pdf>

Norma Regulamentadora nº 01. **Atualização sobre Gerenciamento de riscos psicossociais de trabalhadores**. Ministério do Trabalho, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-01-atualizada-2025-i.pdf>. Acesso em: 23/05/26.

OLIVEIRA, Carolina Alves de. A Socioeducação para além do aparente: desmitificando o conceito. In: **XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Anais 2022. Link: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00195.pdf>

OLIVEIRA, Carolina Alves de. O Serviço Social e o Sistema Socioeducativo em questão. In: **XVI Congresso Brasileiro de assistentes sociais**, Anais 2019. Link: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1495/1461>

OLIVEIRA et. al. O Serviço Social na Socioeducação: uma análise sobre a experiência profissional do Serviço Social em uma unidade do Sul Fluminense. In: **XVI Congresso Brasileiro de assistentes sociais**, Anais 2019. Link: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1735/1695>

OLIVEIRA et. al. Serviço Social e Socioeducação: Desafios e potencialidades da prática profissional. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Anais 2024. Link: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03458.pdf>

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS (org). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**, vol. 2. Brasília, CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site>. Acesso em: Jun/2025.

RAICHELIS, Raquel. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. In: A nova morfologia do trabalho no Serviço Social/ organização Raquel Raichelis, Damares Vicente, Valéria Albuquerque. - São Paulo: Cortez, 2018.

RAMOS, Adriana; ORTIZ, Fátima Grave.; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades**. Reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social. 1ª ed. 2023. Juiz de Fora/MG.

Resolução nº 265/2021 - SEJUF. **Código de Normas. Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania**, 2021. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Socioeducacao>. Acesso em 01/02/2025.

ROCHA, Glauciene Farias; MOURA, Lidiane Carolina Vanderlei. Serviço Social da FUNASE: dimensões técnicas, éticas do exercício profissional e horizontes do atendimento socioeducativo. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Anais 2024. Link: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02712.pdf>

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, 2013.

SANTOS, Sthephane Dutra dos; SILVA, Mariana Correia. A atuação do Serviço Social nas medidas socioeducativas: um relato de experiência de estágio curricular

na medida socioeducativa de Internação em Alagoas In: **XVI Congresso Brasileiro de assistentes sociais**, Anais 2019. Link:

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1615/1576>

SOUZA, Luiza Pereira de; BARBOSA, Ana Paula Sampaio. O caráter duplo da medida socioeducativa: uma reflexão entre o que é proposto nos documentos normativos e o vivenciado na prática. In: **XVI Congresso Brasileiro de assistentes sociais**, Anais 2019.

Link:<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/97/87>

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. Juiz de Fora: 2ª Ed. UFJF, 2013.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Exercício profissional do assistente social: analisando a dimensão técnico-operativa e as atividades desenvolvidas. Maceió, AL: UFAL. I **Colóquio Internacional sobre o trabalho do assistente social**. 2017, p. 01 - 17 Link: <https://www.seer.ufal.br/index.php/coloquiocintas/article/view/3693/2621>

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As requisições (in) devidas dirigida às assistentes sociais: um debate necessário sobre a precarização do trabalho**. In: Serviço social: lutas e resistências em tempos de precarização do trabalho profissional. Organizadores: Giverson Gonçalves Bonfim; José Carlos do Amaral Júnior; Sueli Godoi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 231 p. 16 x 23 cm.

TORRES, Mabel Mascarenhas; ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **Competências profissionais, direitos e deveres éticos no trabalho de assistentes sociais**. In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 25, n. 49, p. 361-376, jan/jun.2025. Disponível em: <file:///home/chronos/u-f154a2ea8a9ca224db7535fd637eb6c8b4b77102/MyFiles/Downloads/ID+46100++P+DF+A.pdf>. Acesso em: Dezembro/2025.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O/a assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015

APÊNDICES

APÊNDICE 1: TRABALHOS SELECIONADOS NOS ANAIS DO CBAS E ENPESS E NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

CBAS 2019					
	Eixo	Autor	Título	link	natureza
1	Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional	Carolina Alves de Oliveira, M ^a Aparecida Franco de Seixas, Raquel de Freitas Fernandes	O Serviço Social na Socioeducação: uma análise sobre a experiência profissional do Serviço Social em uma unidade do Sul Fluminense	https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1735/1695	relato de experiência
2	Política Social e Serviço Social	Mericelly Bastos Vilela, Uly de Sousa Azevedo	A política de Socioeducação e o Serviço Social: uma análise da realidade em Campos dos Goytacazes (RJ)	https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/429/420	Relato de experiência
3	Política Social e Serviço Social	Sthephane Dutra dos Santos, Mariana Correia Silva	A atuação do Serviço Social nas medidas socioeducativas: um relato de experiência de estágio curricular na medida socioeducativa de Internação em Alagoas	https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1615/1576	Relato de experiência
4	Política Social e Serviço Social	Luiza Pereira de Souza, Ana Paula Sampaio Barbosa	O caráter duplo da medida socioeducativa: uma reflexão entre o que é proposto nos documentos normativos e o vivenciado na prática	https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/97/87	Relato de experiência
5	Ética, Direitos humanos e Serviço Social	Greycianne Mendes Costa	A Convivência familiar dos adolescentes em medida socioeducativa de Internação: uma análise no Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão em São Luís – MA	https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1462	Relato de experiência
CBAS 2022					

	Eixo Temático	Autor	Título	link	natureza
1	Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração de Sexualidades/ Geração	Giovane Antonio Scherer, Mariane de Castro Echer, Sabrina Elizabeth Silva Collins, Monique Fernandes Silveira	Direitos Humanos, Juventudes e Socioeducação: desafios impostos ao Serviço Social diante do avanço neoliberal e neoconservador	https://cbas.silvaebrisch.com.br/u ploads/finais/0000000352.pdf	Reflexão teórica
2	Política Social e Serviço Social / Políticas Geracionais / Ênfase em Adolescência	Cecilia Nunes Froemming	Seletividade e domínios da precariedade da vida: itinerário do abandono de meninas que cumprem medidas socioeducativas	https://cbas.silvaebrisch.com.br/u ploads/finais/0000001237.pdf	Reflexão teórica
3	Política Social e Serviço Social / Políticas Geracionais / Ênfase em Adolescência	Maria Cristina de Oliveira, Alice Vettorazzo Calil Matos	(Des)Articulação entre Políticas Públicas: Apontamentos sobre as Medidas Socioeducativas	https://cbas.silvaebrisch.com.br/u ploads/finais/0000001365.pdf	Reflexão teórica
4	Serviço Social, Fundamentos, formação e trabalho profissional Trabalho Profissional	Amanda Lorena Leite	Serviço Social e Gestão: desafios do trabalho do (a) assistente social na gestão do atendimento à adolescentes em uma unidade socioeducativa de internação	https://cbas.silvaebrisch.com.br/u ploads/finais/0000001296.pdf	Sistematização do trabalho profissional
5	Política Social e Serviço Social/	Pollyana Gonçalves dos	O trabalho do/a assistente social na medida	https://cbas.silvaebrisch.com.br/u	Sistematização do trabalho profissional
6	Políticas Geracionais / Ênfase em Adolescência	Inocentes, Greycianne Mendes Costa	socioeducativa de Internação: Prática e os desafios no acompanhamento da medida no contexto da pandemia da COVID – 19 no Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão (CSISC)	ploads/finais/0000001296.pdf	Sistematização do trabalho profissional
ENPESS 2022					
	Eixo	Autor	Título	link	natureza

1	Política Social e Serviço Social	Carolina Alves de Oliveira	A Socioeducação para além do aparente: desmitificando o conceito	https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00195.pdf	reflexão teórica
ENPESS 2024					
	Eixo	Autor	Título	link	natureza
1	Política Social e Serviço Social/ Sub eixo Políticas para Infância e Juventude	Daiane Carvalho de Oliveira, Juliana Clara de Matos Bronze, Saturnina Pereira da Silva, Maria Estela de Araujo	Serviço Social e Socioeducação: Desafios e potencialidades da prática profissional	https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03458.pdf	sistematização da prática
2	Serviço Social, Geração e Classes Sociais Sub eixo: Juventude	Maria Eduarda da Silva Nobre	Relato de Experiência de Estágio na Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUMESE) em Alagoas	https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02960.pdf	Relato de experiência
3	Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional	Glauciene Farias Rocha, Lidiane Carolina Vanderlei Moura	Serviço Social da FUNASE: dimensões técnicas, éticas do exercício profissional e horizontes do atendimento socioeducativo	https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02712.pdf	reflexão teórica
ENPESS 2024					
	Eixo	Autor	Título	link	natureza
1	Política Social e Serviço Social/ Sub eixo Políticas para Infância e Juventude	Daiane Carvalho de Oliveira, Juliana Clara de Matos Bronze, Saturnina Pereira da Silva, Maria Estela de Araujo	Serviço Social e Socioeducação: Desafios e potencialidades da prática profissional	https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03458.pdf	sistematização da prática
2	Serviço Social, Geração e Classes Sociais Sub eixo: Juventude	Maria Eduarda da Silva Nobre	Relato de Experiência de Estágio na Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUMESE) em Alagoas	https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02960.pdf	relato de experiência

3	Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional	Glaciene Farias Rocha, Lidianne Carolina Vanderlei Moura	Serviço Social da FUNASE: dimensões técnicas, éticas do exercício profissional e horizontes do atendimento socioeducativo	https://www.abepss.org.br/enpress-anais/public/arquivos/2024/oral/02712.pdf	reflexão teórica
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações					
Descritor 1 - Socioeducação					
	Autor	Título	link	Programa	natureza
1	Carvalho, Márcia Helena de	SINASE: uma análise crítica da socioeducação	http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/16_049	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UERJ	dissertação 2015
2	Cunha, Veronica Rimes da	O trabalho do Assistente Social numa unidade de Internação do DEGASE: uma análise das racionalidades que organizam o processo de trabalho na socioeducação	http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/19_832	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UERJ	dissertação 2018
3	Ferraz, Terezinha	O serviço social no âmbito da socioeducação nas regiões Oeste e Centro-Oeste do estado do Paraná: uma análise à luz dos direitos humanos	https://bdttd.ibict.br/vufind/Record/U_NIOESTE-1_d94209902b0cca46bc8eef98599_13b86	Unioeste Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	dissertação 2016
4	SILVA, Andréa Simone de Assis	O trabalho do/a assistente social nas equipes de referência em saúde mental em unidades de privação de liberdade do DEGASE.	Acesso não disponível	Programa de Política Social de Niterói, Universidade Federal Fluminense	Dissertação 2024
5	Bronze, Juliana Clara de Matos	Trabalho com meninas na socioeducação: repercussões do conservadorismo moral	http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/23_308	Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,	Dissertação 2023

		e seus rebatimentos para o Serviço Social		2023.	
Descritor 2 - medidas socioeducativas, privação de liberdade					
1	Pinheiro, Jamilla Marques de Brito	A família, o adolescente e a efetividade entre o direito e o dever na medida socioeducativa de privação de liberdade	http://hdl.handle.net/11612/2936	PPG Serviço Social - Universidade Federal Tocantins	Dissertação o 2021
Descritor 3 - Assistente Social Socioeducativo					
1	Góis, Marirose Vilanova de	A atuação profissional da assistente social na execução da medida socioeducativa de internação masculina no estado de Sergipe	https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14_005	Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal de Sergipe	Dissertação 2015
2	Lopes, Vanessa Martins Galhardo	A dimensão técnico-operativa no exercício profissional dos assistentes sociais nos centros de atendimento socioeducativo de MT	http://ri.ufmt.br/handle/1/4394	<u>Programa de Pós-Graduação em Política Social/ UFGM</u>	Dissertação 2019

APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“Social Social na Socioeducação: traços característicos do trabalho de assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná.”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Social Social na Socioeducação: o trabalho dos/das assistentes sociais nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná”, a ser realizada em ambiente virtual, via plataforma google forms. O objetivo da pesquisa é analisar os traços característicos que particularizam o trabalho dos/das assistentes sociais realizados nos Censos do Estado do Paraná. Sua participação é muito importante e ela se daria através da coleta de dados para um questionário composto por perguntas abertas e fechadas, mediante registro da plataforma google forms, com um tempo estimado para as respostas de aproximadamente 30 minutos.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Os benefícios esperados são para com os próprios participantes, uma vez que busca-se com a presente pesquisa uma sistematização do trabalho que possibilitará uma ampliação do entendimento que a própria categoria profissional possui acerca do seu fazer profissional no âmbito da Socioeducação. Quanto aos riscos, estes são mínimos e podem lhe atingir ao responder o questionário, ao se sentir constrangido, cansado (a) e/ou pouco à vontade ao cumprir essa tarefa, bem como inseguro (a) sobre a entrega de informações sobre o trabalho e anonimato das mesmas, ao que será dado respaldo por parte da pesquisadora, além do comprometimento com o sigilo das informações prestadas.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar:, rua....., nº – ap. – bairro, Londrina/PR, telefone (43) e (43) e e-mail, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do, no Campus Universitário, telefone (43), e-mail:..... Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, __de____ de 20__.

Nome da Aluna

Eu, (colocar nome por extenso do participante da pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.
Assinatura (ou impressão dactiloscópica):
Data:

*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.

APÊNDICE 3: DEMANDAS APONTADAS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Demandas dos Adolescentes:	Demandas das Famílias:	Demandas da Instituição:	Demandas do Serviço Social
(18) atendimentos individuais; (13) confecção da documentação civil e pessoal; (12) contato familiar de adolescentes para os familiares (11) elaboração de PIA; (09) encaminhamento rede serviços; (09) Estudos de Caso - interno e externo; (08) informações do processo socioeducativo e da instituição; (08) Mediação de conflitos; (07) elaboração de relatórios técnicos; (07) articulação da rede de serviços; (06) viabilização visitas de familiares; (05) atendimentos em grupos; (05) recepção/acolhimento e escuta; (04) acompanhamento da medida socioeducativa; (04) Reflexão e responsabilização da medida; (04) acompanhamento atividades externas; (04) encaminhamento cursos e trabalho; (04) participação no conselho disciplinar; (04) avaliação e manutenção	(28) viabilização de visitas aos adolescentes; (18) orientações sobre direitos e processo socioeducativo do adolescente; (15) visita domiciliar; (15) encaminhamento serviços da rede; (14) atendimento familiar individual; (13) informações gerais funcionamento da medida; (05) ligações e videochamadas/ videoconferência; (05) manutenção do vínculo familiar; (04) atendimento familiar em grupos; (03) entrevistas; (03) elaboração documentação e relatórios; (02) mediação conflitos/ prática restaurativa; (02) reuniões e estudo de caso; (02) acompanhamento após saída do Cense; (01) encaminhamento documentação civil;	(10) participação em reuniões de equipe; (09) solicitação de preenchimento do SMS; (07) solicitação de contato e informações de familiares; (07) participação em Conselhos Disciplinares; (06) atendimentos semanais dos adolescentes e orientações de urgência aos mesmos; (06) participação em Estudos de Casos; (05) solicitação de elaboração de relatórios; (03) solicitação de documentação técnica; (02) elaboração do PIA; (04) participação e organização de eventos; (04) organização e viabilização de visitas; (04) solicitação de encaminhamentos; (04) participação em conselhos de direitos; (04) exigência de trabalho em equipe; (03) acompanhamento de	(06) atendimentos individuais de adolescentes; (02) atendimento grupo de adolescentes; (06) atendimento familiar; (05) atuar na perspectiva da garantia de direitos; (08) elaboração de relatórios; (05) elaboração de PIAs; (05) confecção de documentação civil adolescentes; (03) participar da recepção/acolhida adolescente; (08) orientar os adolescentes e acompanhar seu processo socioeducativo; (05) orientar e acompanhar as famílias; (09) articular e planejar ações conjuntas com a rede de serviços; (04) registro de informações e documentação; (05) organização de visitas dos familiares; (04) realizar visitas domiciliares; (04) levantamento informações sobre a realidade social do adolescente e sua família; (03) realizar estudos

vínculos familiares; (03) encaminhamento de evasão escolar; (03) entrevistas; (03) encaminhamento em saúde geral e mental; (02) reuniões internas/externas; (02) visita domiciliar; (02) documentação técnica; (02) encaminhamento ameaçados de morte; (01) contato serviços do sistema de justiça/Fórum; (01) participação em audiências; (01) acompanhamento de egressos; (01) escuta e procedimento em situação de violação de direitos; (01) preenchimento de informações no SMS.		adolescentes em audiências e oitivas; (03) articulação e contato com a rede; (03) solicitação de respostas ao Projudi; (02) acompanhamento da medida do adolescente; (02) realizar censura de cartas dos adolescentes; 1. providenciar documentação civil; 2. realizar plantões em finais de semana; 1. realizar grupo com adolescentes	socioeconômicos; 1. levantamento de informações sobre as relações familiares dos adolescentes; (03) participar de Estudos de Caso; (01) leitura de normativas da política; (01) estudos diversos; (01) participar de eventos da profissão; (01) consulta a normativas do Cress; (01) preenchimento do SMS; (01) supervisionar estagiários e residentes técnicos de Serviço Social.
Demandas do Sistema de Justiça	Demandas da rede serviços	Demandas da equipe trabalho	

(16) elaboração de relatórios técnicos (09) elaboração de PIAs; (04) participação em audiências; (06) solicita informações do acompanhamento familiar; (04) elaboração de documentação técnica; (02) solicita parecer social (01) Estudos Sociais (04) acompanhamento e cumprimento da medida; (02) encaminhamentos para rede de proteção; (02) apoio nos atendimentos da defensoria pública;	(15) contatos e articulação das ações em rede; (06) solicitação de informações sobre o processo socioeducativo e do adolescente; (10) participação em Estudo de Caso; (02) encaminhamentos para os serviços; (04) participação em reuniões de rede; 1- solicitação de relatórios; 2- acompanhamento e transporte de familiares para a visita dos adolescentes;	(07) participação Estudos de casos; (06) relativas a área da saúde - contato com famílias, solicitação de receitas médicas, medicação e repasse de informações; (05) compartilhamento e troca de informações em reuniões de equipe; (04) Setor Escolar ou Pedagógico - solicita contato famílias, documentos da escola e informações escolares e de transferência dos adolescentes; (04) solicitação de documentos dos adolescentes por outros setores; (03) setor de Psicologia compartilhamento dos atendimentos e informações adolescentes; (02) participação de atividades em grupo em conjunto com professores e terapeuta ocupacional.	
---	---	---	--

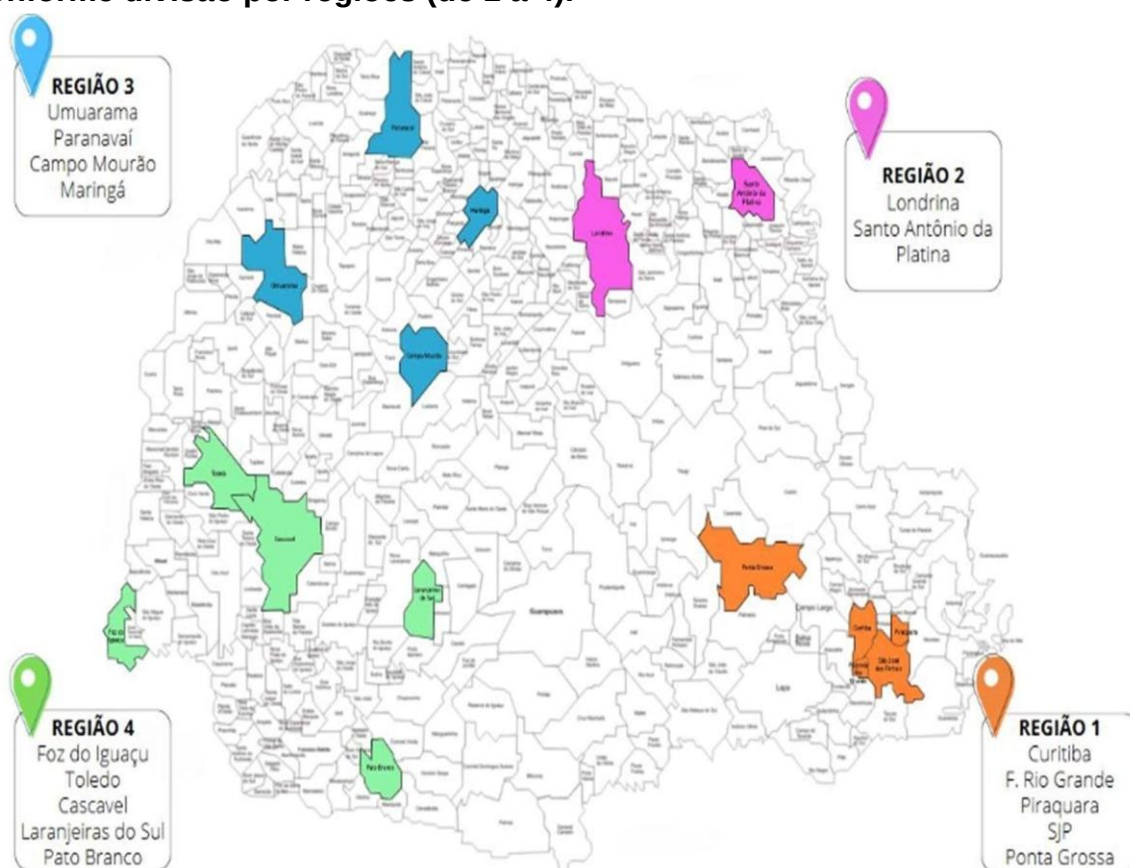
APÊNDICE 4: FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS SOBRE AÇÕES PROFISSIONAIS

Número de respostas	Ações executadas
29 (100%)	Atender os adolescentes; Atender as famílias; Orientar e acompanhar de forma contínua os adolescentes e as famílias; Contatar a rede de serviços para troca de informações, apoio e viabilização de visitas; Encaminhar adolescentes e familiares para inclusão e acesso em outras políticas sociais; Participar de reuniões e Estudos de Caso para articular ações e encaminhamentos;
28 (96,6%)	Elaborar relatórios sociais, avaliação e PIA dos adolescentes para o Poder Judiciário; Orientar, encaminhar e acompanhar a obtenção dos documentos dos adolescentes; Manter registro de dados e informações coletadas nos atendimentos; Acompanhar e preencher informações nos sistemas de informação do SMS e Projudi; Participar da recepção e acolhida do adolescente na unidade socioeducativa;
27 (93,1%)	Articular o trabalho em rede com os serviços socioassistenciais entre outros;
26 (89,7%)	Realizar ligações telefônicas e/ou videochamadas dos adolescentes para os familiares; Realizar estudos socioeconômicos e das condições familiares dos adolescentes;
25 (86,2%)	Participar de audiências, se convocados, para esclarecer aspectos técnicos em SS;
23 (79,3%)	Solicitar passagens rodoviárias para os familiares visitarem os adolescentes;
19 (65,5%)	Realizar atividade em grupo com os adolescentes;
18 (62,1%)	Realizar atividade em grupo com as famílias;
16 (55,2%)	Coordenar, elaborar, executar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos em S.S
14 (48,3%)	Supervisionar estagiários e/ou residentes técnicos de Serviço Social

ANEXOS

ANEXO 1

Mapa de Localização dos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná conforme divisão por regiões (de 1 a 4).



Fonte: Página da SEJU/PR, disponível em <https://www.justica.pr.gov.br/>. Acesso em 23/11/2024

ANEXO 2

CRESS orienta sobre atuação de assistentes sociais na Socioeducação do Estado do Paraná.

1- “Atribuições privativas da e do assistente social que atua no Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná”:

- I. - Elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar planos, programas e projetos em matéria de Serviço Social na área da socioeducação;
- II. - Analisar a realidade social das e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias com vistas a desvelar os determinantes sociais singulares;
- III. - Identificar as relações sociais constituídas pela e pelo adolescente como rede de proteção social e constituição de vínculos familiares e comunitários;
- IV. - Viabilizar o acesso aos direitos civis, políticos e sociais das e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias por meio de suas diversas expressões, quais sejam, programas, projetos, serviços e benefícios;
- V. - Emissão de documentos que expressem o processo de acompanhamento do Serviço Social em relação às situações singulares das e dos adolescentes e suas famílias, respeitada a distinção entre material técnico e material técnico sigiloso em matéria de Serviço Social.
- VI. - Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII. - Participar da construção e proposição de cursos de formação continuada para área do Serviço Social na área socioeducativa;
- VIII. - Elaborar e coordenar projeto voltado à análise concreta da estruturação do ato infracional no âmbito desta sociabilidade e sua expressão na realidade concreta e singular das e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas diferentes unidades do Estado;
- IX. - Subsidiar levantamentos da unidade gestora do sistema socioeducativo do Estado do Paraná em relação ao trabalho da e do Assistente Social no sistema socioeducativo;
- X. - Provocar a articulação com o sistema municipal de atendimento socioeducativo no município de residência da e do adolescente com vistas a constituir estratégias que viabilizem o retorno à convivência familiar e comunitária;
- XI. - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações em matéria de Serviço Social;
- XII. - Compôr equipe multidisciplinar;
- XIII. - Participar do processo de elaboração, implementação e aplicação de instrumentos multidisciplinares de acompanhamento da medida socioeducativa;
- XIV. - Utilização de sistema de registro de informações institucionais vinculadas ao acompanhamento de medidas socioeducativas (CRESS/PR, 2024);

2. Constituem competências da e do Assistente Social na área da socioeducação (podem ser executadas por Assistente Social e/ou outras e outros profissionais de nível superior que componham a equipe técnica):

- I. - Elaborar, implementar, executar e avaliar projetos de atuação multidisciplinar que se vinculam ao processo de acompanhamento da execução das medidas socioeducativas;
- II. - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos de atuação multidisciplinar nas diferentes unidades do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná;
- III. - encaminhar providências e prestar orientação às e aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e familiares em razão de violação aos direitos humanos;
- IV. - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações multidisciplinares;
- V. - Emissão de documentos multidisciplinares a partir da especificação e identificação da matéria em Serviço Social;
- VI. - Viabilização de ações, programas e projetos voltados para a família de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com vistas ao fortalecimento de vínculos individuais e coletivos;
- VII. - Viabilização de ações, programas e projetos voltados para trabalhadoras e trabalhadores de nível médio e fundamental que atuam nas unidades de socioeducação do Paraná na busca de desmistificar o cumprimento das medidas socioeducativas e seus determinantes. (CRESS, 2024).